

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Priscila Cristina do Nascimento Fegadolli

As ideias de inovações educacionais da Fundação Lemann: cartel
educacional e ação privatista (2011 – 2021)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Priscila Cristina do Nascimento Fegadolli

As ideias de inovações educacionais da Fundação Lemann: cartel
educacional e ação privatista (2011 – 2021)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Programa de
Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política,
Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de mestre em
Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Profa.
Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini.

São Paulo
2023

BANCA EXAMINADORA

" O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.649032/2021-00".

" This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.649032/2021-00".

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao meu amor, Gaby Dias, por ser porto seguro durante todo o caminho, por instigar os devaneios, ainda que com os pés no chão, por ouvir tantas vezes sobre o mesmo assunto, pelo compartilhamento da maternidade, pelos “empurrões”, por acreditar; e à minha pequena Gigi, por ser dengo e inspiração.

Agradeço intensamente à minha orientadora Katya Braghini, que se tornou tão querida, por ser daquelas professoras que marcam a vida, por tanta paciência, por guiar os passos na elaboração deste trabalho, por mostrar a como “ver os apagamentos”, pela prontidão de sempre, pelas aulas fascinantes, pelos afetos.

Agradeço à minha família amada, aos meus pais José e Fernanda sempre tão presentes; à minha mãe Fernanda, que tantas e tantas vezes insistiu pelo mestrado; ao meu irmão Felipe, pelo impulso na reta final; aos meus tios Cláudia e Fabius por serem exemplos de professores, pela atuação na ciência e na luta pelo bem público.

Agradeço à querida Andrezza, colega do grupo de pesquisa, pelo trabalho de revisão desta dissertação, por acalmar o coração.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Escola e seus Objetos (NEO), pelo acolhimento, ensinamentos e compartilhamentos.

Agradeço aos professores e colegas do Programa Educação: História, Política, Sociedade (EHPS), por todo o tempo em aula, nos corredores, por tantos momentos de conhecimentos, reflexões e trocas.

Agradeço à admirada Betinha, do EHPS, por estar sempre pronta a ajudar, ouvir e acolher.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da bolsa de mestrado, sem o qual todo este processo não seria possível.

RESUMO

A política brasileira tem, no decorrer dos anos, recorrido à iniciativa privada para executar serviços públicos em diferentes âmbitos que são deveres do Estado. Na educação, apresenta-se como uma opção privatista, ativada pela atuação de órgãos privados em todos os setores da educação pública, introduzindo-se como mandatários da elaboração das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de ações corporativas como o “Todos pela Educação”, como influenciadores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na elaboração do Guia de Tecnologias Educacionais, na terceirização da formação de professores, no desenvolvimento de materiais didáticos e outros. Entre os sujeitos que atuam dessa forma está Jorge Paulo Lemann com a sua fundação e suas ideias sobre inovação educacional. Sua fundação é selecionada como objeto desta pesquisa. O objetivo desta pesquisa é analisar quais são as ações a que esta instituição tem se dedicado no que se refere à educação, principalmente utilizando-se do discurso da “inovação educacional” na forma de evolução tecnológica. Procura fazer uma análise crítica dos processos educacionais feitos pela fundação no sentido de compreender os significados do que ela entende por “inovação educacional”, já que este elemento parece justificar grande parte das suas ações sobre o ensino público. Para tanto, serão analisados diversos documentos produzidos pela própria fundação e a sua rede que foi instituída durante a empreitada de interferência privatista no espaço governamental. Esta pesquisa alcança a ideia de inovação dentro da complexidade do tempo e espaço da história, analisando-a pelo intrincado jogo das relações sociais que seleciona o que deve ser ou não apontado como “novo”, da forma pensada por Williams (1992). Como resultado, vemos que a ideia de inovação está naturalizada nas tecnologias de comunicação e informação e que o uso do espaço educacional é pensado à articulação de duas práticas: legitimar a fundação de modo a tornar imprescindível a necessidade dos produtos do cartel que ela mesma encabeça; tornar a escola máquina difusora do ideário neoliberal, saudada pelo manto do filantropocapitalismo.

Palavras-chave: inovação educacional; tecnologias de ensino; Fundação Lemann, *think tanks*.

ABSTRACT

Brazilian politics has, over the years, resorted to the private sector to perform public services in different areas that are duties of the State. In education, it presents itself as a private option, activated by the actions of private institutions in all sectors of public education, introducing themselves as representatives of the elaboration of the guidelines of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), of corporate actions such as “Todos pela Educação”, as influencers of Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), in the preparation of the Guia de Tecnologias Educacionais, in outsourcing teacher training, in the development of teaching materials and others. Among the subjects who act in this way is Jorge Paulo Lemann with his foundation and his ideas about educational innovation. His foundation is selected as the object of this research. The objective of this research is to analyze what actions this institution has dedicated itself to in relation to education, mainly using the discourse of “educational innovation” in the form of technological evolution. It seeks to carry out a critical analysis of the educational processes carried out by the foundation to understand the meanings of what it understands as “educational innovation”, since this element seems to justify a large part of its actions on public education. To this end, several documents produced by the foundation itself and its network that was established during the privatization interference in government space will be analyzed. The research understands the idea of innovation within the complexity of time and space of history, analyzing it through the intricate game of social relations that selects what should or should not be identified as “new”, in the way thought by Williams (1992). As a result, we see that the idea of innovation is naturalized in communication and information technologies and that the use of educational space is designed to combine two practices: legitimize the foundation in a way that makes the need for the products of the cartel it heads essential; make the school a disseminating machine for neoliberal ideas, hailed by the mantle of philanthropocapitalism.

Keywords: educational innovation; teaching technologies; Lemann Foundation, think tanks.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. MAPA DE ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO LEMANN	45
FIGURA 2. CAPILARIDADE LEMANN	69
FIGURA 3. TRAJETÓRIA DO IDEB PARA O BRASIL E ESTADOS: 2005 – 2016.	75
FIGURA 4. PUBLICAÇÃO EVENTO FUNDAÇÃO LEMANN.....	104
FIGURA 5. AS SETE DIRETRIZES DE IMPLEMENTAÇÃO.	107

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. HISTÓRIA DE LEMANN E SÓCIOS NOS NEGÓCIOS	34
QUADRO 2. CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE APRENDIZAGEM PERSONALIZADOS .	108

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DA FL	44
TABELA 2. BOLSISTAS DA FUNDAÇÃO ESTUDAR DE 2010 A 2021.....	57
TABELA 3. NOTAS IDEB 2021.....	75

SIGLAS

APHE – Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNNC – Base Nacional Comum Curricular

CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira

CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

FL – Fundação Lemann

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEP Alfa – Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

MDC – Material Didático Complementar

MEC – Ministério da Educação

MEI – Microempreendedor Individual

MPB – Movimento pela Base

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

PARC – PróAlfabetização na Idade Certa

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PISA – Programme for International Student Assessment

PNE – Plano Nacional da Educação

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC – Secretaria de Educação

*“Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações...”*

Gilberto Gil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Fazendo uma pesquisa sobre a Fundação Lemann: os documentos e os significados de inovação	17
Fundamentação teórica	26
CAPÍTULO 1. JORGE PAULO LEMANN COMO INDIVÍDUO E EMPRESÁRIO: O SUJEITO QUE PRETENDE INOVAR A EDUCAÇÃO ENQUANTO SE ENVOLVE EM ESCÂNDALO FINANCEIRO	33
CAPÍTULO 2. A FUNDAÇÃO LEMANN E SUAS FRENTES DE ATUAÇÃO: INSTITUTOS, FORMAS DE FAZER, CAPILARIDADE PARA A FORMAÇÃO DE “ALTOS POTENCIAIS”	43
2.1 A Gera Venture Capital	50
2.2 A Fundação Estudar	55
2.3 A Lemann Center	67
CAPÍTULO 3. INTERFERÊNCIAS PRIVADAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A BNCC E A TÔNICA DA INOVAÇÃO	71
3.1 Movimentos internacionais	71
3.2 Os movimentos políticos em torno da BNCC no Brasil	78
3.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	90
3.4 O discurso da inovação na educação nos documentos do conglomerado Lemann	106
3.5 Duas críticas às referências teóricas da Fundação Lemann	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

INTRODUÇÃO

Durante anos trabalhei em universidades privadas, em departamentos responsáveis pelo desenvolvimento de materiais didáticos destinados a cursos superiores na modalidade à distância, o que me fez estar em contato direto com recursos ditos “tecnológicos” e aplicados à educação.

Com o início da pandemia e a aceleração da introdução de recursos tecnológicos na educação pública em diferentes níveis de ensino, voltei o olhar para como a iniciativa privada tem, ao longo do tempo e sob a justificativa de levar tecnologia e acesso à educação aos estudantes, interferido nos processos educacionais, na formação de professores, nos currículos, na produção de materiais didáticos e, principalmente, na formação de ideais.

Em uma pesquisa inicial sobre o tema e buscando entender interesses mercadológicos e políticos em pauta neste contexto, deparei-me com documentos da esfera pública que permitem esta relação entre privado e público na educação. Entre eles, podemos citar o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Guia de Tecnologias Educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007 tem, entre outras diretrizes, a disposta no Artigo 2º:

(...) organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Brasil, 2007).

O documento institui também o Comitê Nacional do Compromisso Todos pela Educação, “incumbido de colaborar com a formulação de estratégias de mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, que subsidiarão a atuação dos agentes públicos e privados” (Art. 4).

O Guia de Tecnologias Educacionais, com a primeira versão lançada em 2009 pelo Ministério da Educação e Secretaria da Educação Básica, compõe um documento com tecnologias pré-qualificadas para uso nas escolas públicas, apresentando tecnologias voltadas à gestão da educação, ao ensino-aprendizagem, à formação de profissionais da

educação, à educação inclusiva e portais educacionais. Segundo o guia, busca-se “oferecer aos sistemas de ensino uma ferramenta a mais que os auxilie na decisão sobre a aquisição de materiais e tecnologias para uso nas escolas brasileiras de educação básica pública” (Brasil, 2013, p. 9).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, inclui em suas diretrizes a erradicação do analfabetismo; a formação para o trabalho e a cidadania; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; entre outras. O documento afirma que “os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil”.¹

A nova versão da BNCC, atualizada em 2018, prima pelo desenvolvimento de competências, sendo isso definido como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”². A elaboração desta versão tem como um relevante balizador o Movimento pela Base que “se apresentou como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma base de qualidade” (Caetano, 2019, p. 136). Este movimento

foi patrocinado pela Fundação Lemann, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, coordenou a construção e vem coordenando a implantação da base. O objetivo, segundo pesquisas que realizamos, é direcionar a política educacional brasileira a partir de um projeto hegemônico para a educação. Em 2013, uma delegação brasileira participou, em caráter de Missão Oficial a convite da Fundação Lemann, do Seminário Internacional “Liderando Reformas Educacionais: Fortalecendo o Brasil para o Século XXI”, realizado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, já orientando a direção a ser dada a BNCC. Sucederam-se seminários, workshops, congressos, audiências públicas financiadas por instituições privadas participantes do MPB sobre a reforma e o currículo (Caetano, 2019, p. 136).

¹ BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional da Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

² BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

O resultado desta articulação foi um documento que imputa valores de mercado à escola, tornando a BNCC “prescritiva, a aprendizagem mediada cada vez mais por tecnologia e o papel do professor restrito à gestão do tempo, das atividades e comportamento em sala de aula” (Canabrava, 2021, p. 255).

Aliado a isso, temos exemplos de ações de grandes corporações relacionadas à educação no Brasil, encontrando práticas de sujeitos aliados às suas marcas, como a Google, Microsoft, grupos como o Todos pela Educação, o Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Lemann e outros que, embora não tenham, em primeira mão, formações específicas como educadores, atuam na educação e definem caminhos para ela.

Havendo um grande rol de sujeitos que se encaixam neste contexto e não sendo possível trabalhar com todos durante o mestrado, optou-se por pesquisar a Fundação Lemann (FL), cujas ações visam desde a educação básica até a formação de lideranças políticas, como será descrito adiante. O motivo desta escolha é a notória atenção que esta fundação dá às ditas “inovações educacionais” sem necessariamente explicá-las. O que faz com que grupos disputem posições em nome da inovação educacional, condicionando os seus significados imediatamente aos seus interesses, como se as tais inovações fossem, por si só, a justificativa de suas ações na educação pública?

Tais ações vêm acompanhadas de um discurso elaborado pela FL e envolto pelos termos “tecnologia” e “inovação” como soluções para os problemas educacionais no país e pretexto para interferir na educação pública brasileira, como mostra a *homepage* da instituição:

Acreditamos que o ensino personalizado com foco na **aprendizagem centrada no estudante** é uma solução contra baixos níveis de aprendizado, altos índices de evasão escolar e falta de prazer em ensinar e em aprender. Para isso, investimos em **soluções tecnológicas na educação**, articulamos parcerias e oferecemos **consultoria técnica** especializada e formações para **secretarias de educação** que querem conectar suas escolas à **Internet de alta velocidade**. Em parceria com empreendedores e pesquisadores, atuamos como um **Laboratório de Inovação**: viabilizamos a prototipação e experimentação de tecnologias de ponta que promovam um ensino mais centrado no aluno. Ainda **apoiamos e aceleramos startups e produtos** voltados para educação e tecnologia, como a Khan Academy, Árvore Educação, Letrus, Movva, RBAC, entre outros. Somos **sócios-mantenedores** do Centro pela Inovação para a Educação Brasileira

e **membros** do GICE: Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação (grifos do autor) (Fundação Lemann, 2022)³.

Como podemos observar no texto de apresentação, parte-se do princípio de que o ambiente escolar não está nada bom, argumento que, por si só, já faz agregar no consenso de que é necessário haver mudanças e inovar, neste caso, tecnologicamente. O interessante é que toda a parte de tecnologia já possui proprietários que estão aptos a oferecer todos os dispositivos existentes em suas mãos para alterar o estado “lamentável” da educação de “baixos índices”. Por isso é interessante apresentar com mais clareza o que esse grupo compreende por “inovação educacional”, tendo em vista que, na sua apresentação, a ideia fica restrita à propriedade e distribuição de conhecimentos e produtos tecnológicos cujos proprietários mais adequados podem ser listados em uma agenda de parceiros comerciais diretos.

Considerando este contexto em que as “soluções tecnológicas” são colocadas como salvadoras dos problemas educacionais, nesta pesquisa busca-se compreender como a Fundação Lemann se apresenta como sujeito “inovador da educação”, as ações que tem planejado e implementado na educação sob essa roupagem, o que entende ser “inovação na educação”, seus alcances, interesses e contrapartidas.

Em sua página na Internet, a Fundação apresenta como uma de suas frentes de atuação na educação pública a Tecnologia e Inovação, contando, atualmente, com quatro programas em andamento: Escolas Conectadas, impusiONAR, Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa e Educação Conectada, todos detalhados posteriormente neste trabalho.

Cada um destes programas desdobra-se em outro link na Internet, compondo a grande teia de conteúdos digitais produzidos pela FL. Ao visitar a página de cada um dos programas elencados, vê-se que eles se apoiam nos termos “inovação” e “tecnologia” para designar aspectos fortemente relacionados à técnica⁴, construindo uma imagem de promoção da educação, mas por meio da banda larga, do acesso digital, da Internet de

³ FUNDAÇÃO LEMANN. **Como atuamos: Tecnologia e inovação**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/tecnologia-e-inovacao>. Acesso em: 25 jan. 2023.

⁴ Não estamos de forma alguma atribuindo valores negativos à técnica, afinal ela é algo inerente ao “ser humano”, estando presente em todos os processos de existência, experiência, vida. Aqui usamos o termo para fazer referência ao uso de ferramentas computacionais tão aclamadas pela FL. Mais à frente faremos uma reflexão acerca do termo. Trata-se de ver de que tipo de técnica estamos falando e a partir das prerrogativas de quem elas são apresentadas.

qualidade. No entanto, “como” se dá o processo educativo, sua sustentação teórica e seus valores é algo nebuloso e que exige maior investigação.

Não apenas isso, o entendimento dessa superexposição das tecnologias educacionais é importante também, já que, para esta fundação, o termo “inovação educacional” incide sobre uma tecnologia educacional de determinado tipo, o que é um item importante de ser averiguado, pois, historicamente, tanto o termo “tecnologia” para designar materiais didáticos quanto a ideia de inovação educacional foram se alterando com o tempo. Isso sem falar nesta posição de colocar a tecnologia como algo de propriedade de alguém que a detém como uma mercadoria e outros que estão esperando as suas soluções geniais.

Além dos programas citados, a Fundação Lemann tem o que chama de “Laboratório de Inovação”, cujo objetivo é “alavancar o impacto da Fundação Lemann por meio da inovação e tecnologia”, com um time que experimenta e aplica “novas tecnologias e processos que contribuam para os desafios atuais e futuros da organização”. O laboratório apoia-se sob os pilares “proximidade com o público-alvo”, “experimentação com aprendizado”, “dados para tomada de decisão” e “tecnologia como alavanca de escala” (Laboratório de Inovação Fundação Lemann, 2022).⁵

No topo da página do Laboratório, consta o texto “Conheça os 10 anos da história de Inovação da Fundação Lemann”, um *hiperlink* que se conecta a um infográfico com as ações realizadas pela Fundação desde 2011. Neste momento, diz que mudou o foco para “inovação educacional e transformações em grande escala”⁶.

Entre os feitos de 2011 a 2021 estão a parceria com a Khan Academy para acesso dos alunos aos conteúdos da plataforma, traduzidos por dubladores e tradutores contratados para integração com o currículo nas escolas públicas; o lançamento da plataforma QEdU, que reúne dados sobre a educação pública no Brasil e os disponibiliza aos gestores educacionais; o fornecimento de apoio técnico e financeiro a *startups*⁷ educacionais para o aprimoramento de softwares, aplicativos e jogos para educação de língua portuguesa; a parceria com a Coursera, a quem atribui ser referência mundial em

⁵ FUNDAÇÃO LEMANN. **Laboratório de Inovação Fundação Lemann: Inovação em Educação & Transformação Digital**. Disponível em <https://www.flab.org.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

⁶ FUNDAÇÃO LEMANN. **Dez anos de inovação**. Disponível em: <https://www.flab.org.br/historico/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁷ Empresas criadas recentemente que normalmente carregam promessas de inovação e sucesso.

educação disruptiva; a criação do Youtube Edu em parceria com o Google para curadoria de conteúdos pelos professores da rede pública de ensino; e muitas outras. Ao realizar tais ações a Fundação diz buscar “trazer ao Brasil o que já funcionava bem no exterior” (Laboratório de Inovação Fundação Lemann, 2022).

Considerando que a Fundação passou a focar na “inovação” a partir de 2011, optou-se por fazer a investigação no período de 2011 a 2021, uma vez que o foco da pesquisa são as ações da FL, mas sempre tendo como norte as inovações e tecnologias por ela promovida.

Com base no exposto, esta pesquisa se propõe a investigar as ações da Fundação Lemann que levam o rótulo de “inovadoras”, procurando compreender o que entendem por este termo e que legitimidade tem para dizer o que é uma “educação inovadora”; bem como se dão suas parcerias com outras grandes instituições para tanto.

Como hipótese temos a ideia de que a Fundação Lemann busca, com suas ramificações e parcerias e por meio do discurso da “inovação”, pela interferência em políticas públicas educacionais; fazendo a distribuição de conteúdos aos alunos, professores e gestores educacionais, difunde seu ideário neoliberal de empreendedorismo e meritocracia, fazendo com que, por meio de seus discursos e pela ação política, a ideia de “inovação” coincida com os produtos oferecidos, enquanto amplia a sua legitimidade como gestor que se interessa por educação.

Enquanto faz isso, legitima também sua posição de benfeitor sob o véu do filantropismo (ou filantropocapitalismo), fazendo uso de expressões como “equidade”, “educação para todos”, “soluções educacionais”, “educação conectada”, “aprendizagem criativa” e tantas outras, ao mesmo tempo em que não deixa de incrementar o seu patrimônio e fortalecer os poderes que alcança ao multiplicar seu ideário em seus programas de formação.

Fazendo uma pesquisa sobre a Fundação Lemann: os documentos e os significados de inovação

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foram realizados por meio da busca em diferentes tipos de materiais. Trata-se de análise histórica, documental, amparada por crítica de fontes. São buscados materiais com a temática “inovação”, que constitui uma tônica desta pesquisa; trabalhos já produzidos acerca da Fundação Lemann e suas ações no meio educacional; legislações educacionais que permitiram a sujeitos como este a

interferência em políticas de educação públicas; bem como documentos digitais disponíveis na Internet produzidos pela própria FL. Ao longo da jornada, outras fontes foram sendo incorporadas ao processo de pesquisa. Assim, podemos definir quatro tipos principais de fontes de pesquisa que foram utilizadas:

A. Textos que apresentem discussões acerca da temática da “inovação”, tanto elaborados por pesquisadores e autores que se dedicam ao assunto, como elaborados pela Fundação Lemann como referencial para compreender como este sujeito pensa;

B. Conteúdos produzidos por sujeitos nos quais a FL se apoia, ou firma cooperação, ao elaborar seus programas, buscando entender o que elas compreendem por “inovação na educação”, em quais bases teóricas se fundamentam e como constroem seu pensamento acerca da inovação;

C. Legislações elaboradas pelo poder público e disponíveis em meios digitais que estejam relacionadas à intervenção da esfera privada na definição de políticas públicas de educação e demais ações como, por exemplo, a BNCC, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, ambos já citados anteriormente neste trabalho, e outras;

D. Páginas na Internet que sejam de domínio da Fundação Lemann ou estejam de alguma forma relacionadas a ela como o próprio site da Fundação e seus *hyperlinks*. Considerando que grande parte de seus projetos também possuem páginas próprias que ainda levam a outros sites, bem como a páginas de seus muitos parceiros, considera-se pertinente tê-los como um grande agrupamento de produção de documentos. Os sites apresentam relatórios anuais das ações realizadas por este sujeito e os grupos a ele coligados; resultados de pesquisas realizadas acerca da educação brasileira; dados que medem, segundo suas concepções, a qualidade da educação pública; descritivos de projetos já implementados, em andamento e futuros; etc. Entre os sites podemos citar alguns como o da própria Fundação Lemann, o Lemann Center, o Laboratório de Inovação Fundação Lemann, a Revista Nova Escola (adquirida pela FL), a Gera Venture Capital, o Estudar Fora, entre diversos outros.

Assim, esta pesquisa é fortemente caracterizada por um caráter exploratório de documentações digitais. Para Almeida (2011, p. 9), “a Internet configura-se como uma nova categoria de fontes documentais para pesquisas históricas”. No mesmo caminho, Camboim et. al. (2015, p. 3) acredita que “enquanto espaço passível à utilização de

ferramentas de pesquisa, a Internet assume o papel de meio através do qual podem ser coletados os dados”. Não se trata apenas de estudos de documentos colocados em diferentes tipos de repositórios, que serão também estudados, mas de uma caça aos documentos imediatamente produzidos pela Fundação como o registro de sua própria voz. Além disso, podemos pensar em um quadro documental do qual não se pode ignorar os grupos de contato e a organização do cânone de referências que são produzidos por esse conjunto de pessoas interessadas.

Portanto, para qualificar esse tipo de documento, pensamos como Almeida (2011) que considera o documento digital como

aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações (Almeida, 2011, p. 17).

Desta forma, os conteúdos pesquisados na Internet para a composição dos elementos que permitam a reflexão e análise do sujeito desta pesquisa serão documentos essenciais e utilizados como tais.

Na pesquisa realizada percebeu-se que as páginas acessadas sempre levam a novas páginas e estas, por sua vez, também levam a outras tantas páginas por meio de *hiperlinks*, o que é característico da pesquisa em meios digitais, como salientado por Leão (2001):

A construção da teia mundial envolve o trabalho de diversas mentes, distribuídas em diversas páginas. Seu crescimento e sua vitalidade não se encontram localizados em um ponto central e específico. Ao contrário, é no caráter de autogeração e autopoiesis que a Internet se desenvolve. Sem dúvida alguma, o que faz da Web uma teia, uma rede na qual uma complexa malha de informações se interliga, é a própria tecnologia hipertextual que permite os elos entre os pontos diversos. Cada página, cada site, traz em si o potencial de se intercomunicar com todos os outros pontos da rede. (...) de um ponto da rede pode-se alcançar outros, que também possibilitam outros (Leão, 2001, p. 24 *apud* Almeida, 2011, p.13).

Dadas essas características inerentes ao meio digital, fazem-se necessárias determinadas precauções com relação ao caminho que se percorre tanto referente à organização dos conteúdos e informações como no significado que as relações entre páginas da Internet podem ter. Para Almeida (2011),

Um cuidado fundamental a ser tomado diz respeito ao inter-relacionamento da documentação. É importante demonstrar, quando for o caso, que a documentação utilizada possui certa relação entre si. Também é interessante salientar as aproximações temáticas e

ideológicas da documentação, que se manifestam através de citações e convergências discursivas. Uma forma de interligação particular das fontes oriundas da Internet é feita através dos links. As páginas podem apresentar atalhos para outros sites, o que demonstra algum tipo de afinidade entre os conteúdos dos mesmos (Almeida, 2011, p. 121).

Assim sendo, é importante saber coligar as ações especificamente relacionadas à FL e aos seus agentes coprodutores de conteúdos, ideias e práticas. Não se trata de buscar documentações de maneira indiscriminada, mas de forma a compor o quadro estabelecido pela FL com suas redes de relações. As ligações entre os diferentes *hiperlinks* presentes na pesquisa serão investigadas não somente considerando os conteúdos que apresentam em si, mas também como essa teia se forma e o que ela pode dizer por estas relações, pois, afinal, estamos falando de pessoas interligadas por interesses e pela disputa de poder em nome da educação pública. Não se trata de perseguir códigos binários.

Sobre o estudo dessa “teia” e de suas relações sociais, entre grupos, sujeitos, instituições, consideramos as reflexões de Le Goff (1990) acerca do papel do pesquisador como sujeito que analisa um documento. Ainda que esteja falando dos documentos produzidos no passado, acompanhamos a sua ideia sobre a produção de documentos, buscando analisar a “organização mental” de quem o produz, indicando os elementos conscientes e inconscientes da cultura social e política da época em que está sendo apresentado:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

(...)

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não

existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 1990, p. 15 – 16).

Dada a concepção do autor acerca da análise de documentos, esta pesquisa buscará investigar os documentos analisando quem os produziu, com quais motivações e objetivos, para qual público, em que contexto, em qual momento. No caso da FL, ao analisar os documentos, não se pode esquecer de quem estamos falando, quem é este sujeito, quais são seus ideais, o que espera mostrar e conquistar por meio de suas ações, com base em que foram elaborados, que tipo de linguagem e termos apresenta.

Outra característica dos documentos digitais diz respeito à volatilidade dos conteúdos, pois documentos disponíveis hoje podem não ser acessíveis em outro momento por diferentes motivos. Neste sentido, o pesquisador realiza um trabalho de “arqueologia de salvamento”, tornando-se “responsável pela análise e preservação da informação. Não fosse a sua intervenção, o documento poderia ser perdido em caráter definitivo” (Almeida, 2011, p. 16). No presente momento, há uma discussão sobre a natureza e validade de documentos produzidos, apresentados e, depois, descartados da Internet.

Como o dito acima, um historiador deve estar atento à condição de produção, reprodução, guarda e descarte de um documento, sabendo que ele retém as formas de ser e estar no mundo. Devemos compreender que um documento publicizado na Internet pode ser efêmero, porque ele fica, muitas vezes, à mercê das escolhas do momento, pode ser uma mentira, pode ser descartável, lançado à memória digital que, por si só, deixa muitos rastros etc. No entanto, ele não deixa de ser um documento assim mesmo, já que todos esses elementos que o contingenciam mostram os comportamentos e valores deste tempo e que valem a pena compreendê-los, mesmo que o objeto de análise não seja imediatamente ligado ao próprio mundo digital. Em outras palavras, há muita dependência do mundo digital na atualidade e as formas de comportamento diante disso são práticas e, portanto, podem ser estudadas. Além disso, o que está em jogo parece ser a efemeridade de sua guarda, salvaguarda, preservação. Podemos pensar que a ideia de manutenção e descarte de documentos está no cerne do debate arquivístico e, ao que parece, os documentos digitais não necessariamente possuem sujeitos legitimados e intermediários para apontar os critérios de legalidade sobre sua guarda ou não. Talvez o que esteja em jogo seja a posição de quem é o guardião do documento, o que é um assunto aprofundado e que vale maiores discussões.

A autora Bruna Canabrava (2021) investigou anos de relatórios publicados pela Fundação Lemann com a descrição de suas ações e nos conta como, no decorrer do tempo analisado, estes documentos que, no início eram detalhados, passaram a ser cada vez mais simplificados e, alguns deles, ao final de sua pesquisa, tinham sido até mesmo substituídos por outros na página da FL. Por este motivo o procedimento de salvaguarda dos documentos é importante. Entretanto existe aqui o histórico do que a instituição considera digno ou não de ser publicizado sobre ela mesma, seja por economia de dados, seja para que não haja base de fundamentações mais profundas, ou ainda porque a empresa quer ser mais comercial e menos intelectual etc. Quaisquer que sejam os motivos, eles podem ser considerados como rastros e cabe à operação histórica entendê-los também.

Barros (2022) reúne no livro “História Digital” alguns trabalhos que apresentam perspectivas sobre como utilizar, na pesquisa histórica, os documentos de caráter digital. O autor, para quem “a História foi sendo escrita, a cada época, em sintonia com a sociedade que as envolve” (Barros, 2022, p. 7), discorre acerca do que seria a sociedade digital:

A sociedade digital apresenta uma paisagem própria, além de instaurar novas formas de sociabilidade e possibilidades várias relacionadas a informação e comunicação. No mundo digital, os indivíduos não possuem mais somente uma existência presencial; tão importante quanto esta é a sua existência virtual. A sociedade digital é também a sociedade da exposição. Damo-nos a conhecer a pessoas que nunca nos encontraram fisicamente, e também passamos a conhecer pessoas com as quais, em muitos casos, só travaremos contato através de computadores. Além disso, a tecnologia, a informação e a comunicação que conformam este novo mundo afetam todas as dimensões da vida humana acomodada em uma sociedade digital: sua cultura, economia, política, modos de pensar e de sentir, relações sociais e vida material. Elas também redefinem o público e o privado, esboroando as fronteiras entre um e outro e introduzindo novas formas de identidade. A tecnologia, informação e comunicação possibilitadas pelo mundo digital afetam, por fim, a própria historiografia – ou o conhecimento histórico produzido por historiadores e não historiadores ... (Barros, 2022, p. 12).

Assim, com a sociedade digital estaríamos num momento em que os documentos de caráter digital têm muito a dizer. A própria FL é um exemplo de como é dependente desse relacionamento digital com os públicos interessados em seus discursos, tendo em vista que ela se apresenta como empresa sólida de conhecimentos nessa área para vender o seu discurso e produtos e se retroalimenta da capacidade de absorção destes discursos

por este público que, cada vez mais, nutre-se social, política e educacionalmente de ferramentas digitais.

Barros (2022), com relação ao uso de documentos digitais na historiografia, conceitua o que seriam os “fixos” e “fluxos”, utilizando uma adaptação de conceitos do geógrafo Milton Santos no entendimento dos espaços geográficos:

(...) exemplos de fixos virtuais típicos são os blogs, sites, redes sociais disponibilizados aos que percorrem a rede, os *stands* digitais de produtos através dos quais podem ser realizadas operações de compra e venda. Enquanto isso, os fluxos são as trocas de e-mails, a interação dos chats, as mensagens trocadas nas redes sociais, as idas e vindas dos usuários da Internet ao exercerem as novas formas de sociabilidade e a circulação da informação que é proporcionada pela sociedade digital. A peculiaridade da espacialidade digital é que os fluxos deixam registros gravados, que podem ou não ser apagados menos ou mais rapidamente. Ao contrário da conversa presencial no mundo físico, que depois de proferida desaparece no ar a não ser que seja gravada, os diálogos que ocorrem na Web ficam registrados e podem ser lidos por outros – a não ser que seus interlocutores os apaguem (e ainda sim, por vezes ficam registrados na *Deep Web*⁸). São, portanto, fluxos que podem se tornar fixos. Deste modo, pode-se dizer que, no mundo digital, os fluxos e fixos tendem a se confundir um pouco, pois as mensagens que caracterizam uma conversa podem permanecer públicas e se fixarem, ao mesmo tempo em que os blogs e sites podem ser apagados ou transformados, ora se mostrando como fixos, ora manifestando-se como fluxos (Barros, 2022, p. 35 – 36).

Considerando os documentos que são utilizados neste trabalho, os fixos seriam, por exemplo, os materiais disponibilizados na página da Fundação Lemann com as descrições de suas ações, a legislação pesquisada que está disponível na Internet, os conteúdos elaborados pela revista Nova Escola destinados aos professores etc. Os fluxos seriam compostos pelas redes sociais analisadas, as interações entre os sujeitos que compõem esta pesquisa, entre outros, lembrando que eles podem se alternar entre fluxos e fixos.

Embora os documentos digitais apresentem essa possibilidade de movimentações, atualizações, sob a perspectiva de Barros (2022), dificilmente eles se perdem completamente, à medida que um documento modificado ou apagado por um usuário,

⁸ A Deep Web é composta por conteúdos da internet que não estão indexados pelos mecanismos de busca convencionais como, por exemplo, a pesquisa do Google. Para que esses conteúdos possam ser acessados, é necessário que se tenha o endereço exato, as permissões e credenciais (login e senha) necessários (Barros, 2022).

certamente já foi salvo de alguma forma por outro, deixando, como já anunciado, rastros, que é também lembrado por Nahorny (2023),

esses conceitos estão sendo utilizados para tratar das marcas que uma interação digital-virtual causa, pois tudo é possível de ser registrado, cada “clique” se torna um dado e hoje a lógica dos algoritmos opera por meio desses “rastros” (2023, p. 42).

Outra importante questão relacionada às documentações digitais diz respeito à sua veracidade. Marino e Nicodemo (2022) refletem acerca das *fake news*, considerando o quadro teórico metodológico da chamada história digital e como isso interfere no trabalho do pesquisador. Os autores que estudam sobre este tema para a pandemia de covid-19 levantam a problemática da produção das *fake news*, mas também do seu próprio apagamento, à medida que

Por um lado, esse apagamento se justifica em uma retórica dificilmente criticável por si só: quanto menos informações prejudiciais à vida circular, melhor. Por outro lado, a exclusão das falácias da esfera de acesso público também apaga evidências históricas, e, com elas, informações relevantes sobre o teor das desinformações, e principalmente sobre os responsáveis pela sua criação e divulgação. E como se não bastasse, não só as redes sociais apagam informações quando lhes convém: somente em 2019, um grupo formado por Bolsonaro, seus filhos e 11 ministros, apagou mais de 700 posts no Twitter. Independentemente do motivo das exclusões, trata-se de evidências históricas que se foram. Ainda que se argumente que se trata de perfis pessoais, cabendo aos titulares a decisão sobre manter ou não seus dados no ar, essas postagens documentam a ação de personalidades públicas, cujos conteúdos impactam a sociedade (Marino, Nicodemo, 2022, p. 126).

Os autores mostram que a preservação das mentiras tem sua importância como provas diante da responsabilização de seus produtores e divulgadores. A própria mentira é um documento, pois a questão do seu teor está somada à prática social. As redes sociais seriam elementos que “atuam como plataformas para a construção de percepções sociais que viabilizam o apoio a políticas públicas que objetivamente se mostram danosas à população” (Nascimento apud Marino, Nicodemo, 2022, p. 131). Da mesma forma que, antes da existência de documentações digitais, era possível o apagamento de elementos da história, tanto pela destruição de evidências como pelo não registro de dados históricos por aqueles que têm esse poder, com a história digital não é diferente e a produção de mentiras e discursividades fica potencializada. Por outro lado, ainda que uma parcela ampla da população não tenha acesso à Internet e seus dispositivos, esta “voz” pode ser

ecoada por uma camada maior de pessoas, ainda que não tenha os mecanismos de marketing para escalada de suas mensagens.

Com relação aos documentos que são apagados por seus produtores, mas que de alguma forma não deixam de existir por terem sido salvos por outrem, Marino e Nicodemo (2022) chamam de “coleções digitais informais”, pois ainda que não sejam oficiais ou estatais, possuem grande relevância e se constituem como documentos, independente de registrarem fatos ou inverdades, dado que estas últimas também são fonte de história que merecem análise e dizem muito sobre períodos e sujeitos. Diante disso, os autores apontam uma preocupação acerca da descentralização destes arquivos e a insegurança com relação à sua preservação, bem como o seu registro desacompanhado de seu “valor contextual”, principalmente quando se trata de *fake news*, sendo esta questão ainda uma discussão importante a ser realizada pelos órgãos estatais, pesquisadores e empresas responsáveis pelos repositórios digitais na nuvem. A respeito disso, os autores acrescentam:

Considerando os entraves na implementação de políticas de arquivamento digital em algumas das principais instituições arquivísticas do Brasil, deve-se apontar que as fakes news não têm recebido atenção particular dessas instâncias. Com efeito, se o horizonte de preocupações perpassa a esfera dos dados concernentes a políticas públicas do próprio Estado, não há ainda demonstrações consistentes de que órgãos públicos possuam planos ou mesmo condições de monitorar e arquivar notícias falsas que proliferam de forma multidirecional na Internet. Ainda assim, há algumas iniciativas acadêmicas, de veículos de comunicação e de ativistas que procuram atuar nessa direção, e vale a pena mencioná-las brevemente ⁹(Marino, Nicodemo, 2022, p. 141).

Essas iniciativas, embora pensem acerca desta problemática, continuam compondo um conjunto de arquivos informais, coleções não mapeadas, preservação de informação da qual não se sabe exatamente quais são os critérios de seleção e que estrutura de preservação possuem. Neste contexto, faz-se necessário buscar a elaboração de diretrizes e políticas de preservação digitais que possam assegurar essa documentação, por meio de repositórios confiáveis, clareza quanto à seleção dos conteúdos, como são tratados os dados etc. (Marino, Nicodemo, 2022).

Há autores afirmando que as *fake news*, obviamente com outra roupagem, sejam muito anteriores ao nascimento da Internet, o que não elimina a problemática de como

⁹ Os autores citam iniciativas como o Grupo de Estudos da Desinformação em Redes Sociais da Unicamp, o Lupa, o Aos Fatos e a Agência Novelo (MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima. **Fake News e arquivos digitais a partir da experiência da covid-19**. Disponível em: <https://praticasdahistoria.pt/article/download/28210/20226>. Acesso em: 22 set. 2023).

tratá-las e documentá-las, mas nos faz pensar que elas não são peculiares à documentação digital. Constant (2023)¹⁰ cita elementos na história como, por exemplo, as campanhas publicitárias veiculadas no nazismo alemão que podem indicar a circulação de informações “incertas”, boatos e o bombardeio da população com conteúdos duvidosos. Baseando-se no historiador Koselleck, afirma que

O método histórico abarca a fonte da história e também a sua interpretação, objetivismos e subjetivismos. Mas a valorização das fontes e da ciência, por fim, resumem-se à mesma ideia trazida por Koselleck que se aplica às próprias estratégias de combate às “fake news”: a da utilização de métodos científicos e da valorização do estudo das fontes, estas últimas, como diz o historiador alemão, nem sempre dizem tudo, mas sempre têm o poder de veto sobre o que não se pode dizer.¹¹

Assim, em seus procedimentos de pesquisa e análise, este trabalho se propõe a realizar uma “arqueologia do salvamento” dos documentos apresentados, buscando seguir os devidos cuidados em sua análise histórica e compreendendo serem os meios digitais repositórios de documentos legítimos para contar uma história, os quais pedem o seu registro e investigação feito pela crítica histórica. No entanto, indica a necessidade de um aprofundamento na discussão e estruturação metodológica no diálogo com diferentes pesquisadores e instituições precisamente porque o assunto é do interesse daqueles que fazem a produção historiográfica.

Fundamentação teórica

Por fim, para a construção do pensamento e análise do objeto desta pesquisa, é primordial a reflexão sobre o que consiste uma “inovação” e compreendê-la no processo da chamada “inovação educacional”. Embora muito se fale em “inovação” em diferentes âmbitos e ela seja vista, em princípio, como algo positivo, não há um conceito que seja

¹⁰ Isabel Constant é pesquisadora na área de responsabilidade civil, desinformação e regulação de plataformas do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), um centro independente “com atuação em pesquisa científica, incidência, capacitação e comunicação focado nos impactos sociais éticos e jurídicos do desenvolvimento tecnológico” (IP.rec. **Sobre**. Disponível em: <https://ip.rec.br/sobre/>. Acesso em: 26 set. 2023). A página do instituto na Internet disponibiliza conteúdos sobre diversos assuntos ligados ao funcionamento das redes digitais como governança da internet, direitos autorais, algoritmos e inteligência artificial, regulação de provedores de Internet, inovação aberta, ciência cidadã e outros.

¹¹ CONSTANT, Isabel. **Fake News e fonte histórica: os processos de desinformação sob o aspecto do estudo e da checagem das fontes**. Disponível em: <https://ip.rec.br/blog/fake-news-e-fonte-historica-os-processos-de-desinformacao-sob-o-aspecto-do-estudo-e-da-checagem-das-fontes/>. Acesso em: 25 set. 2023.

“sacramentado” para o termo. Para tanto, são utilizados trabalhos que já tenham refletido acerca de seu significado e suas implicações quando colocado no meio educacional.

Essa discussão acima, nos remete a ideia de que o poder de se fazer necessário como sujeito que empreende em nome da educação muito necessita de formas de difusão dessa ideia para que se estabeleça, legitime-se, fixe-se a possibilidade de vê-lo como mentor e mantenedor das “inovações educacionais” que nunca cessam.

A civilização digital, segundo Barros (2022) tem o seu espraiamento gerado pela tecnologia digital. No entanto, o autor também atenta para o fato de que, se hoje a sociedade digital existe, as sociedades não digitais também coexistem com as tecnologias digitais sem, porém, serem revolucionadas por elas.

Este pensamento nos remete a ideia do “bem comum”, trabalhada por alguns autores como Elinor Ostrom¹² e Christian Laval¹³, sobre os quais não pretendemos nos estender por aqui, mas nos fazem pensar que, embora o discurso das inovações e tecnologias educacionais, faça parecer que não temos outros caminhos, a realidade é que muitos processos educacionais ocorrem alheios a isso.

Podemos dizer que o que está em jogo é deixar a FL em condição de estabilidade consensual em conjunto com os seus parceiros corporativos, de modo que eles tenham legitimidade para falar em educação e estabelecer o senso de sujeitos referendados para falar sobre inovação e reformas da educação. Ao citar Gramsci, Williams (2011), nosso principal referencial teórico neste trabalho, tece uma reflexão que nos dá base para pensar estes processos educacionais postulados por esses sujeitos como algo que seria de outras ordens. Para o autor

a hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, como no sentido fraco de ideologia, mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância

¹² Ostrom, ganhadora do Prêmio Nobel de Economia em 2009, pesquisou o funcionamento da economia em grupos de pequenos produtores que possuíam uma auto-organização independente da lógica do mercado, mostrando que muitas pessoas ao redor do mundo vivem de formas diferentes e alheias a um sistema hegemônico (pode-se saber mais sobre o pensamento da pesquisadora em: ARAÚJO, Suelly Mara Vaz Guimarães; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana. **Vicent e Elinor Ostrom: Duas confluências trajetórias para a governança de recursos de propriedade comum**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KQ8KxnVv4MKmvgWbzbCBm6m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2023).

¹³ Sociólogo, autor do livro “Comum: ensaio sobre a revolução do século”, e outros, Laval fala acerca de um governo coletivo dos recursos e defende que o comum está na atividade dos seres humanos, propondo uma alternativa política ao neoliberalismo.

e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura.

Essa noção de hegemonia, que satura profundamente a consciência de uma sociedade, parece ser fundamental para mim. E, ao contrário das noções gerais de totalidade, a hegemonia possui a vantagem de enfatizar, ao mesmo tempo, a realidade da dominação (Williams, 2011, p. 51-52).

No sentido apresentado, a educação “inovadora”, que seria não somente mediada por “tecnologias educacionais”, mas por elas definida, é um elemento de um discurso hegemônico, centralizador, colocado de forma a construir um senso comum de que não há outros caminhos possíveis ou que maneiras diferentes de educação na atualidade, seriam um modo de formar das pessoas “ultrapassadas”, como aquelas que estão aquém da lógica imposta.

Há sempre uma discussão entre tradição e inovação em jogo, quando o assunto é determinar a morte de uma prática diante de outra munida de poder discursivo. Baseando-se em Williams (2011), podemos dizer que processos educacionais alheios a esses discursos corporativos ocupariam um lugar de “prática alternativa”, num espaço que foge à lógica do capital, mas que é “permitido” por ele enquanto permanecer à margem:

Na prática capitalista, se a coisa não está dando lucro, ou se não está sendo amplamente divulgada, então ela pode ser, por algum tempo, deixada de lado, ao menos enquanto permanecer alternativa. Ao tornar-se explicitamente opositora ela é, evidentemente, abordada ou atacada (Williams, 2011, p. 60).

É possível que estejamos diante de uma estratégia da qual o capitalismo se usa há tempos, que seria o ataque a processos não condizentes com suas práticas (não lucrativos) ou a apropriação de tais processos, quando oportuno, incorporando-os à sua própria lógica. Dessa forma, enquanto processos educacionais fora da lógica deste sistema permanecem somente como algo “alternativo”, não impactando a permanência hegemônica da educação “inovadora” e “tecnológica”, é-lhes permitida uma coexistência.

Usamos as reflexões de Raymond Williams (1992) sobre o termo “inovação” para pensar a reprodução cultural. Em sua obra, ao pensar a estrutura de sentimentos, indica que esse movimento que se diz “inovador” está disposto no embate entre tradição e inovação, mostrando que o processo histórico de sua fixação acontece dentro de uma estrutura social já posta e que da sua relação com a tradição, esta que um dia já foi nova também, instalam-se a formulação e fixação de uma outra novidade. Isto é, há

relacionamentos sociais que imprimem clivagens de ideias em disputa sobre o que é novo ou não. O autor, ao falar sobre “processos sociais de inovação”, estabelece situações nas quais a inovação pode ser socialmente relacionada, sendo elas:

- (i) A ascensão de novas classes sociais, que introduzem novos tipos de produtor e de interesse e/ou dão apoio a novas obras.
- (ii) Redefinição por uma classe social existente, ou por uma fração, de suas condições e relações, ou da ordem geral dentro da qual essas existem e estão se alterando, de modo que novos tipos de obras sejam necessários.
- (iii) Mudanças nos meios de produção cultural, que oferecem novas possibilidades formais; estas podem ou não estar de início vinculadas com (i) e (ii).
- (iv) Reconhecimento, por movimentos especificamente culturais, das situações indicadas em (i) e (ii), em um nível precedente ou não diretamente ligado à organização social sistematizada a que pertencem (Williams, 1992, p. 199).

Como se pode observar, na perspectiva de Williams, uma inovação depende de muitos fatores para ter o seu reconhecimento como tal. Há a possibilidade de que uma classe social se apresente com uma força política e social que indique as condições inovadoras, até mesmo para a manutenção de seu próprio status; alterações no quadro histórico em que haja a necessidade de recomposição de novos atores e objetos para que seja apresentado um novo quadro de reprodução social; produção e reconhecimento de coisas ou ações sejam apresentadas como inovadoras, de modo que podem ou não estar imediatamente ligadas ou apresentadas como interesses de classe.

Fazendo uma análise inicial acerca dessas considerações, aplicadas à análise da cultura, podemos dizer que uma inovação seria algo gerador de transformação com determinado impacto numa dada realidade. Trazendo a reflexão para o campo da educação, poderíamos supor que uma inovação poderia, por exemplo, mudar a realidade daquilo entendido por dado contexto por “educação” e que seja produtor e reproduzidor de um processo educacional “inovador”. Nos dois sentidos, uma novidade não surge do nada. Ela está coligada a ações de grupos que, social e politicamente, podem fazê-la surgir como tal. Devemos lembrar que inovações podem aparecer todos os dias, inclusive de maneira improvisada, mas não são todas que ganham o destaque para serem apresentadas como tal. Isso é, uma inovação se faz enquanto ganha poder simbólico para tanto.

Voltando à reflexão de William (1992) acerca dos processos sociais de inovação, o pensador indica que

mesmo alterações inteiramente radicais das condições dessas relações – como, por exemplo, acordos coletivos de trabalho, maior poder para os sindicatos, ou uma parcela maior do produto para seus produtores diretos – são compatíveis com a reprodução ainda efetiva da forma profunda de propriedade privilegiada e da consequente condição geral de trabalho assalariado. Esse grau de proximidade, essa virtual identidade entre as condições da maioria das práticas e uma forma de relações sociais profundamente organizada constitui, pois, o processo de reprodução em seu nível mais definido (Williams, 1992, p. 187).

Para o autor, alterações ainda que possam parecer profundas e romper com uma ordem estabelecida, em muitos casos estão apenas reproduzindo, de forma que “as inovações significativas podem não ser só compatíveis com uma ordem social e cultural tradicional; podem, exatamente no processo de modificá-la, constituir as condições necessárias de sua reprodução (Williams, 1992, p. 198-199). Trazendo isso para o contexto das interferências da FL na educação pública e como isso tem sido realizado, o que se percebe é que, em nome da mudança e da inovação na educação, mantêm-se as diferenças sociais, o poder hegemônico de uns sobre os outros, o destaque de poucos sob o véu da meritocracia, que sejam suficientes para continuar exercendo seu lugar de explorada.

O autor, ao falar sobre a reprodução cultural na educação, as relações sociais e os poderes que interferem neste processo, diz o seguinte:

É característico dos sistemas educacionais pretenderem estar transmitindo “conhecimento” ou “cultura” em sentido absoluto, universalmente derivado, embora seja óbvio que sistemas diversos, em épocas diversas e em países diversos, transmitem versões seletivas radicalmente diversas de conhecimento e de cultura. Além disso, é certo, como mostraram Bourdieu (1977) e outros, que há relações fundamentais e necessárias entre essa versão seletiva e as relações sociais predominantes em vigor. Pode-se perceber isso no arranjo de um dado currículo, nas modalidades de seleção dos que devem ser instruídos e de que maneira, e nas definições da autoridade educacional (pedagógica) (Williams, 1992, p. 183-184).

Sendo a educação um campo de disputas políticas em que os diferentes poderes determinam os seus rumos, de acordo com o tipo de sociedade que se busca, podemos colocar a ideia de inovação na sua relação com aqueles que tem o poder de determiná-la. Aqui, “inovação” aparece sob esse véu constituidor das condições necessárias de reprodução de algo. Somos levados a pensar que as ações da Fundação Lemann e outros sujeitos que se autocaracterizam como “inovadores”, ao mesmo tempo batalham para dar à cultura o formato que lhes favoreça, envolvidos pela ideia de mercado, o que exige novas

“habilidades”, reproduz uma sociedade de classes em que as “oportunidades estão dadas” e os privilégios disponíveis estão para aqueles que os alcançam com “mérito”. Isto é, a inovação não é algo simplesmente “bom” porque é “novo”.

Além disso, o autor nos faz pensar que os processos inovadores precisam ser apresentados como tais, dadas as seleções de seus conteúdos. De certo modo, processos inovadores podem acontecer todos os dias e não ter o seu reconhecimento detectado ou simplesmente não ser sentido como tal, como dito anteriormente. Isso nos leva à ideia de que uma inovação educacional ter que ser apontada e se fixar assim e, neste caso, tratamos de entender quem são os agentes, grupos, instituições com o poder de fazê-lo. É a apresentação de uma noção que depende de um forte jogo político.

Para além de pensar este processo como um ideário de sociedade, não se pode deixar de lado as vantagens alcançadas no processo até que se atinja este fim. As “inovações” “estão dentro das disputas pelo currículo e apelam à renovação eterna em um ambiente que é perenemente revigorado por novos alunos. Isto é um campo aberto para consumo de tecnologias começando pelo berçário” (Braghini, 2021)¹⁴. A implantação, produção e reprodução de “inovações” forma um mercado lucrativo e constitui uma rede que mantém as necessidades do capital. Pensar na Fundação Lemann como determinadora de inovações educacionais é pensar nas formas de se ganhar dinheiro. Neste caso, “inovações educacionais” são uma forma socialmente aceitável de compreender a usura e pode ser medida em graus a quem ela mais beneficia.

Também Tavares (2019), ao analisar diferentes trabalhos que tratam da inovação educacional, conclui sobre a importância do estudo sobre as complexidades sociais e políticas que instituem o que é uma “novidade” educacional:

A discussão sobre inovação educacional deveria ser intensificada no contexto brasileiro, considerando que muitos trabalhos apresentam uma linguagem extremamente técnica e demonstram uma tendência a entender a inovação como um processo administrativo, desconsiderando a importância do quadro social, cultural, histórico e político em que operam todas as inovações. Pode-se notar que os empenhos têm se dirigido mais a difundir e modelizar experiências do que compreendê-las em sua complexidade e integralidade no âmbito dos atores, processos, relações, dinâmicas, resistências, dilemas, conflitos e contradições (2019, p. 15).

¹⁴ BRAGHINI, Katya. **As armadilhas da educação via plataformas**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-armadilhas-da-educacao-via-plataformas/>. Acesso em: 29 set. 2023.

Não se trata, mais uma vez, com essa pesquisa, de desqualificar o “aspecto técnico”, levando em conta que ele também tem um significado histórico que deve ser considerado. A sua pertinência ou não e a sua apresentação a-histórica e empobrecedora, sem a devida crítica, é também motivo de estudo deste trabalho. Contudo o fato é que a condição de enaltecimento da técnica como uma prática resultante em tecnologias de informação como o único caminho de entendimento de inovações nestes discursos deve ser questionada como forma de instituição de uma “verdade”.

Portanto, esta pesquisa busca compreender a complexidade dos processos ditos “inovadores” neste contexto em que instituímos uma forma de entendimento de inovação educacional pela voz de uma fundação privada que interfere na organização da educação pública. O foco de análise é a Fundação Lemann, suas ações e difusão de seu ideário que procura demarcar a sua legitimidade quanto ao que deve ser instituído como novidade nos processos educacionais no Brasil.

No primeiro capítulo buscamos localizar quem é Jorge Paulo Lemann, como empresário e proprietário de grandes empresas, suas origens e atuação em diferentes âmbitos públicos e privados, pois entendemos que essa dimensão tem relevância na compreensão sobre como ele atua, o que defende e o que torna possível os seus passos. No segundo capítulo, abarcamos a Fundação Lemann e suas frentes de atuação por meio de suas ramificações, buscando descrever suas ações na educação e sua relação com muitos parceiros, bem como sua ligação com empresas produtoras de tecnologias educacionais e como age para inseri-las no “mercado da educação”. Por fim, no terceiro e último capítulo, falaremos sobre como a Fundação Lemann e seu criador atuam para interferir na educação pública e definir políticas para ela, sempre tendo como norte o discurso da “inovação” no qual se apoiam e, principalmente, como foram protagonistas na elaboração da atual BNCC.

CAPÍTULO 1. Jorge Paulo Lemann como indivíduo e empresário: o sujeito que pretende inovar a educação enquanto se envolve em escândalo financeiro

Nascido em 26 de agosto de 1939, no Rio de Janeiro, Jorge Paulo Lemann, de 84 anos, é filho de mãe brasileira e pai suíço. Seus avós maternos eram suíços e donos de uma loja de chapéus. Vieram para o Brasil investir na produção de cacau na Bahia. O pai era dono da fábrica de laticínios Leco, abreviatura de Lemann & Company. Os bens da família fizeram com que Lemann pudesse ter uma vida tranquila financeiramente (Oliveira, 2020).

Lemann teve seis filhos, sendo três do primeiro casamento com a brasileira psicanalista Maria de Santiago Dantas Quental e três do segundo casamento, com a educadora suíça Susanna Lemann (Leitão, 2022), com quem ainda é casado e que integra o conselho da Fundação Lemann.

Jorge Paulo Lemann teve também sua participação no mundo do tênis, tendo sido jogador profissional e alcançado o ranking mundial por três vezes. Foi campeão brasileiro cinco vezes, já representou o Brasil e também a Suíça na Copa Davis. Deixou o esporte profissional “após avaliar que não chegaria aos “Top 10 do mundo” e passou a dedicar a sua voracidade esportiva no mundo dos negócios” (Alves, 2019, p. 21). Ainda assim, continuou praticando o esporte e fundou, em 2002, o Instituto Tênis, projeto apoiado pela Fundação Lemann cuja proposta “acredita na disseminação do esporte pelo país e segue modelo pautado no mundo dos negócios, com metodologia baseada nos conceitos e princípios da meritocracia” (Alves, 2019, p. 21).

Atualmente é considerado um dos homens mais ricos no mundo e o mais rico no Brasil, possuindo uma fortuna estimada em 16,1 bilhões de dólares. Em segundo e terceiro lugares no Brasil estão seus sócios Marcel Hermann Telles, com 10,8 bilhões de dólares e Carlos Alberto Sicupira, com 8,8 bilhões de dólares, respectivamente (Scaff, 2023). Cabe aqui lembrar que, nos últimos dois anos (2021 – 2022), 1% da população mundial acumulou duas vezes mais riqueza que o restante do mundo neste período (Luhby, 2023), acirrando de forma gritante a desigualdade social.

Tendo feito sua formação básica na Escola Americana do Rio de Janeiro e graduação em Economia em Harvard (Alves, 2019), Lemann é conhecido por ser um grande empreendedor e ter realizado grandes negócios ao longo da vida. No quadro a

seguir, estão resumidos cronologicamente seus principais negócios junto aos sócios Marcel Telles e Beto Sicupira.

Quadro 1. História de Lemann e sócios nos negócios

1971	Adquirência do Banco Garantia.
1981	Compra das Lojas Americanas.
1982	Criação da GP Investments por meio do Banco Garantia.
1984	Parceria entre as Lojas Americanas e a rede Walmart.
1989	Criação da São Carlos Empreendimentos, empresa de investimentos e administração de imóveis comerciais.
	Compra da cervejaria Brahma.
1994	Compra da Cervejaria Nacional da Venezuela.
1999/2000	Fusão entre as cervejarias Brahma e Antártica, originando a Ambev (American Beverage Company).
2002	Compra da cervejaria argentina Quilmes, consolidando o monopólio cervejeiro na América Latina.
2004	Fusão entre Ambev e a cervejaria belga Interbrew, formando a InBev e expandindo o negócio cervejeiro para a Europa.
	Fundação da 3G Capital por Alexandre Behring com recursos de Lemann e seus sócios.
2005	A GP Investments é vendida para Antônio Bonchristiano e Fersen Lembrinho, que eram sócios minoritários do triunvirato (Lemann, Telles e Sicupira). O controle acionário das empresas do trio, que era feito pela GP Investments, passa para a 3G Capital, criada um ano antes.
	Criação da companhia digital Americanas.com.
2006	Fusão da Americanas.com com a Submarino.com e a Shoptime, que passam a liderar o comércio eletrônico na América Latina.
2008	Compra da cervejaria americana Anheuser-Busch, formando a AB InBev.
	Compra de parte da Wendy's, terceira maior rede de fast food dos EUA.
2010	Compra do Burger King.
	Criação da Gera Venture Capital, gestora de recursos focada em educação.
2013	Compra da Heinz.
2014	Compra da empresa de restaurantes canadenses Tim Hortons, formando o conglomerado Restaurant Brands International (RBI).
2015	A Heinz compra a Kraft, formando a Kraft-Heinz.
2016	Compra da cervejaria anglo sul africana SABMiller.
2017	O grupo Restaurant Brands International (RBI) compra a Popeyes, empresa multinacional norte-americana de restaurantes fast food de frango frito.

Fonte: Alves, 2019; Pinho, 2016. Dados organizados pela autora.

A história de Jorge Paulo Lemann como empresário e indivíduo mostra a sua ambição em sempre crescer mais e mais, em ser o maior, em ser o melhor. Isso pode ser observado na desistência do tênis como esportista profissional, quando ele não pode ser o “melhor”; na compra de várias e importantes cervejeiras buscando destaque mundial no ramo e se tornando a maior estrutura do mundo na distribuição de bebidas, segundo Loes e Masson (2008); na compra de grandes empresas do ramo alimentício quando, de acordo com Alves (2019), buscava ser maior que a rede McDonald’s.

Em uma apresentação realizada no Insper, em parceria com a Fundação Estudar, contando a sua trajetória em Harvard afirma:

a maioria das pessoas que me conhecem, e conhecem meus negócios sabem que eu sempre digo que ter um sonho grande dá o mesmo trabalho que ter um sonho pequeno. Então, eu passei a ter sonhos grandes. Sempre pensei em fazer maior e melhor. A outra coisa que eu aprendi em Harvard e faz parte das minhas características foi a escolha de gente...Quando você convive com a excelência humana, você começa a saber quais são os mais excelentes...Esses três curtos anos que eu tive em Harvard, mas que me fizeram conviver com as pessoas mais excelentes do mundo, eu acho que tiveram uma grande influência na minha escolha de gente...A outra coisa que eu aprendi em Harvard foi o poder das ideias...Lá em Harvard eu vi como ideias boas, importantes, tinham um efeito muito maior do que qualquer fato temporário. Por causa da experiência em Harvard também desenvolvi com meus sócios os princípios básicos que nos orientaram nos nossos negócios, tanto no banco como mais tarde na Brahma e nas Lojas Americanas... Essas ideias básicas e também o poder das ideias foi algo que aprendi em Harvard... Harvard é o lugar pra todo mundo com vontade de fazer melhor...Esse é o clima de Harvard e esse clima de tentar melhorar, de querer fazer melhor me afetou todos esses anos e afetou os nossos negócios...Me deu um foco e método de obter resultados...O simples é sempre melhor que o complicado. Quando você vê muita teoria, acaba vendo que o que é bom é sempre simples e isso acabou me afetando o resto da vida...Outras coisas que fizeram parte foi a meritocracia, o senso de dono ou de propriedade ou de sociedade... (Fundação Estudar, 2012).¹⁵

Nesta fala de Lemann pode-se observar diversos elementos nos quais ele se apoia para a gestão de seus negócios como a meritocracia, a gestão por resultados, a alta eficiência com o mínimo de recursos e a competição, características que, como veremos adiante, ele acredita serem essenciais também na educação. Embora seja “endeusado” pelo sucesso como empresário, tais valores, característicos do neoliberalismo, promovem

¹⁵ LEMANN, Jorge Paulo. **O que aprendi em Harvard (1/2)**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rhaeYj7cln0&list=RDCMUCREPBIKgkrdcTTfdarO5Tjw&start_radio=1. Acesso em: 29 set. 2023.

a precarização do trabalho, a exploração e insegurança na vida do trabalhador. Brown (2021) entende o neoliberalismo da seguinte forma:

O neoliberalismo é comumente entendido como um conjunto de políticas econômicas que promovem ações irrestritas, fluxos e acumulações de capital por meio de tarifas baixas e impostos, desregulamentação das indústrias, privatização de bens e serviços anteriormente públicos, desmonte do Estado de bem-estar social e a dissolução do trabalho organizado. Foucault e outros também nos ensinaram a entender o neoliberalismo como uma racionalidade governamental que gera tipos distintos de sujeitos, de formas de conduta e de ordens de significado social e valor. Diferentemente da ideologia - uma distorção ou mistificação da realidade - a racionalidade neoliberal é produtiva, formadora do mundo: ela economiza todas as esferas e os esforços humanos, e substitui um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados, e com estados orientados pelas necessidades do mercado. À medida que a racionalidade neoliberal se torna nosso senso comum generalizado, seus princípios não governam apenas por meio do Estado, mas também se espalham pelos locais de trabalho, pelas escolas, pelos hospitais, pelas academias, pelas viagens aéreas, pelo policiamento e por todas as formas do desejo e das decisões humanas (Brown, 2021, p. 96-97).

Essa posição justifica fazer algumas breves sínteses sobre a sua atuação como empresário, tendo em vista sua auto apresentação como “empresário preocupado com a educação brasileira” e possuidor de muitos dos seus supostos atributos e posições sobre sujeito e grupos imediatamente coligados à definição acima, como se verá. Ao falar sobre as empresas deste sujeito e a aplicação da “cultura Garantia”, herdada dos princípios do Banco Garantia, Loes e Masson (2008), afirmam que

A meritocracia funciona às claras. Quem não atinge as metas raramente permanece no grupo. Os que ficam são estimulados a pensar como donos – o que os obriga a investir o que ganham apenas na própria empresa, jamais em outros fundos ou ações. Duas outras características que definem a cultura Garantia são a obsessão por custos, que costuma provocar demissões em massa nas empresas que o grupo adquire, e a discrição.¹⁶

Os mesmos autores ainda contam que a atual AB InBev é detentora de diversos processos trabalhistas e de assédio moral por promoverem a humilhação de funcionários

¹⁶LOES, João; MASSON, Celso. **A vitória do novo capitalismo brasileiro**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT8375-15259-8375-3934,00.html#:~:text=A%20meritocracia%20funciona%20%C3%A0s%20claras,em%20outros%20fundos%20ou%20a%C3%A7%C3%B5es.> Acesso em: 05 jan. 2023.

que não atingem as metas colocadas e exigirem submissão pessoal por parte dos funcionários.

A estratégia que era adotada no Banco Garantia baseava-se num “sistema de bônus que servia de estímulo para um desempenho melhor do seu funcionário. A tática era pagar um salário abaixo da média do mercado, mas com premiações quase milionárias, que legitimavam a produtividade e o trabalho duro” (Garcia, 2021).¹⁷

Em janeiro de 2023, a credibilidade que Jorge Paulo Lemann e seus sócios Marcel Telles e Alberto Sicupira alcançaram como empresários de sucesso com esforço, trabalho, gestão eficiente e boas ideias, como promovem, ficou abalada em função da apresentação de inconsistências contábeis sérias nas Lojas Americanas, cujo correspondente a 29% do controle acionário é realizado pela 3G Capital¹⁸, empresa de investimentos pertencente aos três sócios, como dito anteriormente.

Quando o problema foi identificado, estimava-se que 20 bilhões de reais “deixaram de ser registrados como dívidas no balanço da Americanas” (Ragazzi, 2023).¹⁹ Devido ao problema, a Americanas entrou em recuperação judicial, mas há dúvidas entre gestores de recursos e especialistas sobre a ocorrência de fraudes. Os bancos credores da empresa disseram que os bilionários deveriam se responsabilizar e colocar entre 10 e 15 bilhões de reais para salvar a empresa, ao que o trio respondeu dizendo que disponibilizaria uma quantia de 6 bilhões de reais (Ragazzi, 2023).

No dia 12 de janeiro de 2023, Sérgio Rial, que estava na presidência da Americanas há somente dez dias, renunciou ao cargo ao descobrir a inconsistência contábil da companhia, o que fez o valor da ação da empresa cair 77% (Matos; Miato, 2023).²⁰ Na noite de 22 de janeiro, Lemann e sócios se pronunciaram por meio de nota

¹⁷ GARCIA, Iago. **Jorge Paulo Lemann: conheça um dos homens mais ricos do Brasil**. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/jorge-paulo-lemann-conheca-a-historia-do-homem-mais-rico-do-brasil-e-que-se-tornou-acionista-das-maiores-empresas-globais/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

¹⁸ Empresa de *private equity* (patrimônio privado), modalidade de investimento de empresas privadas com potencial de crescimento sem abertura no mercado de capitais. O investidor recebe uma cota da empresa em troca de capital injetado. Depois, com a empresa valendo mais, o gestor vende sua participação acionária a fim de obter lucro (Gonçalves, 2022).

¹⁹ RAGAZZI, Ana Paula. **Crise da Americanas ameaça reputação de bilionários brasileiros**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/crise-da-americanas-ameaca-reputacao-de-bilionarios-brasileiros.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2023.

²⁰ MATOS, Thaís; MIATO, Bruna. **Americanas desaba na bolsa após descoberta de rombo de R\$ 20 bilhões; entenda o caso**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/12/americanas-desaba-na-bolsa-apos-descoberta-de-rombo-de-r-20-bilhoes-entenda-o-caso.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2023.

pública sobre o caso afirmando não terem conhecimento das manobras contábeis e que nunca admitiriam tais ações:

Jamais tivemos conhecimento e nunca admitiríamos quaisquer manobras ou dissimulações contábeis na companhia. Nossa atuação sempre foi pautada, ao longo de décadas, por rigor ético e legal. Isso foi determinante para a posição que alcançamos em toda uma vida dedicada ao empreendedorismo, gerando empregos, construindo negócios e contribuindo para o desenvolvimento do país (Lemann, Telles e Sicupira, 2023).²¹

Na nota, o trio culpa a empresa Price Waterhouse (PwC), consultoria responsável pela auditoria contábil das Americanas. Lamentam as perdas de investidores e credores, afirmam que também tiveram prejuízos e se dispõem a trabalhar pela transparência e recuperação da empresa. Muito além dos prejuízos de Lemann e sócios, bancos e outros envolvidos, Konchinski (2023)²² frisa que o risco de falência da empresa coloca em xeque o emprego de 43 mil empregados.

Para Luis Nassif (2023), houve fraude considerando que o rombo começou há pelo menos 10 anos. Para o jornalista, “havia uma relação de cumplicidade entre os controladores e os diretores estatutários”²³. O autor aponta alguns elementos como indícios de que o golpe estava preparado como:

- Em 2021, a 3G Capital reduziu sua participação nas Lojas Americanas, sem exigir nenhum prêmio em troca;
- As reuniões do conselho da empresa eram presididas pelo sócio de Lemann, Sicupira. Assim, é questionável a alegação dos sócios de que não tinham conhecimento algum sobre as manobras contábeis;
- O salário do presidente da Americanas está entre os mais altos comparando com o salário de presidentes de grandes empresas como Itaú, Santander, Kroton, Bradesco, Vale e outras;

²¹ FORBES MONEY. **Lemann, Telles e Sicupira se pronunciam sobre rombo da Americanas.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/01/lemann-telles-e-sicupira-se-pronunciam-sobre-rombo-da-americanas/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

²² KONCHINSKI, Vinicius. **Caso Americanas gera briga entre mais ricos do país, mas pode prejudicar os mais pobres.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/18/caso-americanas-gera-briga-entre-mais-ricos-do-pais-mas-pode-prejudicar-os-mais-pobres>. Acesso em: 23 jan. 2023.

²³ NASSIF, Luis. **Os bilionários e o golpe das Americanas.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-bilionarios-e-o-golpe-das-americanas/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

- A recente ocupação da direção da Americanas por Sérgio Rial, que fora presidente do Banco Santander anteriormente, fez as ações da empresa (que vinham caindo), terem duas altas seguidas;
- Após essas altas, os diretores das Americanas venderam 223 milhões de reais em ações, cujo valor voltaria a cair drasticamente em janeiro de 2023.

Com as investigações, apurou-se que o débito total das Americanas era de 48 bilhões de reais, o equivalente a quase cinco vezes o seu patrimônio líquido. Para Dieguez (2023), “a expressão “inconsistências contábeis” era, na verdade, um eufemismo para se referir a uma fraude titânica. A maior fraude da história das corporações brasileiras”²⁴. Em sua investigação sobre o caso Americanas, Dieguez conta como os salários fixos dos funcionários é baixo, mas eles são bonificados por bom desempenho, consistindo numa cultura de metas desumanas, trabalho em excesso e corte de custos até o limite. O autor, com base em manifestações de Sérgio Rial, afirma que o ocorrido com a empresa é chamado de “risco sacado”:

Trata-se de uma transação bastante comum entre os bancos e as empresas de varejo. Funciona assim: a varejista compra um produto do seu fornecedor, mas, para não se descapitalizar, transfere a dívida para um banco. O banco, então, paga o fornecedor à vista, mas com um pequeno desconto. A varejista passa a dever para o banco, com o qual, apesar da incidência de juros, consegue dilatar os prazos de pagamento – prazos largos que não conseguiria obter com seu fornecedor. Ao fazer essa transação, a varejista precisa lançar a operação de risco sacado no seu balanço como dívida bancária. Afinal, o débito que tinha com o fornecedor foi assumido pelo banco.

Foi aí que começou a fraude na Americanas: os gestores não contabilizavam tal dívida bancária no balanço. Para todos os efeitos, era como se não existisse. Eles recorriam a essa maquiagem por dois motivos. Primeiro porque, ao esconder as operações de risco sacado, a varejista conseguia apresentar um balanço com lucro (falso) e não com prejuízo (verdadeiro). Durante dez anos, o balanço brilhou como se a empresa fosse saudável e as ações da companhia se valorizaram, ano após ano, levando mais e mais investidores a comprar seus papéis – o que acabava garantindo mais dinheiro no caixa. Os bons resultados – fictícios – ajudavam a Americanas a se capitalizar e obter empréstimos junto aos bancos.

O segundo motivo era a ganância dos gestores. Como eram remunerados com base no desempenho da companhia, os executivos

²⁴ DIEGUEZ, Consuelo. **Americanas, a fraude titânica: escândalo da gigante do varejo pôs em xeque a cultura de negócios de Lemann, Telles e Sicupira, três dos mais ricos e incensados empresários do Brasil**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-fraude-titanica/>. Acesso em: 20 set. 2023.

embolsavam bônus estratosféricos quanto melhor fosse o resultado. Parte desses bônus era pago em ações da varejista. Portanto, eles ganhavam duas vezes: com os bônus recebidos pelo bom desempenho da empresa e com a valorização das suas ações, turbinadas pelos números maquiados (DIEGUEZ, 2023).

No dia 19 de janeiro de 2023, a Americanas entrou na justiça com um plano de recuperação judicial, que foi aceito pelo juiz Paulo Assed Estefan. Com isso, há um abatimento de até 70% das dívidas e o restante pode ser pago em parcelas cujo pagamento pode ser iniciado em até dois anos. Desse modo, credores e fornecedores foram prejudicados, enquanto o trio Lemann, Telles e Sicupira permanece com sua fortuna inabalada. Durante todo o processo, estes sujeitos foram representados pelo advogado das Americanas e seus diretores, mantendo-se num pedestal sem dar justificativas, como se o problema não tivesse relação alguma com eles e afirmando não ter ciência do problema que estava por estourar (Consuelo, 2023).

De acordo com pesquisas e entrevistas realizadas por Consuelo (2023), colaboradores e ex-colaboradores afirmam que não havia transparência na empresa. O trabalho era realizado sob muita pressão, ameaças, com uma gestão centralizadora, altas cargas de trabalho e humilhação, o que fez a Americanas colecionar uma série de processos trabalhistas por assédio moral e outras questões, o que, como já citado, ocorre também com a cervejeira AB Inbev, da qual Jorge Paulo Lemann também é proprietário.

O trabalho de Consuelo (2023) segue fazendo uma série de denúncias de atos que prejudicaram não somente os grandes credores como os bancos (inclusive o banco público Caixa Econômica Federal), mas também pequenos fornecedores, numa “prática predatória”, conforme palavras de uma das entrevistadas, das quais não nos cabe neste momento aprofundar, mas que mostram os valores da empresa e de seus proprietários, bem como os meios dos quais ousam se utilizar para atingir seus fins. Como dito por Consuelo (2023), no “caso da Americanas, a troica do capitalismo brasileiro se eximiu da responsabilidade pelo fracasso do negócio”, que ainda continua sob investigação.

Além do fato ser em si preocupante, questões de grande importância têm sido levantadas quanto à Eletrobras, que após a privatização em julho de 2022, passou a ter a 3G Capital como maior acionista. A PwC, empresa apontada como responsável pelas auditorias contábeis das Americanas, foi a avaliadora no processo de privatização da

Eletrobras e possui uma relação estreita com os gestores da 3G Capital (Luna, 2023).²⁵ Alves (2019) nos conta em seu trabalho sobre o início do processo de privatização da Eletrobrás, que teve a 3G Capital no centro desta discussão:

Em agosto de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a compra da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), distribuidora da Eletrobrás, pela empresa Equatorial Energia. O arremate da empresa ocorreu no final de julho de 2018, num leilão com lance único da Equatorial Energia, que ofereceu pagar um bônus de outorga de R\$ 95 milhões ao Tesouro Nacional e R\$ 45,5 mil à Eletrobrás. O idealizador da privatização da Eletrobrás é o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia do governo Temer, Paulo Pedrosa, operador colocado para comandar o Ministério. Paulo Pedrosa teve fortes ligações com o fundo de capital privado (private equity) Garantia Partners Investimentos (GP Investments). O grupo nasceu do interior do Banco Garantia na administração de ativos e atualmente opera com o nome de 3G Capital. Paulo Pedrosa foi conselheiro da Celpa, da Cemar, da Light e da Equatorial, que é controlada pela empresa 3G Capital.

O fundo de investimento 3G é hoje o segundo maior acionista privado da Eletrobrás e foi um dos grandes compradores de ações na véspera do anúncio da privatização. Por intermédio da 3G Capital, foram realizadas as compras da Cemar (Centrais Elétricas do Maranhão), da Celpa (Centrais Elétricas do Pará) e agora da Cepisa. As empresas adquiridas são administradas pela empresa Equatorial. Pelo que tudo indica, a meta do grupo Equatorial é assumir o controle da Eletrobrás (Alves, 2019, p. 17-18).

Aqui vemos como uma instituição privada, a 3G Capital, beneficia-se de uma relação política para adquirir um bem público. As informações mostram que as ações em prol da privatização da estatal começaram muito antes da sua concretização. Konchinski (2022) conta que a 3G Capital já possuía cerca de 11% das ações preferenciais da companhia (aproximadamente 760 milhões de reais), o que lhe dava preferência no recebimento de dividendos (parte dos lucros da empresa que são distribuídos aos acionistas), além de direito a voto sobre os rumos da empresa. A 3G Capital ainda indicou, em 2018, Elvira Cavalcanti para o Conselho da Eletrobras, quando a companhia se preparava para a privatização. Elvira se tornou diretora financeira e de relações com investidores e chegou a presidir a companhia em 2021.

A privatização se concretizou em junho de 2022, quando o governo reduziu sua participação na empresa de 68,6% para 40,3%, passando a ser acionista minoritário e,

²⁵ LUNA, Denise. **Eletrobras: empregados creem que crise nas Americanas pode impactar empresa.** Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/negocios/eletrobras-elet6-prejuizo-americanas-amer3/>. Acesso em: 28 set. 2023.

portanto, tendo menor poder de decisão nos rumos da companhia. A 3G Capital se tornou a maior acionista da Eletrobras (França, 2022) pela balela de 50 mil reais. Outro fato relevante, apontado pelo Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (2020), é que o Engenheiro Diogo Mac Card, então Secretário de Desestatização do Ministério da Economia, que atuou fortemente a favor da privatização da Eletrobrás, foi bolsista da Fundação Lemann, tendo estudado em Harvard entre 2016 e 2017.

Entre os problemas apontados como resultado da privatização estão o encarecimento da energia elétrica aos brasileiros, as condições de trabalho dos funcionários da companhia, cujos principais gestores “desocuparam” os cargos, o controle da energia e da água (itens básicos de sobrevivência) por agentes privados, entre muitos outros que continuarão a ser acompanhados.

Embora Jorge Paulo Lemann siga afirmando não se envolver politicamente enquanto cuida de seus negócios, o que, como veremos adiante, também não é o que se reflete em suas ações na educação pública, vale colocar que, antes da configuração do governo Temer que propiciou a privatização da Eletrobras e o controle pela 3G Capital, o Movimento Vem pra Rua que pregava o combate à corrupção e pedia o impeachment de Dilma Rousseff, possuía o site “vempraru.org.br”, cujo endereço eletrônico estava registrado em nome da Fundação Estudar, um dos muitos braços da Fundação Lemann (Alves, 2019). Para Nassif (2023), na privatização da Eletrobras houve

a subavaliação da Eletrobras, pela Price Waterhouse (PcW), a mesma empresa que mascarou durante mais de uma década os dados da Americanas. Foi feita uma emissão de ações, que resultou na captação de R\$35 bilhões, e saída da União do bloco de controle. O passo seguinte foi utilizar os recursos para recompra de ações, uma jogada perniciosa para o futuro da companhia. Agora, se nada for feito, o 3G irá controlar 55% da geração de energia do país. Em pouco tempo, acabará com a energia contratada – aquela fornecida às distribuidoras para assegurar preços módicos aos pequenos usuários e residências. E, na primeira crise hídrica, terá o poder absoluto de definir preços (Nassif, 2023).²⁶

O que temos assistido é a apropriação cada vez maior dos bens do Estado pela iniciativa privada por meio de relações obscuras. Sem que sejam percebidos claramente, poderosos como Jorge Paulo Lemann estendem seus braços com alcances cada vez maiores sobre o patrimônio público, as relações trabalhistas, a educação e as ideias.

²⁶ NASSIF, Luis. **Os bilionários e o golpe das americanas**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-bilionarios-e-o-golpe-das-americanas/>. Acesso em: 29 set. 2023.

CAPÍTULO 2. A Fundação Lemann e suas frentes de atuação: institutos, formas de fazer, capilaridade para a formação de “altos potenciais”

Além de ser um empresário que atua em diversos ramos, Jorge Paulo Lemann passou a investir em educação, como já sabemos. Em 2002, criou a Fundação Lemann, instituição presidida por ele mesmo e que se caracteriza como “uma organização familiar, sem fins lucrativos, que atua sempre em parceria com governos e outras entidades da sociedade civil, de maneira plural, inclusiva e buscando caminhos que funcionam na escala dos desafios do Brasil” (Fundação Lemann, 2018, p. 4 *apud* Brito; Marins, 2020, p.6).

Desde 2002, o IBGE realiza o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL) com o objetivo de conhecer a sociedade civil organizada no Brasil, considerando aspectos como área de atuação, número de empregados, localidade e dinâmicas (IBGE, 2016). De acordo com o documento

Como integrantes de movimentos sociais e outras iniciativas dos cidadãos, associações e fundações sem fins lucrativos são atores sociais e políticos que dão vida à experiência democrática no Brasil. Juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público (IBGE, 2016, p. 7).

Em pesquisa realizada pelo IBGE, constatou-se que o grupo que envolve instituições ligadas à “Educação e Pesquisa” aparece em terceiro lugar, contando com 81.463 organizações, atrás somente do grupo “Outras instituições privadas sem fins lucrativos”, com 207.421 organizações e do grupo ligado à “Religião”, com 83.053 organizações (IBGE, 2016). O grupo “Educação e Pesquisa” é o que melhor remunera seus funcionários, ao lado do grupo ligado ao “Meio ambiente e proteção animal”.

É neste meio que se encontra a Fundação Lemann, atuando em diferentes frentes:

Suas diferentes frentes de atuação – Fundação Lemann, Gera Venture Capital, Fundação Estudar e Lemann Center – articulam estratégias de (1) produção de conhecimento (e simultaneamente de especialistas) em educação; (2) desenvolvimento de produtos educacionais, (3) formação de quadros para futuras lideranças políticas; (4) atuação como grupo de interesse com lançamento de campanhas de pressão. Cada iniciativa é normalmente apresentada de forma isolada, como se fosse uma ação pontual. No entanto, ao olhá-las em conjunto podemos perceber que elas se complementam e avançam uma visão específica sobre o que deve ser a educação no século XXI (Werneck, 2021, p. 33).

Podemos sistematizar as ações da frente educacional da seguinte forma. Primeiro, a Fundação Lemann. De acordo com seu site institucional, a fundação atua na educação pública (aprendizagem, políticas educacionais, tecnologia e inovação) e na formação de lideranças (redes de líderes, gestão de pessoas no setor público e universidades) (Fundação Lemann, 2022)²⁷.

Entre suas diferentes frentes de atuação, a Fundação Lemann é a que tem maior interface com o poder público, tendo a missão de “colaborar com pessoas e instituições de amplo impacto que garantam a aprendizagem de todos os estudantes, e engajar lideranças comprometidas em resolver desafios sociais complexos do país” (Fundação Lemann, 2022), missão que Canabrava (2017) lembra ser composta por atribuições do Estado Democrático de acordo com a Constituição Federal. Atualmente no campo que a FL chama de “Aprendizagem Adequada”, seu site institucional apresenta as iniciativas elencadas na Tabela 1.

Tabela 1. Programas de aprendizagem da FL

Projeto	Descrição	Abrangência
Parceria pela alfabetização em regime de colaboração (PARC)	Programa financiado pela FL e Instituto Natura e gerido pela Associação Bem Comum que oferece suporte técnico para que os estados e municípios desenvolvam políticas públicas voltadas à alfabetização de crianças até os 7 anos de idade. Desenvolve materiais didáticos, formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos.	990 mil alunos 126 mil docentes 23 mil escolas 10 estados
Formar	Gerido pelo Instituto Gesto, associado da FL, o programa busca aperfeiçoar a gestão de redes públicas de educação no Brasil, acompanhando as políticas educacionais e mediando a troca de experiências entre os participantes.	1,6 milhão de alunos 72 mil docentes 4,6 mil escolas 27 cidades
Educar pra valer	Instituído pela Associação Bem Comum em parceria com a FL, o programa presta assessoria técnica gratuita para os municípios participantes para a implementação de boas práticas de gestão, buscando melhorar o rendimento e desempenho dos alunos.	426 mil alunos 18 mil docentes 2 mil redes escolares 29 cidades

Fonte: Fundação Lemann, 2022²⁸. Dados organizados pela autora.

²⁷ FUNDAÇÃO LEMANN. **Home**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

²⁸ FUNDAÇÃO LEMANN. **Aprendizagem adequada**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/aprendizagem-adequada>. Acesso em: 29 ser. 2023.

Conforme a análise da Tabela 1, é possível observar que as ações elencadas como uma pequena parte de tudo o que a FL executa de acordo com os dados divulgados por ela própria, atingem uma grande quantidade de indivíduos, compreendendo alunos, professores e gestores educacionais. O mapa de atuação, disponível na mesma página da Fundação, mostra como as ações estão espalhadas praticamente por todo o país, na rede estadual e municipal:

Figura 1. Mapa de atuação da Fundação Lemann



Fonte: Fundação Lemann, 2023.

De acordo com a Fundação Lemann,

A PARC (Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração) tem por objetivo possibilitar um salto no número de alunos alfabetizados na idade certa, por meio do apoio às secretarias estaduais de Educação, em uma iniciativa que abrange estudantes do último ano da Educação Infantil e dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental (Fundação Lemann, 2021).²⁹

²⁹ FUNDAÇÃO LEMANN. **PARC recebe apoio da B3 Social**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/parc-recebe-apoio-da-b3-social>. Acesso em: 29 set. 2023.

Em parceria com o Instituto Natura e financiamento da B3 Social, o programa que tem ênfase em Língua Portuguesa, faz parcerias com os governos dos estados e disponibiliza às escolas “material didático, formação de professores, avaliação de fluência e políticas de incentivo para que promovam a melhoria da aprendizagem”. A FL e o Instituto Natura são cofinanciadores ao lado da B3 Social, enquanto a Associação Bem Comum é parceira executora. Tanto a B3 Social como a Associação Bem Comum são associações sem fins lucrativos que atuam em prol da educação. O Instituto Natura é uma entidade social que busca “ampliar os investimentos em educação realizados pela empresa desde 1995” (Fundação Lemann, 2021).

Um dos projetos do PARC é o Pro Alfabetização na Idade Certa no estado do Piauí, com adesão de todos os 224 municípios, cujo propósito é

assegurar as condições necessárias para que todos os alunos piauienses cheguem ao final do 2º ano do Ensino Fundamental com o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático e, conseqüentemente, com habilidades para avançar nos estudos de forma autônoma (Governo do Estado do Piauí et al, 2021).³⁰

O programa inclui a aprendizagem das crianças, assessoria técnica e pedagógica aos municípios, bolsas de incentivo ofertadas pelo Estado, prêmio e apoio financeiro para as escolas e alteração da distribuição da cota-parte do ICMS. São concedidas três bolsas de incentivo por Gerência Regional de Ensino (uma para o coordenador do programa e as demais para os formadores), fornecidas mediante processo seletivo. O Prêmio Alfa-10 premia anualmente 150 escolas dentre as que alcançam os melhores resultados de alfabetização de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização (IDEPI – Alfa). As escolas mais “bem-sucedidas” recebem também uma contribuição financeira para a implementação de um “plano de melhoria dos resultados de aprendizagem de seus alunos”.

O programa utiliza um material didático complementar (MDC) como “instrumento de apoio ao aluno e ao professor”, preparado pela Associação Nova Escola (SEDUC, 2022)³¹. Curiosamente, a antiga revista Nova Escola foi adquirida pela

³⁰ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ. **Cartilha PRO Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/CARTILHA_FINAL.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

³¹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ. **PRO Alfabetização na Idade Certa completa um ano com lançamento de material didático exclusivo**. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/9900>. Acesso em: 29 set. 2023.

Fundação Lemann, tornando-se a Associação Nova Escola (Beguoci, 2016), que oferece conteúdos de apoio aos professores da rede pública como cursos, planos de aula e outros materiais condizentes com a atual BNCC, também influenciada pela FL como veremos adiante. A Nova Escola oferece gratuitamente um curso de formação aos professores no formato on-line para que “aprendam a utilizar o Material Didático Complementar da Nova Escola para melhorar a aprendizagem de seus alunos”.³²

O que se percebe ao pesquisarmos a Fundação Lemann é que seus tentáculos alcançam tantas esferas sem que todas elas estejam evidentes, sendo quase impossível mapeá-las, mas juntas, suas ações formam um todo completo capaz de intervir na configuração social segundo seus princípios e interesses. Alves (2019), ao falar sobre “o que está em jogo no teatro de operações ideológico-políticas da Fundação Lemann” diz que:

Se considerarmos as ações que vem realizando nos últimos anos, é possível afirmar que o projeto de J. P. Lemann para a Fundação é transformar sua organização numa espécie de “Ministério da Educação paralelo” para realizar a condução real da educação brasileira com vistas a subordinar o delineamento das políticas educacionais aos interesses econômicos e políticos da classe empresarial, reafirmando a hegemonia burguesa na sociedade de classes (Alves, 2019, p. 176).

E ainda:

A Fundação Lemann não está preocupada com o progresso social, mas sim com o desenvolvimento das forças produtivas e com a formação de uma respectiva força de trabalho com o objetivo de atender a nova lógica de acumulação de capitais. Para isso, visa subordinar a educação pública a seus objetivos (Alves, 2019, p. 183).

Ninguém se apresenta contra a alfabetização das crianças brasileiras, mas é importante ter um olhar atento aos princípios neoliberais imbricados ao programa. O recebimento de prêmios e incentivos financeiros às escolas que se destaquem no Programa Pro Alfabetização na Idade Certa segundo dados quantificáveis e mensuráveis quantitativamente, remete-nos mais uma vez à meritocracia, competição, gestão por resultados, racionalidade administrativa e outros valores nos quais Jorge Paulo Lemann se baseia para gerir seus infindáveis negócios e empresas.

³² DIÓGENES, Cíntia; VILALTA, Elisa Greenhalgh; SILVA, Ilcilene. **[Piauí 1 e 2 ano] Material Didático Complementar de Ensino Fundamental alinhado ao Currículo do Piauí: Como usá-lo para melhorar a aprendizagem.** Disponível em: <https://cursos.novaescola.org.br/curso/11847/piaui-1-e-2-ano-material-didatico-complementar-de-ensino-fundamental-alinhado-ao-curriculo-do-piaui-como-usa-lo-para-melhorar-a-aprendizagem/resumo>. Acesso em: 29 set. 2023.

O Programa Formar de acordo com o site institucional da Fundação Lemann

é uma parceria com redes públicas de educação de todo o Brasil. Juntos, promovemos e alinhamos esforços entre secretarias de educação e escolas, diminuindo distâncias, apoiando os educadores em seu desenvolvimento profissional e aperfeiçoando as práticas de gestão e os processos pedagógicos. Esta sintonia é essencial para garantir educação de qualidade e já está contribuindo com a aprendizagem de mais de 600 mil alunos em 17 redes públicas (Fundação Lemann, 2023).³³

A página da FL afirma que o Programa Formar é gerido pelo Instituto Gesto, porém, ao acessar o site deste instituto, consta a informação de que ele foi criado e é mantido pela Fundação Lemann “a partir de uma evolução do Programa Formar, programa de aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa...” e que “foi concebido para atender a demanda crescente por aprimoramento da gestão pública nos municípios e estados brasileiros” (Instituto Gesto, 2023).³⁴

Uma das páginas da Controladoria Geral da União traz uma apresentação do Instituto Gesto como tendo sido

concebido para atender a demanda crescente por aprimoramento da gestão pública nos municípios e estados brasileiros, traz uma abordagem contemporânea e próxima aos desafios encontrados para, assim, gerar uma profunda transformação na forma de se fazer a gestão pública no Brasil.³⁵

De acordo com a página, o Instituto, mais que melhorar a educação pública, tem a missão de aprimorar a gestão pública de forma ampla, utilizando “uma metodologia personalizável, baseada em dados e evidências”.

Intriga os motivos que levam a FL a se desdobrar em outras instituições para a implementação de suas muitas ações, mas se referir a elas como se fossem organizações independentes com as quais somente mantem parceria. E ainda, ao afirmar que foi um instituto “concebido para atender a demanda crescente por aprimoramento da gestão pública”, questiona-se quem disse que era essa uma demanda? A FL se coloca como a própria gestora pública responsável por solucionar os problemas presentes ao seu modo.

³³ FUNDAÇÃO LEMANN. **Governo**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/voce/governo>. Acesso em: 29 set. 2023.

³⁴ INSTITUTO GESTO. **Home**. Disponível em: <https://instituto-gesto.gupy.io/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

³⁵ CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Instituto Gesto**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/instituto-gesto>. Acesso em: 29 set. 2023.

Entre os projetos do Programa Formar está o Programa de Inovação Educação Conectada, analisado por Brito e Marins (2020). Para os autores, a FL objetiva implementar diretrizes que seguem uma lógica empresarial na educação, tais como a cultura de gestão por resultados e a procura por formar sujeitos empreendedores. O Programa de Inovação Educação Conectada tinha o “objetivo de apoiar a universalização do acesso à Internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (Brasil, 2017 *apud* Brito, Marins, 2020, p. 10). Com isso, buscava-se a

[...] consolidação da cultura de gestão por resultados, centrando o aprendizado do aluno como razão de ser de toda a escola e valorizando a utilização de instrumentos de avaliação como ferramenta de trabalho. Esta é uma escolha natural para um Conselho formado por pessoas com vivência no uso dos princípios de qualidade e na lógica de que todo recurso deve ser otimizado de forma a se obter o máximo com o que está disponível (Fundação Lemann, 2003, p.12 *apud* Brito, Martins, 2020, p. 7).

Sakata (2018) discorre acerca do Programa Gestão para a Aprendizagem, que também faz parte do Programa Formar, em dois municípios no Estado do Paraná. A autora problematiza a questão dos agentes privados na educação pública, a relação da FL com organismos internacionais e seu projeto de sociedade baseado nas leis do mercado e do neoliberalismo. Em seu estudo, a autora também identificou que a Fundação Lemann atua em diferentes frentes como intervenções em políticas educacionais, elaboração de materiais didáticos e desenvolvimento de conferências, seminários e palestras; dissemina a formação continuada de professores tendo como base uma concepção que busca a “emergência de líderes e gestores de sala de aula”; prega que a gestão da escola tem que ser pautada em resultados.

Oliviera (2021) ao investigar as ações do Programa Formar no Estado do Alagoas conclui que

as políticas permanecem como uma execução estatal; porém, o privado interfere no conteúdo da educação desde o currículo pela via das suas próprias avaliações, até a gestão e organização escolar. Entendo que, destas obrigações, a FL acaba ditando e monitorando o conteúdo da gestão escolar, imprimindo uma visão de retrocessos na gestão das escolas e no fortalecimento da perspectiva do empreendedorismo e da meritocracia que em nada contribui para democratizar o conhecimento/aprendizagem, mas a buscar resultados por indicadores numéricos (Oliveira, 2021, p. 168).

E ainda:

o que se mostra é que, ao longo do tempo, a classe hegemônica ganha espaço que favorece o seu poder econômico, e, principalmente, ganha

capital humano capaz de multiplicar suas ideias de forma subordinada. É importante identificar de qual lugar a FL está escrevendo a formação de nossos/as gestores/as escolares e dos/as docentes, a fim de compreender a lógica das parcerias público-privadas/PPP que vêm crescendo e modificando a direção da educação no Brasil com tamanha velocidade que muitas vezes não damos conta de compreender como estão ocorrendo e a quem servem (Oliveira, 2021, p. 197).

O Programa Educar pra Valer se apoia em exemplos que “deram certo” na gestão escolar em prol da melhoria da aprendizagem para replicar em outras localidades. É realizado em parceria com a Associação Bem Comum e liderado por Clodoveu Arruda, ex-prefeito da cidade de Sobral, cidade considerada pela FL um exemplo em “boas práticas de gestão escolar” (Fundação Lemann, 2018).³⁶ O ex-prefeito conta que

O Jorge Paulo Lemann visitou Sobral quando eu era prefeito, quase no final da minha gestão, pois o município tinha atingido o primeiro lugar no Ideb. **Então, me convidou para passar um ano e meio nos Estados Unidos, como ‘visiting scholar’, na Universidade de Columbia.** E algum tempo depois, me fez um desafio para que eu desenvolvesse um programa para, como ele mesmo denominou, “sobralizar” a educação pública brasileira (Arruda *apud* Freitas, 2023. **Grifos do autor**).³⁷

A cidade de Sobral foi considerada por Lemann como exemplo de sucesso na educação por alcançar uma nota alta no IDEB, mostrando novamente a gana do empresário por indicadores numéricos e gestão por resultados.

2.1 A Gera Venture Capital

A Gera Venture Capital é uma “gestora de recursos brasileira focada em investimentos de longo prazo, com ênfase na maximização do valor de seus negócios em setores de impacto” (Gera Venture, 2022³⁸). De acordo com o site institucional, investe em frentes como inovações em *Blended Learning*³⁹, educação e tecnologia, habilidades de vida e formação de professores.

³⁶ FUNDAÇÃO LEMANN. **Educar pra valer – Boas práticas de Gestão**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/educar-pra-valer-boas-praticas-de-gestao>. Acesso em: 29 set. 2023.

³⁷ FREITAS, Luiz Carlos. **MEC: “sobralizando” a educação brasileira**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/01/04/mec-sobralizando-a-educacao-brasileira/>. Acesso em: 29 set. 2023.

³⁸ GERA CAPITAL. **Home**. Disponível em: <https://geracapital.com/>. Acesso em: 29 set. 2023.

³⁹ Modelo de curso que mescla momentos presenciais e momentos na modalidade à distância.

Jorge Paulo Lemann não se interessa pela educação somente no âmbito público. A Gera Venture Capital era investidora do grupo ex-Eleva Educação, que se autointitula como o maior grupo de educação básica do Brasil, além dos próprios programas da Fundação Lemann que financiam a formação de lideranças em instituições no exterior.

A Eleva Educação, uma escola de elite presente no Rio de Janeiro, Recife e Brasília, acaba de também chegar a São Paulo e reúne cerca de 7,5 mil alunos na rede privada de educação no Brasil, com mensalidades em torno de 8 mil reais e foi vendida para um grupo britânico por dois bilhões de reais em maio de 2022. As unidades escolares da Eleva Educação, instaladas em bairros nobres nos municípios em que se localizam, apresentam amplos espaços, belos projetos arquitetônicos e combinam o currículo brasileiro com programas internacionais. Oferece a seus alunos/clientes, infraestrutura completa e formação ampla, que inclui em seu currículo música e artes. O grupo pretende se expandir no Brasil e considera elementos como concorrência e quantidade de famílias de alta renda para selecionar regiões nas quais almeja se instalar (DRSK, 2023).

O grupo, que após a venda da Eleva Educação passou a ser chamado de Grupo Salta, tem seus fundos geridos pela Gera Venture desde 2013, comprou mais de 50 escolas do Grupo Cogna (contando com escolas como Anglo, Elite, Santi, Pensi, Alfa e outros) e tem como meta adquirir mais 40 unidades ao longo de 2023 (Amaro, 2023). O Grupo Cogna concentra seus negócios no ensino básico e é um desmembramento do grupo Kroton, voltado ao ensino superior, cujo histórico envolve polêmicas relacionadas ao monopólio educacional e à mercantilização da educação.

Guilherme Cintra, sócio da Gera Venture, disse em entrevista concedida em um evento voltado à startups:

A gente investe só em educação. 100% dos nossos investimentos é em educação...Dentro da empresa nós temos dois braços, um que investe em empresas mais em estágio inicial, tudo em tecnologia educacional, e o outro braço nos quais a gente investe em empresas do ensino básico. Então, a gente tem três redes de escolas, três mil alunos, e a gente vem juntando esses dois lados pra aprender como melhorar a tecnologia, melhorar a gestão em educação, tanto pedagógica, como administrativa. (...)

A gente variou bastante nossa atuação. Quando a gente começou no setor, faz 5 anos, a gente começou em 2010, a gente passou um bom tempo varrendo a quantidade de empresas nascendo...a gente entendeu a diversidade de tendências e fizemos investimentos, investimentos na Geekie, por exemplo, que é uma plataforma adaptativa, é um conceito totalmente novo em educação; fez investimento em um sistema de gestão de provas chamado Starline e investiu também em algumas empresas lá fora, Inglaterra, Estados Unidos, sempre com o intuito de

fomentar novas tecnologias educacionais e de alguma forma trazer pra impactar isso aqui dentro.

(...)

Tem pessoas que são apaixonadas por um business específico...Eu, como investidor, a minha paixão é educação. Foi a isso que eu me dediquei a entender muito profundamente e aí eu entendo especificamente de educação...Tem tendências que eu acompanho...Sempre de qualquer modo, você tem que entender de pessoas. Não existe nenhum investidor que não tenha que entender de pessoas, seja lá o business que você estiver olhando...Você tem que ter uma noção de gestão, entender o que faz sentido o que não faz sentido você monetizar e trazer para os seus investidos. Outra coisa é você entender de gente...saber reconhecer boas pessoas, quem tem capacidade de procurar e resolver problemas, isso é o que você tem que buscar, esse é o cara que vai ser bem-sucedido (Cintra, 2015).⁴⁰

Ao ser questionado se é possível investir na Gera Venture, complementa:

No caso da Gera, a gente tem um ticket alto. A gente tá fechando os investimentos, não é toda hora que a gente abre, mas é uma possibilidade acompanhar o que a gente tá fazendo, entra lá no nosso site...acessa nossa *newsletter*, uma forma de quem se interessa por educação saber o que tá acontecendo e ficar de olho no nosso site. De qualquer modo, pra quem gosta de educação é bom estar acompanhando porque é um trabalho que a gente faz com todo carinho e eu diria que a gente faz muito bem feito porque é um foco muito específico, então faz sentido estar próximo da gente (Cintra, 2015).

Guilherme Cintra foi bolsista da Fundação Estudar, conforme consta em relatório da instituição de 2016⁴¹. Essa Fundação para semear lideranças será objeto de estudo logo adiante. Além de ser sócio da Gera Venture, foi *Head* de Inovação⁴² da Eleva Educação e atualmente consta em seu currículo no LinkedIn a atuação como Coordenador de Inovação e Tecnologia na Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.⁴³

Em sua fala, percebe-se seu pensamento bem alinhado ao de Jorge Paulo Lemann, ao ver a educação como um ótimo mercado, celebrar a eficiência na gestão e saber reconhecer “boas pessoas” ao estilo Lemann. Embora diga “entender especificamente de

⁴⁰ RIBEIRO, Gerson. **Guilherme Cintra da Gera Venture Capital fala de investimentos em Startups de educação**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OoDs0KVozgo>. Acesso em: 29 set. 2023.

⁴¹ FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Relatório anual 2016**. Disponível em: <https://issuu.com/estudar/docs/ra-fe-2016-final-web>. Acesso em: 29 set. 2023.

⁴² Profissional responsável por acompanhar, pesquisar, analisar e implementar inovações na educação.

⁴³ CINTRA, Guilherme. **Currículo LinkedIn**. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-cintra-a5866324/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

educação”, Guilherme é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com intercâmbio na Saint Louis University, em Madrid e possui MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral.

Ao falar sobre seu início na Gera Venture, Cintra afirma:

As sócias-fundadoras, Rafaela Vilella e Duda Falcão, sempre quiseram construir uma equipe sem vícios de cultura, então dificilmente contratamos alguém que não seja estagiário – alguém sem experiência, mas que tenha potencial”, fala. “Aí a pessoa vai se provando e crescendo. Há uma regra que, em dois anos, ou você vira sócio ou vai embora. Então você dá um gás (Cintra apud Pinho, 2016).⁴⁴

A Gera Venture, assim como os demais negócios de Lemann, também leva à risca a meritocracia, o senso de “dono”, a promoção dos sócios e a escolha de “boas pessoas”.

Em documento elaborado pelo Insper, instituto com quem a FL também mantém parceria e no qual possui uma cátedra, constam os critérios de investimento da Gera Venture, sendo eles:

Impacto na educação: Atende a uma demanda real na educação que não esteja sendo atendida; busca resultados educacionais mensuráveis; tem resultados que impactem o desenvolvimento do Brasil no longo prazo.

Potencial financeiro: Tem alto potencial de lucro; atende a um mercado de grande potencial com espaço para crescer; tem um modelo escalonável; otimiza as despesas e maximiza a lucratividade.

Qualidade do empreendedor: Pensa grande e tem brilho nos olhos; reúne a melhor equipe; é 100% focado e trabalhador; é flexível e se adapta a mudanças rapidamente; é criativo e não tem medo de correr riscos.

Qualidade do produto/serviço: Foco em um produto simples, com uma proposta única de valor; oferece um produto ou serviço inovador; apresenta preço acessível para o mercado-alvo (Insper, 2014).⁴⁵

Os critérios não negam a qualidade de negócio na qual a educação é colocada. Em sua página, a Gera Venture Capital indica quatro frentes principais nas quais atua, sendo elas: Blended Learning, Educação e tecnologia, Habilidades de vida e Formação de

⁴⁴ PINHO, Ana. **Por dentro da Gera Venture, fundo de educação que tem Jorge Paulo Lemann entre os investidores**. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/como-funciona-uma-empresa-de-capital-de-risco-focada-em-educacao/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁴⁵ LAZZARINI, Sérgio G; PONGELUPPE, Leandro S.; ITO, Nobuiuki C. **Gera Venture Capital: escalando oportunidades para jovens de baixa renda (Parte A)**. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/GERA-Venture-Capital-Escalando-Oportunidades-Educacionais-Jovens-Baixa-Renda-parte-A-versao10-06-15.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

professores⁴⁶, como já citado. Ao acessar o documento sobre Educação e tecnologia, o que se percebe é que a inovação educacional estaria, para a empresa, mais relacionada à técnica e a ferramentas do que a uma forma nova de se ensinar e se aprender. São apontados quatro fatores que teriam um “papel transformador” no ensino: o acesso irrestrito ao conteúdo; a interatividade; as ferramentas de personalização do ensino e o uso e gestão das informações pedagógicas e acadêmicas ⁴⁷.

Os fatores estariam ligados, basicamente, a Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), softwares acessados via web, em que são disponibilizados conteúdos pré-formatados aos alunos para “acesso ao conhecimento” a qualquer tempo e não somente na sala de aula com o professor. Tais ambientes possuem também “exercícios dinâmicos” sobre os conteúdos para que os alunos “testem” o que foi aprendido e possam verificar tópicos que precisem ser reforçados no conteúdo, de forma que ele possa voltar no processo quantas vezes forem necessárias. Essas funcionalidades são tidas pelo documento como “personalização do ensino”. As informações sobre o percurso do aluno dentro da plataforma e seus “resultados” nas atividades seriam dados usados para a “gestão das informações pedagógicas e acadêmicas”, podendo ser usadas pelos professores e gestores educacionais para a implementação de melhorias no processo de aprendizagem.

Embora a descrição de tais ferramentas sejam “inovadoras” do ponto de vista da Gera Venture Capital, “os primeiros projetos de construção de ambientes virtuais de aprendizagem destinados à educação iniciaram-se em meados da década de 1990” (Franco et al, 2003, p. 2). Existem até mesmo AVAs gratuitos como o TelEduc (ferramenta criada pela Unicamp, hoje extinta) e o Moodle, ferramenta gratuita de código aberto e amplamente utilizado por universidades e empresas.

Assim, avalia-se que o suporte apresentado pela Gera como inovador na educação, a princípio visto como técnico e ferramental, não é tão novo assim, embora possa apresentar novas roupagens e, principalmente, novas aspirações.

Chama a atenção no documento o item “Governo – principal agente e maior cliente”:

⁴⁶ GERA VENTURE CAPITAL. **Cartas**. Disponível em: <https://geracapital.com/cartas/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁴⁷ GERA VENTURE CAPITAL. **Educação e tecnologia: mais próximos do que nunca**. Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/educacao_tecnologia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

Visto que a maior parte da educação está sob a responsabilidade pública, o governo exerce papel fundamental de fomento e incentivo à adoção de tecnologia. Para que haja uma massificação do impacto e criação de um mercado consumidor atraente, a rede pública deve se tornar o principal cliente dessas novas tecnologias (Gera Venture Capital, 2023, p. 4).

O trecho mostra claramente como a Gera busca vender sua inovação e tecnologia para o setor público, visto como maior “mercado” promissor no ramo. O texto segue dizendo que para isso é primordial as escolas terem acesso à Internet, o que não coincidentemente está em harmonia com o Programa Escolas Conectadas da Fundação Lemann, cuja proposta é levar Internet às escolas da rede pública de ensino, programa já citado anteriormente.

A empresa acredita que “mudanças radicais acontecerão dentro da sala de aula” e que “as inovações tecnológicas serão as principais responsáveis por isso”.

Mais à frente procuraremos compreender melhor como a inovação é entendida pela Gera Venture nas escolas e empresas nas quais investe e como a empresa acredita que isso pode “impactar o desenvolvimento do Brasil”. Deve-se ter em mente que, embora o discurso de inovação esteja por todos os lados de suas empresas coligadas em truste, não é possível esquecer que a própria mentalidade de truste é antiga, já que esse aglomerado de institutos acaba por ter dinamismo suficiente para estar em todas as frentes de interesses sociais e políticos de controle educacional. Em outras palavras, a inovação está em todos os discursos, mas a sua estrutura se apresenta como o próprio processo de capitalização em todas as fases de estruturação do ensino público, perpassando governos, grupos de interesse e a escola em si mesma.

2.2 A Fundação Estudar

A Fundação Estudar possui três principais frentes de atuação, são elas: o Líderes Estudar, oferecendo bolsas de estudo para “jovens de alto potencial”; o Estudar na Prática, que oferece cursos, conteúdo digital e conexão com o mercado para “jovens inquietos”; e o Estudar Fora, que auxilia “talentos” a estudarem em universidades no mundo. O site da instituição diz que já formou mais de 700 líderes pelo Programa Líderes Estudar, capacitando mais de 70 mil alunos pelos Cursos “Na Prática”, informa ter conectado mais de 8 mil jovens com grandes empresas do mercado, já formou profissionais brasileiros em 25 países, concedeu conteúdos a mais de 60 milhões de pessoas por meio de seus

portais digitais e aprovou mais de mil estudantes em universidades no exterior (Fundação Estudar, 2022)⁴⁸.

A página na Fundação Estudar afirma que o Programa de Líderes “existe para apoiar, reunir e desenvolver os jovens mais promissores do Brasil”. Seu processo seletivo conta com mais de 80 mil jovens todos os anos, dos quais algumas dezenas são selecionados para receber a bolsa de estudo “para que possam gerar transformações positivas no seu setor de atuação, seja ele qual for”. Afirma, ainda, que os líderes inseridos no programa “possuem excelência acadêmica e profissional, alto potencial intelectual, padrão ético e valores como execução e protagonismo” (Fundação Estudar, 2023).⁴⁹

Os números são apresentados na página da instituição de forma geral. A Fundação, que existe desde 1991, disponibiliza relatórios anuais desde 2003, cujo conteúdo mostra, entre outros dados, os nomes dos que foram contemplados com bolsas naquele ano, em qual instituição de ensino foram estudar e uma descrição de sua área de atuação, que são das mais diversas, além de seus objetivos profissionais. A forma fragmentada como são apresentadas as informações dificulta a averiguação dos dados totais, bem como a maneira de apresentação ser diferente ano a ano.

A Tabela 2 mostra uma esquematização de parte destes dados entre os anos de 2011 e 2021, no que se refere à quantidade de bolsistas contemplados para graduação e pós-graduação no Programa Líderes Estudar em universidades brasileiras e estrangeiras.

O programa envolve bolsistas da faixa etária entre 17 e 34 anos. Predominantemente, os aprovados para receberem a bolsa são homens brancos. Não há informações sobre, do total de inscritos, quantos são homens e mulheres, informação esta que aparece somente no resultado dos aprovados.

Os relatórios apresentam também a cada ano, a história de alguns dos bolsistas, sua formação anterior, e o que realizam em suas profissões após passarem pelo programa da Fundação Estudar. Percebe-se que a maioria deles já vinha de famílias de classe média e tiveram acesso a uma educação de qualidade durante a educação básica.

⁴⁸ FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Home**. Disponível em: <https://www.estudar.org.br/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁴⁹ FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Comunidade de líderes**. Disponível em: <https://www.estudar.org.br/comunidade-de-lideres/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Tabela 2. Bolsistas da Fundação Estudar de 2010 a 2021.

Ano do relatório	Total de inscritos	Inscrições por nível de escolaridade		Selecionados	Homens	Mulheres
2010/2011	5.064	Graduação	4.033	24	20	4
		Pós	1.031	11	7	4
2011/2012	6.959	Graduação	5.705	22	13	9
		Pós	1.254	7	5	2
2012/2013	11.576	Graduação	Não apresentado	17	12	5
		Pós	Não apresentado	8	6	2
2014	31.007	Graduação	27.343	20	15	5
		Pós	3.364	8	7	1
2015	40.590	Graduação	28.215	16	11	5
		Pós	12.375	8	6	2
2016	59.572	Graduação	41.879	15	12	3
		Pós	17.693	11	8	3
2017	84.107	Graduação	69.345	22	16	6
		Pós	14.762	11	6	5
2018	43.279	Graduação	Não apresentado	18	12	6
		Pós	Não apresentado	7	4	3
2019	63.717	Graduação	40.129	19	14	5
		Pós	23.588	10	3	7
2020	42.359	Graduação	30.413	19	11	8
		Pós	11.946	5	3	2
2021	50.867	Graduação	Não apresentado	25	14	11
		Pós	Não apresentado	9	5	4

Fonte: Relatórios Fundação Estudar⁵⁰. Dados organizados pela autora.

⁵⁰ FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Transparência**. Disponível em: <https://www.estudar.org.br/transparencia/>. Acesso em: 02 out. 2023.

A Fundação espera que “os bolsistas, após retornarem o valor destinado a seus estudos, continuem contribuindo financeiramente e mantenham-se ativos, seja participando do processo seletivo de novos bolsistas, do programa de mentores ou da captação de recursos” (Fundação Estudar, 2010, p. 36), formando o que a instituição chama de “círculo virtuoso”. Como incentivo ou punição aos que não o fazem, os relatórios também trazem a cada ano a lista de nomes de bolsistas que “quitaram”, nos termos dos relatórios, os valores recebidos com a bolsa.

O processo seletivo tem uma taxa de R\$ 75,00 para programas de graduação e de R\$ 150,00 para programas de pós-graduação, havendo a possibilidade de solicitar isenção da taxa quando o candidato não possuir condições financeiras para arcar com o valor (Fundação Estudar, 2023)⁵¹. Considerando a grande quantidade de inscritos anualmente, o programa, cuja concorrência é grande, arrecada altos valores somente com a realização do processo seletivo.

Não foram encontradas informações quanto aos custos que o processo seletivo envolve e aos valores fornecidos aos bolsistas. O edital apenas diz que isso é determinado pela localidade em que o candidato vai estudar, as condições financeiras de sua família e que busca atender às necessidades de pagamento de mensalidades e as despesas de manutenção como moradia, alimentação, livros e transporte (Fundação Estudar, 2023).

Falando sobre os demais programas da Fundação Estudar, temos o Estudar na Prática: “é uma iniciativa da Fundação Estudar que apoia o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens, conectando-os ao mercado por meio de cursos, conferências e conteúdo digital gratuito”⁵². A página da Estudar na Internet também direciona para conteúdos da Escola de Liderança, cujos materiais podem ser assinados mediante pagamento. A Escola de Liderança possui trilhas de conteúdos com “metodologia exclusiva de impacto salarial comprovado” (Estudar na Prática, 2023)⁵³.

⁵¹ FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Programa de bolsas Líderes Estudar**. Disponível em: <https://lider.estudar.org.br/programa-de-bolsas-lideres-estudar/>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁵² NA PRÁTICA.ORG. **Home**. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁵³ ESCOLA DE LIDERANÇA. **Home**. Disponível em: https://conteudos.escoladelideranca.org.br/inicio/?utm_source=portal_np&utm_medium=menudropdown&gl=1*1dsk17n*_ga*NDI1NDMyMTA1LjE2NzQzOTUzODk.*_ga_7WBS7RLRD9*MTY3NDk4MDk3OC42LjEuMTY3NDk4MjIzNS4zNC4wLjA. Acesso em: 20 jan. 2023.

O Estudar Fora “é uma iniciativa da Fundação Estudar que ajuda jovens brasileiros a alcançarem o sonho de estudar fora por meio de conteúdo digital e um preparatório especializado”. A página da Estudar Fora oferece conteúdos como escolher o país para estudar, como economizar dinheiro, aprender um novo idioma, como procurar financiamento, entre muitos outros⁵⁴. Entre os materiais disponibilizados estão o “Ebook: como tornar o processo de admissão em universidades estrangeiras mais acessível” e o “Toolkit: Graduação (todos os materiais que você precisa para se candidatar)”⁵⁵ (Estudar Fora, 2023).

O que se vê nas diferentes páginas das Fundações e seus desdobramentos em inúmeros novos *hiperlinks* é a devoção ao conhecimento produzido fora do Brasil, principalmente nos Estados Unidos, e a busca por trazer tal conhecimento para ser aplicado aqui. Nota-se que os diferentes programas são apoiados, entre outros, pelas instituições que tem Jorge Paulo Lemann como dono, investidor ou sócio, como a Ambev, a própria Fundação Lemann e a ex-Eleva Educação. A impressão tida é a de que o empresário promove o funcionamento de suas empresas e fundações numa relação circular de umas com as outras, num movimento difuso e difícil de se mapear.

Em uma entrevista realizada por Carolina Bartunek, filha de Florian Bartunek, conselheiro da Fundação Estudar, Lemann conta:

20% do meu tempo eu dedico às coisas filantrópicas, à Fundação Estudar, que seu pai toca agora e tá fazendo um belo trabalho, tem a Fundação Lemann também que tenta promover a melhoria da educação. Eu acredito muito em gente, gente de qualidade, gente que quer fazer. Muitos dos nossos programas, tanto na Fundação Estudar, como na Fundação Lemann estão tentando incentivar pessoas boas a ficarem melhores, estudarem melhor. Na Stanford, por exemplo, nós damos mais ou menos 10 bolsas por ano pra brasileiros que querem estudar em Stanford na área de educação. A Stanford é o centro do moderno, da tecnologia, né. Minha esperança é que essas pessoas tragam ideias boas que podem ser utilizadas aqui no Brasil (Lemann, 2020).

Ao ser questionado sobre se, hoje em dia, iria para Stanford ou Harvard:

Você tem que lembrar que eu era um surfista tenista que ainda sou até hoje em dia. Naquela época pouca gente ia pra Stanford. Harvard era O Local. Hoje eu diria que são equivalentes. Stanford é um clima muito melhor e é mais próximo do mundo tecnológico. A Harvard é melhor,

⁵⁴ ESTUDAR FORA. **Home**. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁵⁵ ESTUDAR FORA. **Biblioteca**. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/ebooks/graduacao/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

talvez, se você quer entrar na política...Depende um pouco do que você vai querer fazer, de quem você é (Lemann, 2020).

E sobre ser o homem mais rico no Brasil:

Gostaria de nem constar nessas listas. Eu acho uma chateação. Se ficar mais rico ou menos rico mudou minha alegria, não mudou a alegria. O que eu gosto mesmo? Eu gosto de estar construindo alguma coisa. Eu gosto da minha família e que a minha família esteja bem, eu gosto de saúde, de estar fazendo negócios, eu gosto de estar ajudando as pessoas, é isso que me faz feliz...Obviamente um pouco de dinheiro ajuda, mas o dinheiro em si, se é mais ou menos, não (Lemann, 2020).

E sobre suas leituras:

Eu leio um pouco de tudo, né. Gosto de ler bastante sobre negócios, mas leio outras coisas. Li um livro muito bom recentemente do Pinker, Pinker é de Harvard. É o *Enlightenment Now*, é uma visão otimista do mundo. O Bill Gates escreveu que era o livro favorito dele. É um livro que dá um banco de dados de como que o mundo melhorou, em geral, e que essas reclamações eternas de que o mundo tá piorando não são verdade, que o mundo melhorou muito em termos de saúde, em termos de educação, em termos da vida que as pessoas levam, médica também. Então, é o livro que eu estou lendo ainda que acho bastante interessante (Lemann, 2020).⁵⁶

Carolina Bartunek já foi assunto de páginas como O Estado de S.Paulo⁵⁷ e a revista Exame⁵⁸ por ser tão jovem e considerada um exemplo de sucesso como investidora, desde os 12 anos, incentivada pelo pai, que também possui um grande patrimônio e é considerado um dos principais gestores de investimentos no Brasil. Braço direito de Lemann na Fundação Estudar, percebe-se que o empresário se cerca de pessoas “boas” bem alinhadas ao seu pensamento e ótimas em multiplicar a sua fortuna, muito embora Lemann ache uma “chateação” estar na lista de homens mais ricos do mundo.

Em pesquisa realizada sobre a Fundação Lemann e seus braços por Alves (2019), o autor considera a Fundação Estudar uma organização com fins ideológicos e mostra

⁵⁶ UNIVERSITY CONSTELLATION. **O dia-a-dia do Jorge Paulo Lemann: rotina, esportes, trabalho, filantropia, família.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4x1xbXPhN4E>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁵⁷ BRETAS, Valéria. **Sem medo da crise, mulheres lideram alta de investidores na B3.** Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/mercado/mulheres-lideram-investidores-b3/#:~:text=A%20trajet%C3%B3ria%20de%20Carolina%20Bartunek,e%20fazer%20os%20primeiros%20investimentos>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁵⁸ MAMONA, Karla. **Educação financeira desde cedo.** Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/educacao-financeira-desde-cedo/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

como as ações de Jorge Paulo Lemann como empresário e filantropo estão bem alinhadas também à política:

A Fundação Estudar é uma organização brasileira de fins ideológicos de incentivo à educação criada em 1991 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Custeia bolsas de estudo para graduação e pós-graduação e oferece treinamentos. O domínio da URL da Fundação Estudar, sob inscrição no CNPJ 40.287.005/0001-61, tem como responsável Fábio Tran pelo período de 2/9/1998 a 2/9/2022, com a última alteração realizada em 8/3/2017. De acordo com a instituição, o programa por meio do Programa de Bolsas seleciona os jovens mais “promissores” do Brasil e apoia seus estudos nas universidades mais bem adaptadas ao imperialismo norte-americano. Cria oportunidades para seu desenvolvimento de carreira e os estimula a realizar transformações em rede. “Selecionar os melhores entre milhares, treiná-los e motivá-los com meritocracia. Por fim, torná-los sócios, ou seja, parte interessada”.

(...)

Em 2015, a rede venezuelana TeleSUR, que investigou o Movimento Vem Pra Rua, revelou que a Fundação Estudar o financiou e lhe deu apoio operacional. A equipe da BBC Brasil teve acesso ao registro do site vempraru.org.br, URL oficial usada pelo movimento nas eleições, e revelou que o domínio foi comprado pela Fundação Estudar. Lemann reagiu prontamente: “Eu não me meto em política e a Fundação Estudar também tem que ser totalmente apolítica”, prometendo uma eventual apuração do caso. Como diz o Relatório Reservado: “Lemann ‘foge da política’, mas se empenha em eleger a bancada do funil. Só falta dizer que os seus interesses e os de suas empresas caminham em direções distintas. Hipocrisia! Segundo o jornal Estadão, o grupo Ambev, dono de marcas como Brahma, Antarctica e Skol, apareceu em quarto lugar no ranking de doadores nas eleições de 2014, com uma quantia estimada em R\$ 41,5 milhões. “O dinheiro foi recebido principalmente por candidatos e comitês do PMDB (R\$ 12 milhões), PT (R\$ 11 milhões) e PSDB (R\$ 8 milhões)”. A Ambev transferiu um total de R\$ 4 milhões para a campanha de Dilma Rousseff, R\$ 1,5 milhão para a de Eduardo Campos e R\$ 1,2 milhão para a de Aécio Neves. A AmBev também desembolsou cerca de R\$ 11,7 milhões, que ajudaram a eleger 76 deputados federais de 19 partidos. Todos estes dados podem ser encontrados na página do Tribunal Superior Eleitoral.

(...)

Isso mostra que, para J. P. Lemann, o importante não é a legenda partidária defendida, mas que os propósitos finais dos candidatos aos cargos públicos na máquina do Estado estejam alinhados a seus interesses como empresário (Alves, 2019, p. 37-40).

A citação mostra que Lemann pode não necessariamente defender um partido político e, neste sentido, ser “apartidário”, mas sabe claramente como interferir na política e promover ações de acordo com seus princípios e interesses. Alves (2019) considera a Fundação Lemann um “organismo vivo que sintetiza os diversos planos da vida social”

(Alves, 2019, p. 180). Para ele isso envolve o poder político parlamentar, as instituições de ensino, parte das elites econômicas e setores da sociedade civil:

A organização Lemann não desenvolve seu trabalho de forma isolada; com os seus inúmeros tentáculos e seus intelectuais orgânicos, participa de complexas redes de articulação política com o objetivo de implementar a agenda da classe empresarial no conjunto da classe trabalhadora (Alves, 2019, p. 180-181).

Ao citar Gramsci, o autor coloca:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe (GRAMSCI, 2007, p. 15 *apud* Alves, 2019 p. 142).

Neste sentido, Jorge Paulo Lemann seria um sujeito que, com suas muitas e diversas ações no mundo empresarial, na educação e na política promove aquilo que é capaz de sustentar sua posição como elite, como homem mais rico de um país de dimensões continentais, que concede poder àqueles alinhados aos seus objetivos e dispostos a, como discípulos, manter o seu legado, enquanto a grande massa permanece à mercê de uma vida sem qualidade, desigual e com uma educação dita “tecnológica” cuja suposta inovação carece de investigação.

Sua conduta se assemelha em muito à atuação dos Irmãos Koch, nos Estados Unidos, país tão adorado por Lemann. Esses sujeitos são descritos e analisados por Carolina Rieger (2020), que os mostra junto a uma rede de instituições, fundações e outras organizações, entre as quais está a forte presença de *think tanks*, atuando na difusão de um ideário neoliberal. Isso se dá por meio da formação de jovens como novas lideranças empreendedoras que buscam realizar modificações estruturais na sociedade e ainda com a interferência na educação pública de acordo com seus princípios e ideais de sociedade. Ao narrar as práticas dos Irmãos Koch, a autora aponta:

É a essa plutocracia que interessa o estado mínimo e o fim dos serviços públicos, é a quem interessa a privatização, porque dispõe de dinheiro para comprar o que antes era direito e passa a ser mercadoria, é a quem interessa a desregulamentação e o combate aos impostos, mas que se apresenta como um movimento pela construção de um mundo “libertariano” contra a “intromissão do Estado”, e difunde sua visão de mundo para outros países por meio do aporte financeiro e ideológico de *think tanks* locais, do treinamento de agentes operacionais que voltam para suas regiões como “lideranças jovens locais”, e associação às elites

locais, no trabalho em três frentes para tornar sua ideologia a composição do tecido social (Rieger, 2020, p. 171).

E destaca também:

Observa-se estreita relação na atuação dos Koch, motivados pela constante preocupação com os potenciais formadores e transformadores da educação, em especial a educação da juventude. O interesse deles, na prática, é exercido em duas frentes concomitantemente: pelo treinamento de uma juventude libertariana para propagar o ideal; permeando nas instituições de ensino para minar a educação pública (Rieger, 2020, p. 193).

A pesquisa citada não somente permite relacionar a atuação de Jorge Paulo Lemann à atuação dos Irmãos Koch, mas mostra também como este não é somente um movimento local e como os agentes ligados ao neoliberalismo estão amplamente articulados.

A autora Camila Rocha (2021), na obra “Menos Marx, mais Mises” narra como surgiu e ganhou força a nova direita brasileira relacionando esse histórico às ações das *think tanks* americanas durante o século XX:

Já à direita, as principais organizações responsáveis por disseminar a defesa da propriedade privada e a liberalização da economia na mesma época são chamadas de *think tanks*, como é o caso do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. A expressão *think tank* remonta às salas secretas nas quais eram discutidas estratégias de guerra e passou a ser mais utilizada por volta da década de 1960 nos Estados Unidos.

Os primeiros *think tanks* criados pelos norte-americanos eram organizações civis privadas, mantidas com doações de pessoas físicas e jurídicas, que reuniam especialistas e técnicos, normalmente recrutados junto à academia. Seus membros afirmavam que sua intenção principal era dedicar-se à pesquisa científica e à divulgação de ideias no campo das políticas públicas da forma mais autônoma e independente possível em relação a grupos de interesse específicos. Alguns *think tanks* que eram voltados para a educação da população ficaram inclusive conhecidos como “universidades sem alunos” (Rocha, 2021, p. 27 – 28).

Rocha (2021) conseguiu acompanhar o cotidiano dentro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro como pesquisadora e conta o quanto a difusão do ideário neoliberal é algo forte e tido como uma missão de vida pessoal para os jovens que frequentam o instituto e acreditam que este seja o melhor modelo de sociedade a ser seguido.

Voltando à Fundação Estudar e à difusão de seu ideário, mas ainda sobre os jovens, a deputada Tabata Amaral é um exemplo de alguém que, em sua formação, passou

por universidades nos EUA e foi bolsista em Harvard pela Fundação ao cursar Ciências Políticas (Baldocchi, 2018). Entre suas principais pautas estão a melhoria dos resultados do IDEB, a reforma do Ensino Médio e a formação de professores (Montesanti, 2019). Embora suas pautas assemelhem-se com o ideário da Fundação Lemann, esta diz, na seção “Dúvidas Frequentes” presente no site, não financiar a campanha de nenhum candidato ao responder à pergunta “A Fundação Lemann financiou a campanha de Tábata Amaral, Felipe Rigoni, Renan Ferreirinha, etc.?” A FL novamente afirma ainda não se envolver em campanhas políticas, valoriza o apartidarismo e a independência (Fundação Lemann, 2022)⁵⁹.

Em seu perfil no Instagram, a deputada que acabara de se reeleger nas eleições de 2022, afirma ser “ativista pela educação” e a “deputada federal progressista mais votada do Brasil”⁶⁰. A deputada tem se utilizado fortemente das redes sociais para divulgar seus ideais para a educação brasileira. Ao discursar sobre o tema diz:

Eu acho que a gente passou aquela fase em que a gente vai começar a priorizar a educação. Tem jeito. Eu só precisava saber disso, tem jeito. E a gente tem hoje Pernambuco com a melhor escola de ensino médio do Brasil, com a escola de tempo integral, que discute projetos de vida. Se você vai pro Ceará, os municípios dão um show em alfabetização. Quase todo aluno termina o primeiro ano sabendo ler e escrever ou no máximo no segundo ano, quando no Brasil a gente tem metade que chega ao terceiro ano sem saber ler e escrever direito. E aí você pensa, se no Ceará e em Pernambuco conseguiram priorizar a educação básica, vocês vão me dizer que o Brasil não consegue fazer? Porque Ceará e Pernambuco não são os estados mais ricos do Brasil, longe disso. Então, assim, tem jeito, o que não tem é prioridade política (Amaral, 2023).⁶¹

As colocações da deputada estão alinhadas à BNCC, cuja elaboração foi fortemente não somente influenciada, mas tiveram as discussões financiadas pela Fundação Lemann. Não coincidentemente, no Ceará, está Sobral, considerada referência pela Fundação Lemann na alfabetização e que, como dito anteriormente, tem o ex-prefeito coordenando hoje um grande projeto da FL.

⁵⁹ FUNDAÇÃO LEMANN. **Contato**. Qual a sua dúvida? Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/contato>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁶⁰ AMARAL, TABATA. **Perfil Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/tabataamaralsp/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁶¹ AMARAL, Tabata. **Quando a educação pública de qualidade será, de fato, uma prioridade no nosso Brasil?** Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnpfLjyBnFr/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Um documento sobre o Programa Gestão de Sala de Aula Ceará afirma que “observação de sala de aula e coaching ajudam professores a melhorar a sua prática”. Sendo repleto de dados numéricos, os resultados do programa foram mensurados e dizem, entre outros dados, que o programa, buscando a formação de professores, fez com que estes passassem a ter mais 59 horas de tempo usadas para instruir; menos 28 horas no tempo inativo, caracterizado como tempo “conversando com alguém fora da classe, em interação social com alunos, lidando com indisciplina”; menos 23 horas no tempo gasto com grandes grupos de alunos (em conversas paralelas, no celular durante a aula); melhor desempenho no ENEM em Matemática e Português; entre outros dados. O programa que valoriza menor interação entre estudantes e professores e considera os momentos de conversa e discussões como tempo desperdiçado, teve um custo de 1.2 milhão de reais.⁶²

Cabe aqui fazer menção à Camilo Santana, ex-governador do estado do Ceará, que tomou posse no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva como ministro de Estado da Educação. Na cerimônia de posse, ocorrida no dia 2 de janeiro de 2023, o atual ministro falou sobre a necessidade de resgatar a educação do Brasil e alfabetizar as crianças na idade certa. Izolda Cela, também ex-governadora do Ceará e responsável pela “transformação educacional no município de Sobral”, foi nomeada como sua secretária executiva (MEC, 2023).

O Ministério da Educação afirma que

Camilo Santana terá a oportunidade de aplicar em âmbito nacional a experiência bem-sucedida no Ceará na educação. Referência em todo país na área, o estado foi governado pelo cearense durante dois mandatos. As políticas públicas implementadas fizeram o Ceará alcançar o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas séries finais do ensino fundamental e o segundo nas séries iniciais (MEC, 2023).⁶³

As políticas públicas implementadas, na realidade foram políticas fortemente permeadas pela iniciativa privada e, como descrito anteriormente, pela Fundação

⁶² FUNDAÇÃO LEMANN. **Gestão de sala de aula Ceará: observação de sala de aula e coaching ajudam professores a melhorar sua prática?** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/GCSLTOFCaLWu7EPo5T5iCrt5XwOvr6Yc8upUl4Jt.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁶³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Camilo Santana assume o Ministério da Educação.** Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/camilo-santana-assume-o-ministerio-da-educacao#:~:text=O%20ex%2Dgovernador%20e%20senador%20eleito%2C%20Camilo%20Santana%20\(PT,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC\)](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/camilo-santana-assume-o-ministerio-da-educacao#:~:text=O%20ex%2Dgovernador%20e%20senador%20eleito%2C%20Camilo%20Santana%20(PT,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC).). Acesso em: 30 jan. 2023.

Lemann. Ao que tudo indica, a FL terá aval para dar continuidade aos seus programas e permeá-los em todo o país.

Pernambuco foi palco do lançamento do Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração da Fundação Lemann, em parceria com o Instituto Natura e a Associação Bem Comum, como já foi dito. Jorge Paulo Lemann visitou pessoalmente a Escola Técnica Estadual Cícero Dias para conhecer os resultados do programa e buscar ampliar a parceria.⁶⁴

Além de Tábata Amaral, Lemann financiou o estudo de diversos outros bolsistas que passaram a ter atuação em cargos políticos. Cariello (2021) investiga o Programa de Bolsas Lemann Fellowship, programa da FL que também patrocina a formação de lideranças políticas no exterior. A autora conta a trajetória de 30 bolsistas contemplados pelo programa que, posteriormente, ocuparam cargos públicos e acredita que o programa, “politiza empresarialmente a política” como uma estratégia de “conquista do Estado”.

O Programa tem parcerias com universidades como Harvard, Stanford, Yale, Instituto de Tecnologia de Massachussetts, Universidade do Sul da Califórnia e outras. Os candidatos participam dos processos seletivos das próprias universidades as quais depois distribuem as bolsas disponibilizadas pela FL. Entre os requisitos para ser bolsista está o interesse em áreas voltadas ao desenvolvimento do Brasil e a posterior devolução dos valores do financiamento à Fundação. Durante o processo de formação, os bolsistas participam de encontros no Brasil promovidos pela FL nos quais se encontram com personalidades políticas, a fim de discutir questões relacionadas aos problemas do país.

Como exemplos de bolsistas do programa de Lemann, podemos citar Teresa Pontual, que fez o mestrado em Políticas Públicas em Harvard e depois trabalhou na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, foi subsecretária de Gestão de Rede de Ensino, subsecretária de Educação na Secretaria Municipal da Educação de Salvador e Diretora de Currículos e Educação Integral na Secretaria de Educação Básica no Ministério da Educação, quando foi responsável por desenvolver a BNCC nos assuntos relativos à educação infantil, ensino fundamental e médio no âmbito da educação integral. Outro membro trata-se de Eduardo Queiroz, bolsista em Administração Pública em Harvard e, posteriormente, assessor do Secretário de Educação do Estado de São Paulo,

⁶⁴ CASTILHO, Fernando. **O homem mais rico do Brasil conhece as escolas de tempo integral de Pernambuco.** Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2016/08/31/o-homem-mais-rico-do-brasil-conhece-as-escolas-de-tempo-integral-de-pernambuco>. Acesso em: 23 out. 223.

atuou no próprio conselho da Fundação Lemann e foi Ministro da Educação. Leandro Costa foi professor visitante da Lemann Center, da Universidade de Stanford, trabalhou no governo do Estado do Ceará com formulação de políticas, desenho de projetos e estudos de avaliação de impactos de programas sociais; foi pesquisador no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará e se tornou funcionário do Banco Mundial como Especialista em Educação (Cariello, 2021).

Para a autora, o programa de bolsas constitui uma “enorme capilaridade da Fundação Lemann (...), evidenciando articulações e ampliação das formas da burguesia de transformação de interesses particulares em interesses universais no Brasil” (Cariello, 2021, p. 173), utilizando-se da estratégia de ocupar “postos marginais no Estado” para consolidar seus projetos de forma ampla.

A forma de agir da FL em relação à formação de pessoas que depois se tornam aliadas na consolidação de seus interesses também se relaciona com a reflexão de Fontes (2021):

Travam a batalha do convencimento e da persuasão sobre os subalternos, o que configura uma permanente guerra de posição, em que não apenas atacam frontalmente o adversário, mas capturam algumas de suas lideranças, alterando seu posicionamento, numa prática de conversão similar à conversão religiosa, na qual alguns militantes populares de causas sociais diversas são selecionados a dedo e conduzidos a novas posições sociais, alterando tanto suas condições materiais quanto suas perspectivas originais. Implementam práticas regulares de transformismo, nos termos gramscianos, realizado de maneira molecular e permanente (Fontes, 2021, p. 68).

Embora não se autocaracterize como tal, a Fundação Lemann opera como uma *think tank* formando pessoas, selecionadas de forma estratégica, não somente para atuar a favor de seus interesses, mas também para difundir seus ideais e multiplicar sujeitos que ecoam a sua voz.

2.3 A Lemann Center

A Lemann Center está comprometida em “atrair as melhores e mais brilhantes mentes de todas as áreas para apoiar a melhoria educacional no Brasil” (Lemann Center, 2022)⁶⁵. Possui parceria com a Universidade de Stanford, produz pesquisas sobre reforma educacional, aplicativos educacionais inovadores e coleta dados para “um debate

⁶⁵ LEMANN CENTER. **Home**. Disponível em: <https://lemanncenter.stanford.edu/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

democrático em educação”, de acordo com as informações contidas no site da própria instituição.

A FL mantém o Centro Lemann de Empreendedorismo e Inovação Educacional no Brasil na Escola de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Stanford sobre a direção de professores da instituição. Lá são organizados programas de mestrado, doutorado, MBAs e sanduíche para apoiar os jovens brasileiros (Oliveira, 2021).

Os jovens considerados pela FL como “talentos de alto potencial” que podem ser contemplados por seus programas são somente aqueles que estão de acordo com a sua concepção de mundo, de forma que

(...) exclui da noção de excelência eventuais “talentos” que ousem sonhar um sonho divergente do seu. Ao ler reiteradamente, ao longo dos relatórios anuais, sobre a pluralidade de ideias contemplada em seus programas, não podemos esquecer de que é uma pluralidade dentro de um determinado espectro que não questione a estrutura de sociedade que temos hoje. Uma estrutura que deixa o Estado com poucos recursos, dependente das vontades de suas elites, que utilizam de seu capital financeiro para exercer capital político e ditar os rumos da nação, sem precisar se sujeitar ao escrutínio público de um pleito eleitoral (Werneck, 2021, p. 251-252).

Assim, o que se percebe é, diante do discurso progressista e de apoio à educação e busca de soluções para os problemas sociais brasileiros, essa empreitada deve estar alinhada ao que Jorge Paulo Lemann, suas instituições e parceiros consideram um ideal de sociedade, de educação e de cidadão.

A partir da Lemann Center nasceu o Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação, sediado no Brasil, em Sobral. De acordo com a página da instituição:

A proposta de criar um Centro Lemann no Brasil surge do diálogo entre o presidente da Fundação Lemann, Jorge Paulo Lemann, e o ex-prefeito de Sobral, Veveu Arruda. A iniciativa parte do desejo de ver florescer um centro global de excelência no País, inspirado na experiência de Sobral, para contribuir com a garantia de aprendizagem com qualidade e equidade na educação básica.

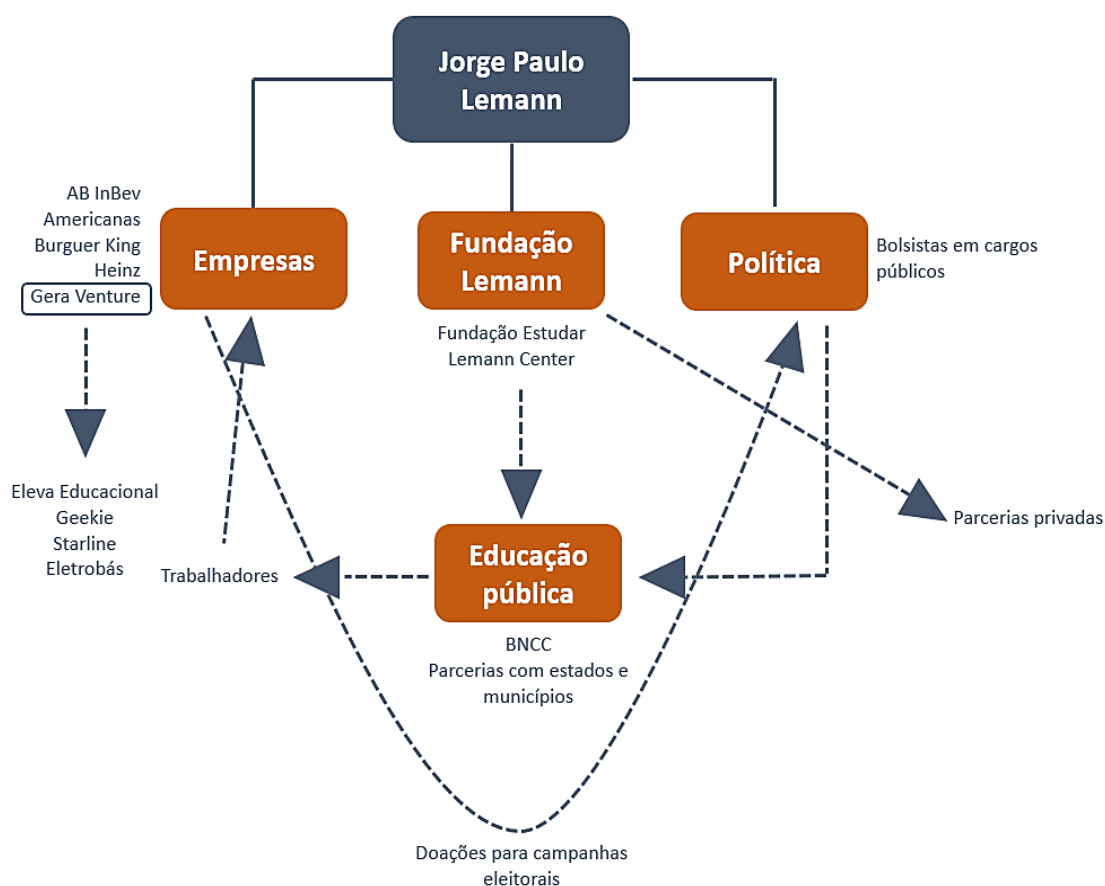
Os demais Centros Lemann estão ligados a algumas das melhores universidades do mundo, como Stanford, Columbia, Oxford e Illinois, e produzem conhecimentos e evidências de ponta sobre e para o Brasil, além de contribuir com a formação de lideranças brasileiras em nível de pós-graduação. Já nós, do Centro Lemann de Sobral, colaboramos com diferentes universidades e centros de pesquisa, dentro e fora do País, e desenvolvemos um programa não acadêmico de formação de

lideranças educacionais, voltado para transformar as suas atitudes e práticas cotidianas (Centro Lemann, 2023).⁶⁶

Vemos aqui que a Lemann Center se multiplica em diversas universidades estrangeiras e a ratificação e a reverência que existe ao conhecimento e aos padrões de educação aplicados fora do país. Nos discursos da FL, é deixado de lado o fato de o Brasil em suas universidades também produzir conhecimento de qualidade em instituições de excelência.

Além disso, não se pode deixar de notar novamente a extensão dos braços de Jorge Paulo Lemann. O esquema a seguir busca mostrar os diferentes âmbitos onde vemos a presença deste sujeito e como se relacionam, formando um todo complexo coerente e bem articulado em toda a sua extensão.

Figura 2. Capilaridade Lemann



Fonte: Dados coletados pela autora.

⁶⁶ CENTRO LEMANN. **Sobre o Centro Lemann**. Disponível em: <https://centrolemann.org.br/sobre-o-centro-lemann/#nosso-manifesto>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Com suas ações, Lemann, suas fundações, empresas e discípulos atingem o mundo dos negócios, da educação e da política com imensa capilaridade. O esquema permite visualizar a amplitude de suas ações, imbricadas nos campos político, empresarial e educacional. Suas empresas geram capitais, entre outros produtos, para investimento em suas fundações que, por sua vez, promovem a formação de lideranças para atuar na política a seu favor. Essa atuação política interfere fortemente na educação pública, por meio do argumento da educação inovadora. Por fim, as escolas públicas formam para atender ao mercado de trabalho e ao mercado consumidor, além de serem o mercado consumidor das “tecnologias educacionais” advindas de seus parceiros e investidos. E assim, em nome da inovação, assistimos à reprodução da sociedade de classes, o enriquecimento dos ricos, a dominação do pensamento e dos saberes.

Este cenário pode ser analisado sob a perspectiva de Williams (1992), quanto à montagem de uma estrutura de sentimentos que permite a reprodução dos interesses de um grupo que se quer “inovador”, mas, nas formas de fazê-lo, se apresenta profundamente conservador, levando em consideração não haver nada mais conservador do que financistas ricos manterem-se no mesmo quadro de domínio político e poder econômico:

(...) as ordens sociais e as ordens culturais devem ser encaradas como se fazendo ativamente: ativa e continuamente, ou podem muito rapidamente desmoronar. Não há dúvida alguma de que parte desse fazer-se é reprodução, em seu sentido mais restrito tanto quanto em seu sentido mais amplo. Mas a menos que haja também produção e inovação, a maior parte das ordens corre perigo e, no caso de certas ordens, perigo total (como é bastante claro com a ordem da época burguesa, centrada no impulso de acumulação capitalista) (Williams, 1992, p. 198).

Esta pesquisa compreende as ações da Fundação Lemann, sua abrangência, seu esforço sem medidas para dominar a educação pública como um dispositivo de construção de hegemonia, por meio de seu discurso acerca da inovação, na perspectiva de Raymond Williams (1992), num movimento necessário para conservação e reprodução de uma ordem social pautada e que se apresenta muito benfeitora, mas, ao final, mantém as coisas como devem ser mantidas, sem muitas modificações em relação às diferenças sociais.

CAPÍTULO 3. Interferências privadas na educação pública: a BNCC e a tônica da inovação

Neste terceiro capítulo serão tratadas as interferências privadas na educação pública de forma ampla, considerando não somente a atuação da Fundação Lemann, mas também de outros grupos e parceiros, pois Lemann atua em rede, fazendo do seu rol de empresas, porta-vozes de ideias de instituições reconhecidas, gerando um processo de reconhecimento e prestígio cuja dinâmica faz o nome da empresa.

Aprofundaremos o teor da BNCC como documento, analisando quais implicações ele traz para a educação pública e a quais interesses atende. Por fim, veremos como os contatos da Fundação e os intelectuais que trabalham em prol dela ajudaram a promover as influências na BNCC a favor dos interesses de Jorge Paulo Lemann em decisões que afetam a população brasileira. Em meio a tudo isso, busca-se o entendimento de como o discurso de “inovação educacional” pela perspectiva da FL interfere nos movimentos políticos da educação pública, para depois mostrar quais são esses tais discursos tão inovadores.

Para tanto, utilizaremos como base pesquisas que já narraram como se deu este percurso quanto à BNCC, a própria BNCC, documentos governamentais públicos que apresentem dados sobre decisões políticas na educação, perfis nas redes sociais dos sujeitos que compõem a bancada Lemann e outros que possam compor esta etapa da pesquisa, além de priorizar a discussão sobre inovações pelos próprios documentos produzidos pelo grupo Lemann.

As interferências e interesses das organizações privadas dos mais diversos tipos na educação pública não é novidade, mas, nos últimos anos, essa prática uniu muitas delas, formando uma rede de atores que agem em conjunto em prol de interesses em comum, o que aconteceu acentuadamente na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sua construção envolveu diferentes tipos de esforços, concretizando-se em investimentos humanos, financeiros, intelectuais.

3.1 Movimentos internacionais

Este movimento não acontece de forma isolada no Brasil, mas faz parte de um processo de alcance internacional envolvendo sujeitos de grande poder social como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização

Mundial do Comércio (OMC), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou simplesmente Banco Mundial, entre outros. Diferentes pesquisadores já publicaram trabalhos a respeito das ações destes atores. Neste capítulo, faremos uma contextualização, a fim de compreender como se apresenta o Brasil pelas relações transnacionais em meio às ações dos citados sujeitos.

Thiesen (2019) realizou um mapeamento de textos oficiais que caracterizam a política curricular brasileira a partir dos anos 2000 e analisa como eles sofreram o peso de movimentos de internacionalização curricular. O autor acredita que “o sistema educacional brasileiro é permeável ao movimento global da internacionalização do currículo e que a formulação de suas políticas mais recentes reflete as influências diretas desse contexto” (Thiesen, 2019, p. 3).

Este processo seria responsável não somente pela formulação de políticas curriculares, mas também na definição de currículos e seus conteúdos, na aprendizagem dos estudantes, na avaliação do ensino e aprendizagem e na forma de atuação dos docentes. Essas ações teriam

perspectivas de alinhamento da educação, do currículo e consequentemente da formação escolar aos padrões do sistema econômico mundial vigente, mas que são discursivamente apresentadas como alternativas de atualização, inovação, eficiência e modernização. Os primeiros passos desse movimento aparecem: em textos de políticas curriculares, que passam a inserir demandas e expectativas internacionais; nos processos de avaliação externa, que definem seus critérios com base em exigências internacionais; nos documentos de projetos e programas oficiais, em geral estruturados com base nesses mesmos princípios e propósitos; em alguns programas de formação inicial e continuada para professores etc. (Thiesen, 2019, p. 3-4).

Em seu trabalho, Thiesen (2019) cita alguns documentos publicados pelo Banco Mundial que ditam caminhos para a educação básica e superior como o Financiamento da Educação nos Países em Desenvolvimento, em 1986; Educação Primária, em 1990; Educação Profissional Técnica e Capacitação, em 1991; Ensino Superior: as lições da experiência, em 1994. Além destes textos, eventos internacionais promovidos por organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 1990, também resultaram em declarações que igualmente prescrevem rumos para a educação. De forma geral, estes documentos se propõem a serem uma base de

apoio para que os Estados Nacionais conduzam seus sistemas educacionais por meio de reformas curriculares que sigam uma agenda global.

Os textos indicam quais são os anseios dos órgãos internacionais com relação aos resultados de aprendizagem, cujos índices são medidos por avaliações externas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) possui forte relação com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Os documentos ainda apontam para falhas presentes no sistema de ensino brasileiro e a necessidade de maior atenção aos citados índices, bem como o alinhamento dos currículos de forma que atendam aos requisitos das avaliações externas, caminho este seguido pela atual BNCC (Thiesen, 2019).

De certo modo, o autor, quando diz que o Brasil segue uma “influência” dos ditames internacionais, talvez não se atente que a política pública educacional está completamente pautada pelas avaliações de rendimento, o que faz do Brasil uma ressonância que segue mandatária em relação ao que deve ser a educação de um país; muito embora haja contradições de todos os graus, como as comparações entre países com diferenças muito grandes, tanto demográficas como culturais, ou o desaparecimento de todos os movimentos sociais que atestam a incapacidade desse tipo de visão de compreender as condições educacionais e operacionais locais.

Ainda assim, o MEC (2023) afirma que o IDEB é um

importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável aos dos países desenvolvidos (Brasil, 2023).⁶⁷

No documento “Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas”, o Inep apresenta estratégias a serem utilizadas para o alcance de metas definidas pelo Compromisso Todos pela Educação, cujo prazo para cumprimento era o ano de 2021, com divulgação de resultados em 2022.

A estratégia é baseada em uma fórmula puramente matemática e convergente com o PISA:

⁶⁷ BRASIL. MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 10 ago. 2023.

A definição da meta nacional do IDEB (6,0) significa que o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos (média dos países membros da OCDE) observada atualmente. Essa comparação internacional foi possível devido a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no PISA (Programme for International Student Assessment) e no SAEB. A partir disso derivou-se à proposta de uma meta de desempenho médio para o Brasil nas avaliações de 2021. A taxa de aprovação sugerida para compor a meta relativa ao IDEB é de 96% (supondo uma taxa de reprovação mais taxa de abandono de 4%) (MEC, 2007, p. 3-4).

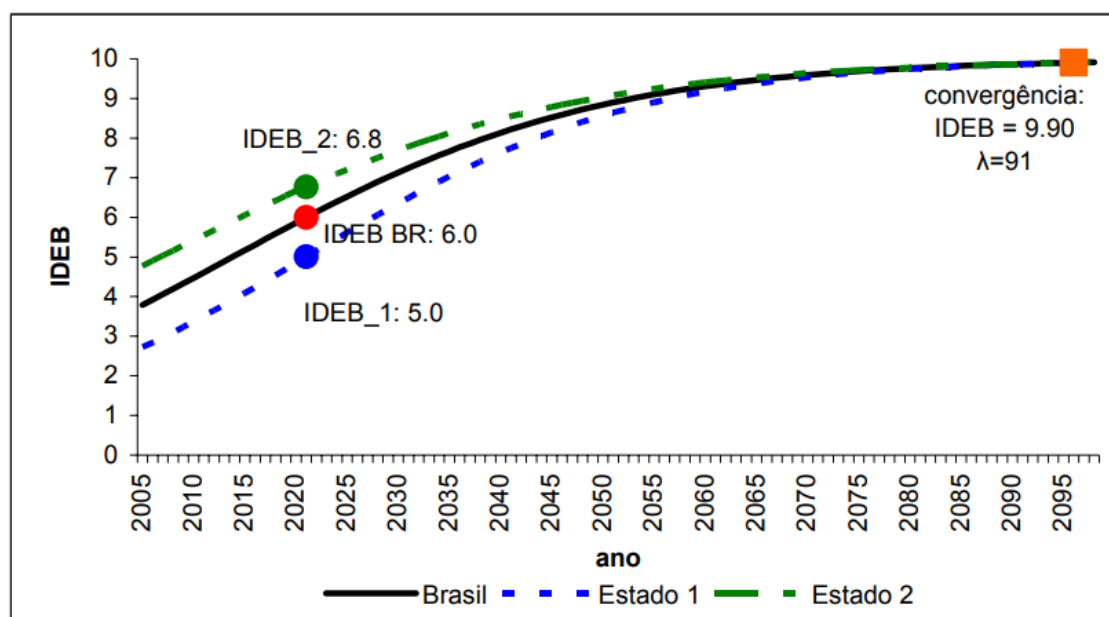
A estimativa considerou a nota inicial de 3,8 obtida no Ideb de 2005 e a nota para alcance 6,0 até 2021, somente para o ensino fundamental, prazo chamado pelo documento de “tempo de convergência”. De acordo com os cálculos, a nota de 9,9 seria atingida em 2096, ano em que o Brasil conseguiria também acabar com a desigualdade de notas entre as diferentes regiões do país, como mostra o gráfico apresentado pelo Inep na Figura 3.

O documento afirma que um dos elementos que impacta o alcance da meta é o fato de parte dos alunos terem iniciado sua vida escolar no “sistema antigo” e depois terem migrado para o “novo sistema”, de forma que tais grupos de alunos estariam “atrapalhando” os resultados, sem, no entanto, definir o que seriam tais sistemas e continua:

Essa dificuldade tende a desaparecer, gradativamente, conforme o grupo de estudantes avaliados se renovar; ou seja, a fase de transição se encerra quando o grupo de estudantes da rede avaliada tiver frequentado apenas o novo sistema durante toda a educação básica. Com o grupo de estudantes renovado, o crescimento esperado do Ideb deve ser mais rápido (MEC, 2007, p. 9).

É importante se atentar às informações do gráfico reproduzido pela Figura 3 que, pelos parâmetros educacionais vigentes, lança o prognóstico de fim das desigualdades do sistema brasileiro para décadas a frente, como se pudesse haver um sistema de prevenção matemática para idealizar o que cada país será no futuro com tanta precisão. Da mesma forma, a ideia de que sistemas antigos, são impedimento para os novos modelos. Como seria diferente? De certo modo, essas formulações não parecem rigorosas e insistem em dizer que não haveria uma outra solução, exceto serem encaminhadas por índices de órgãos supranacionais de caráter financista para sempre.

Figura 3. Trajetória do Ideb para o Brasil e Estados: 2005 – 2096.



Fonte: MEC, 2007, p. 7.

Ainda assim, o documento segue com uma estimativa com relação ao ensino médio. Não se pretende aqui estender o assunto neste sentido, mas isso mostra a grande preocupação do Ministério da Educação em alinhar-se aos parâmetros educacionais dos países considerados desenvolvidos, numa busca de igualar-se a contextos sociais, elementos culturais e necessidades que não necessariamente, em muitos aspectos, relacionam-se às brasileiras. A Tabela 3 mostra as notas alcançadas no Ideb 2021 e quais eram suas respectivas metas.

Tabela 3. Notas Ideb 2021.

Nível	Meta	Nota
Ensino fundamental anos iniciais	6,0	5,9
Ensino fundamental anos finais	5,5	5,1
Ensino médio	5,2	4,2

Fonte: Riveira, 2022. Dados organizador pela autora.

Na divulgação dos resultados, o Inep enfatiza as dificuldades trazidas pela pandemia de Covid-19 para a educação no período apurado. As taxas de aprovação aumentaram em relação a 2019 tanto para a educação básica como para o ensino médio e, de acordo com o documento, isso ocorre em razão dos ajustes nos critérios de aprovação das escolas diante do contexto da pandemia. Os índices de proficiência em língua portuguesa e matemática caíram em todos os níveis, com ênfase para o ensino infantil, cuja queda registra 24 pontos, sendo este grupo das crianças que hoje estão nos primeiros anos do ensino fundamental.

São apresentadas também especificidades de escolas que não participam do índice por serem, por exemplo, exclusivas da educação profissional, especial ou de jovens e adultos, escolas privadas, escolas indígenas e outras particularidades, cuja necessidade de avaliação exige maior aprofundamento, a fim de compreender o resultado geral do Ideb, algo que vem sendo realizado por alguns pesquisadores.

Ao falar do poder que o IDEB alcançou na educação pública e privada no país, Chirinéa e Brandão (2015, p. 464) apontam que

O IDEB, portanto, passou a ser, além de propositore de políticas públicas, o indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade. Embora seja um indicador de resultado, e não de qualidade, é a partir deste – e da divulgação dos seus resultados – que se mobilizam ações para melhoria da qualidade (Chirinéa e Brandão, 2015).

Essa qualificação da educação que se tem buscado está associada a uma reestruturação do capital e suas formas de reprodutividade, uma vez que, numa sociedade globalizada e tecnológica, a necessidade do processo produtivo se altera, não sendo este dependente do uso da força (embora ainda requisitada), mas também do intelecto (Chirinéa e Brandão, 2015). Segundo esses autores, o que chamam de educação de qualidade não almeja fornecer a todos igualdades de conhecimento, e sim atender demandas para o desenvolvimento econômico.

Assim, a qualidade da educação

emerge da necessidade de se prepararem os indivíduos para processos mentais cada vez mais requintados e abstratos, qualificando-os para o pleno exercício de uma profissão no mercado de trabalho. A qualidade, nesse sentido, não é uma qualidade que emerge do núcleo formador da escola e dos sistemas de ensino como direito do cidadão, mas uma qualidade concebida por agências multilaterais, com o propósito de diminuir a taxa de pobreza dos países em desenvolvimento e de adequar a educação a uma reestruturação produtiva do capitalismo, no qual a

educação ganha papel central, ao ser considerada uma condição geral de produção (Chirinéa e Brandão, 2015, p. 465).

Para os autores, o IDEB se mostra um importante indicador quando mede elementos como o desempenho escolar, porém aponta fragilidades ao não levar em conta aspectos como a “cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e cultural das famílias e o estilo de gestão e liderança”, elementos fundamentais de serem analisados quando se pensa a qualidade da educação:

Para a qualidade da educação escolar se constituir, é preciso considerar insumos internos e externos, bem como seus processos no interior das unidades escolares. O conceito de qualidade não pode ser reduzido somente ao desempenho escolar, tampouco ser tomado como referência para um processo de prestação de contas (accountability) e para construção de um ranking entre as escolas (Chirinéa e Brandão, 2015, p. 474).

Nesta forma de fazer educação, reduz-se o conhecimento a uma dimensão cognitiva que se apresenta em um amontoado de elementos quantitativos e mensuráveis, ignorando que na educação escolar este conhecimento não pode ser afastado das “relações ricas e complexas entre educador, educando, desvinculá-lo do emaranhado que tece os laços da instituição escola com valores éticos e culturais que compõem os contextos educativos” (Azevedo, 2007, p. 10 apud Chirinéa e Brandão, 2015, p. 477).

Diante do exposto, as avaliações externas funcionam como propulsoras de políticas públicas para a educação com base em seus resultados quantitativos e no que elas consideram que seja necessidade de melhoria nas escolas sem, no entanto, revelar a carência de se valorizar o professor, garantir uma infraestrutura condizente para as escolas, assegurar uma qualidade de vida mínima. Nos discursos, a educação é tida como salvadora de todos os problemas sociais, como se, por meio dela, as desigualdades geradas pelo capital, o racismo e outras formas de discriminação e até os problemas ambientais desaparecessem.

As avaliações que, por meio de testes padronizados, fornecem resultados determinantes das políticas moldadoras do futuro da educação são reducionistas e limitam a qualidade educacional. Elas precisam ser realizadas em conjunto com a autoavaliação institucional e buscar articulação com diferentes esferas para que as políticas sejam realmente capazes de garantir o acesso a uma educação de qualidade em sua amplitude (Chirinéa e Brandão, 2015).

Estes movimentos internacionais definidores do que os estudantes devem ou não aprender, conhecer, experienciar são detentores de uma força que nos remete novamente a Williams (1992):

Mas sempre o ponto-chave é a seleção – a forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos. De modo ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos ou colocados em formas que dão suporte ou, ao menos, não contradizem os outros elementos dentro da cultura dominante eficaz. Os processos de educação; os processos de uma formação social muito mais ampla no seio de instituições como a família; as definições práticas e a organização do trabalho; a tradição seletiva em um plano intelectual e teórico: todas essas forças estão envolvidas no contínuo fazer e refazer de uma cultura dominante eficaz cuja realidade, como algo vivido e construído em nossa vida, delas depende. Se o que então aprendemos fosse apenas uma ideologia imposta, ou se fossem apenas significados e práticas isoláveis da classe dominante ou de uma fração da classe dominante impostos às outras classes ou membros da sociedade, ocupando apenas o topo de nossas mentes, isso seria – e muitos ficariam felizes – algo muito mais fácil de ser derrubado (Williams, 1992, p. 54).

O autor reflete acerca de como as classes dominantes, por diferentes meios nos quais a educação é um dos mais eficientes, selecionam o que deve ser valorizado e o que não merece atenção, devendo ser apagado, num movimento contínuo que se faz e se refaz na medida de suas necessidades e anseios. Portanto a questão aqui é pensar a “seleção”, ou seja, de como a ideia de “inovação educacional” proposta pelo grupo Lemann se coloca como uma necessidade imprescindível, diante de um quadro avaliativo que sempre enumera o Brasil dentre os piores níveis educacionais do mundo. Também vale questionar o quanto um discurso se alimenta do outro, ou de como, o fracasso da educação, sempre em crise, faz a necessidade de produção de aparelhos que se apresentam como sofisticados para solucionar o problema.

3.2 Os movimentos políticos em torno da BNCC no Brasil

A elaboração da Base Nacional Comum Curricular foi mais uma etapa deste processo de internacionalização de uma agenda escolar. Antes de analisar o teor do documento, tentaremos compreender os caminhos políticos até chegar neste corolário, considerando que as leis e diretrizes elaboradas nas esferas estatais precisam ser observadas com base em todas as disputas e embates em que estão envolvidas, não apenas

por seu conteúdo, mas no seu processo de confecção, pensando no que se quer fazer cumprir e que representa uma conquista dentro de um processo de hegemonia.

No evento de homologação da BNCC, Maria Cecília Amêndola da Motta, então vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação, disse em seu discurso que a BNCC é um

documento de caráter normativo, tem a pretensão de extrapolar as paredes das nossas escolas: estabelecer diretrizes para a produção de livros didáticos, avaliações em larga escala, influenciando fortemente na formação inicial e continuada dos nossos professores, ações que o Consed vem fazendo em seus grupos de trabalho.

(...)

Acreditamos que seja agora que estamos iniciando o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular em nossas redes que o grande legado deste documento começará a despontar. Temos a grande oportunidade de construirmos coletivamente nossos currículos em um processo de fortalecimento do regime de colaboração entre estados e municípios, inclusive com a rede privada (Motta, 2023).⁶⁸

Na sequência, o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, também fez o seu discurso. Após tecer elogios ao então Presidente Michel Temer, por considerar que este teve a coragem de efetivar a BNCC, algo que estava somente no papel há anos, e, principalmente, realizar a reforma do ensino médio que, nas palavras daquele, tal reforma “há muito tempo se discutia no âmbito do setor educacional brasileiro, que dormia, pode-se dizer no Congresso Nacional, e que clamava por uma atitude de coragem que pudesse fazê-la andar e virar realidade”, acrescenta sobre o texto da base:

Não é um currículo a ser seguido pela educação básica no que diz respeito, nesse caso, à educação infantil e o ensino fundamental, mas define o marco pelo qual se elaborará os currículos da educação infantil e fundamental pelas redes públicas e privadas de todo país e que garante igualdade de tratamento, igualdade em termos de objetivos de aprendizagem pra uma criança que nasça da Amazônia, que possa ter nascido no Rio Grande do Sul, no oeste do Brasil, no centro-oeste, no Mato Grosso, no meu nordeste, em Pernambuco, Ceará, ou no sudeste do nosso querido Brasil.

(...)

Garante o mesmo tratamento para o filho de um pobre, de uma família pobre, e de uma família de classe média.

(...)

⁶⁸ Motta, Maria Cecília Amêndola. **Base: agora é lei. Transcrição do discurso na homologação da BNCC.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9419/base-agora-e-lei>. Acesso em: 07 set. 2023.

Se a gente quer garantir igualdade de oportunidade para todos, a gente só pode promover isso a partir da educação como diferencial que produza realmente a igualdade na base.

(...)

No orçamento de 2018, alocamos 100 milhões de reais para, em parceria com os estados e municípios viabilizarmos a implantação da Base Nacional Comum Curricular (Bezerra Filho, 2023).⁶⁹

A revista Nova Escola acompanhou de perto o processo de elaboração da BNCC e disponibilizou em seu site diversos textos discorrendo acerca de cada etapa na construção do documento. Ela afirma que o Movimento pela Base Comum foi um dos pioneiros a realizar esforços em prol da BNCC e, tendo sido formado em 2013, “reuniu mais de 60 integrantes de diversas linhas pedagógicas, políticas e ideológicas para discutir princípios para o documento”. Além desses integrantes, o movimento também contou com a atuação de “Organizações da Sociedade Civil e fundações (entre elas a própria Fundação Lemann, mantenedora da Nova Escola)” que tiveram “papel preponderante dentro do movimento”.⁷⁰ A Revista Nova Escola era uma revista em formato impresso da Editora Abril e quando foi adquirida pela Fundação Lemann em 2015, passou a ser chamada de Associação Nova Escola e seus conteúdos passaram a ser disponibilizados somente em formato digital⁷¹. Em seu site, a Associação disponibiliza um catálogo de cursos gratuitos em formato digital voltado aos professores, planos de aula prontos e alinhados à BNCC, além de “material educacional” também alinhado à BNCC. A grande quantidade de materiais disponibilizados exigiria uma pesquisa mais aprofundada acerca das autorias de tais conteúdos, seus contextos de produção e objetivos diante do público-alvo.

No mesmo texto, ao dizer que a construção da BNCC envolveu polêmicas entre diferentes grupos, a Nova Escola afirma que “especialistas e docentes da rede pública fizeram a Base. Não houve restrição pedagógica ou ideológica. O time de redatores era plural”. Os autores seguem traçando o caminho até se chegar ao resultado da base.

⁶⁹ BEZERRA FILHO, José Mendonça. **Base: agora é lei. Transcrição do discurso na homologação da BNCC.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9419/base-agora-e-lei>. Acesso em: 07 set. 2023.

⁷⁰ RATIER et al. **O castelo de cartas da Base: a história de como uma política pública delicada sobreviveu a dois governos e três ministros.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8800/o-castelo-de-cartas-da-base>. Acesso em: 07 set. 2023.

⁷¹ FUNDAÇÃO LEMANN. **Nova Escola agora é Lemann.** Disponível em: <https://www.flab.org.br/historico/>. Acesso em: 20 out. 2023.

No governo de Dilma Rousseff e quando Renato Janine Ribeiro era Ministro da Educação, por meio de uma portaria, foi instituída uma comissão de especialistas, formada por 113 pessoas responsáveis por elaborar um texto inicial para a base. Entre os componentes do grupo estariam especialistas de universidades e professores da rede pública. A Nova Escola afirma que “não houve critério ideológico ou uma linha pedagógica pré-definida na escalação do time”. As indicações eram feitas por uma equipe do MEC e elas também faziam outras indicações. O Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) indicaram “docentes de chão de escola”, conforme palavras do texto, que também ajudaram a formar esta comissão (Ratier et. el., 2017).

Em Brasília aconteceram palestras acerca de experiências internacionais de criação de currículos, por exemplo o da Austrália e o *Common Core* americano, como também as discussões acerca do conteúdo da BNCC. Este time teria se baseado nas Diretrizes Nacionais Curriculares, em suas experiências individuais e em materiais internacionais. O MEC realizou uma consulta pública on-line, em outubro de 2015, que contou com um total de 12 milhões de participações, considerando o número total de “quem interagiu com o texto de qualquer maneira” (Ratier et. el., 2017).

O *Common Core* americano, que ainda descreveremos, mostrou, de acordo com resultados de pesquisas, que os níveis de desigualdade social e racial não foram reduzidos com a implantação deste modelo de educação (Ravitch, 2013 apud Caetano, 2020), o que é de grande relevância quando um dos objetivos traçados para a implantação da BNCC seria, supostamente, a busca pela igualdade social por meio da educação.

O processo sofreria mudanças em agosto de 2016, com o golpe sofrido por Dilma Rousseff. De acordo com Ratier et. al (2017), quando Michel Temer assume o governo e, ao mesmo tempo, Mendonça Filho assume o MEC, o grupo que estava elaborando a BNCC é alterado e passa a contar com somente 22 redatores, sendo os legítimos responsáveis pela escrita de sua terceira versão.

Adrião e Peroni (2018) acreditam que o golpe parlamentar de 2016 fez com que a presença privatista na educação ganhasse outra dimensão, generalizando-se e institucionalizando-se como

política nacional referendada por alterações no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir do Ministério da Educação e com a conivência do Conselho Nacional de Educação, ressaltando a atuação de conselheiros e conselheiras, em articulação com entidades do campo educacional. As alterações no arcabouço legal,

que conforma a oferta da educação básica, associaram-se à aprovação da chamada BNCC e institucionalizaram a reforma no Ensino Médio (Adrião e Peroni, 2018, p. 50).

Caetano (2020) nos conta sobre diversas ações realizadas pela Fundação Lemann durante o processo de construção da BNCC. Algumas delas já foram mencionadas no capítulo anterior, como o financiamento de eventos para discussão do documento e a tradução de materiais internacionais que serviram de base para elaboração do texto. A autora acrescenta que a FL era a Secretária Executiva do Movimento pela Base e, em seu Relatório Anual de 2014, afirma que

houve a intensificação na interlocução e parcerias com Undime, Inep, Capes, MEC, e secretarias estaduais e municipais. Em relação à Base Nacional Comum Curricular, o mesmo relatório apresenta que a Fundação Lemann participou ativamente da construção de um grupo plural que se mobilizou pela criação de uma Base Nacional Comum da Educação para o Brasil. Prossegue dizendo ainda que “produzimos estudos que contribuíram com o esforço do governo brasileiro de construir uma base comum para os currículos de todas as escolas do país (Fundação LEMANN. Relatório Anual, 2014, p.9, apud Caetano, 2020, p. 47).

Com base em relatórios da FL de 2015 e 2016, Caetano (2020) diz que a terceira versão da BNCC foi revisada por instituições internacionais (*The Curriculum Foundation*, uma instituição inglesa e a *Accara*, uma instituição australiana). Além disso, a avaliação do documento foi assinada por Phill Daro e Susan Pimentel, ambos sujeitos que atuaram no *Common Core* americano. A *Accara* (sigla em inglês) seria a Autoridade Australiana para Currículo, Avaliação e Relatórios, uma “autoridade estatutária independente, que recebe orientação do governo australiano como consultora do processo de redação da BNCC brasileira” (Tarlau e Moeller, 2020, p. 576).

Tarlau e Moeller (2020, p. 554) chamam o processo de construção da BNCC de “consenso por filantropia”. Para as autoras, no governo do então presidente Michel Temer, houve uma aceleração para elaboração e aprovação desta política pública (BNCC), que foi o resultado de um percurso em que “recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública”, fazendo com que, mesmo em meio à ocorrência de tensões, ela seja amplamente aceita. As autoras baseiam o argumento do “consenso por filantropia” também pensando o conceito gramsciano de hegemonia, considerando que essas “fundações filantrópicas se tornaram atores contemporâneos importantes no

estabelecimento de novos blocos hegemônicos na educação, em diferentes geografias”. Veremos mais explicações a seguir.

As autoras realizaram investigações nos relatórios divulgados pela FL, bem como em outros documentos e entrevistaram pessoas ligadas à Fundação, como ex-funcionários considerados de “alto escalão” e parceiros. Estes contam que, desde o ano de criação da Fundação Lemann (em 2002 até 2010), o empresário Jorge Paulo Lemann, por meio de sua fundação, financiava praticamente todos os projetos de instituições e pessoas que procuravam por auxílio financeiro, sem muito direcionamento ou sem seguir uma linha determinada. Isso teria mudado principalmente entre 2010 e 2013, quando o empresário e a FL passam a adotar uma agenda de grande escala e mais ligada às políticas públicas.

O período corresponde ao momento em que o patrimônio de Lemann aumenta significativamente devido a uma série de fusões de suas empresas que fazem seu patrimônio líquido dobrar de tamanho. Segundo o relato de um ex-funcionário entrevistado pelas autoras, o empresário buscava seguir um padrão internacional em que grandes empresários quase sempre criavam uma fundação, o que lhes concede maior prestígio social e contatos estratégicos (Tarlau e Moeller, 2020).

Essas mudanças no direcionamento das ações da Fundação são enfatizadas no relatório de 2011, quando são descritas novas áreas de atuação, fruto de uma reestruturação, sendo elas: “investir em inovação para provocar mudanças em escala”; “desenhar e implementar programas que melhorem sensivelmente a gestão da educação e a eficácia dos professores”; “realizar e financiar pesquisas educacionais e disseminar seus resultados”; “investir na formação de talentos comprometidos com a transformação do Brasil”. No relatório da FL de 2012, houve a mudança da área de “pesquisa” para “políticas educacionais”, cuja descrição mostrava a pretensão de influenciar as políticas públicas de educação brasileiras (Tarlau e Moeller, 2020).

Em 2012, quando Denis Mizne presidia a FL, ele organizou um evento na Universidade Yale, onde conhecia contatos por já ter realizado um curso anteriormente: o Seminário “Liderar reformas educacionais: fortalecer o Brasil para o século XXI”. O evento, que aconteceu em abril de 2013, pretendia discutir políticas educacionais na educação fundamental e seus participantes envolviam “membros do governo brasileiro, educadores e representantes de organizações não governamentais no campo da educação”. Todas as despesas dos participantes foram pagas pela Fundação Lemann. Alguns dos palestrantes que falaram no evento foram Stefan Pryor, secretário de educação do estado de Connecticut; Susan Pimentel, que foi uma das principais participantes na

escrita das diretrizes do *Common Core* americano; e Alissa Peltzman, da ONG Achieve, voltada à reforma educacional (Tarlau e Moeller, 2020).

As autoras Tarlau e Moeller (2020) contam que este evento foi o grande impulsionador para a materialização do Movimento pela Base Nacional Comum ou simplesmente Movimento pela Base. Elas enfatizam o uso do termo “movimento” que “evoca a ideia de movimento social, geralmente entendido como um grupo da base da sociedade com pouco poder para protestar ou fazer exigências ao governo por meios não institucionais”. No entanto, esta se configurou como “uma coalização poderosa tanto de atores governamentais como de atores não governamentais, todos com suporte financeiro do homem mais rico do Brasil” (Tarlau e Moeller, 2020, p. 568). As autoras ainda atentam para a semelhança do *modus operandi* da Fundação Lemann com a forma de atuação da Fundação Gates nos Estados Unidos, que fomentou a elaboração e implementação do *Common Core* americano.

No mesmo ano do evento promovido pela FL em Yale, estava em discussão o Plano Nacional da Educação (PNE), que deveria ser aprovado em 2014. A Fundação realizou mais uma série de eventos a fim de difundir sua ideia de padrões de educação nacionais para políticos e funcionários da educação. Neste momento, outros sujeitos poderosos também tinham se unido ao Movimento pela Base, incluindo o Todos pela Educação, que agora unia esforços para que o PNE pudesse incluir a implementação da base em suas diretrizes (Tarlau e Moeller, 2020).

As autoras relatam ter conhecido, por meio das entrevistas realizadas com pessoas que fizeram parte do grupo de especialistas, diferentes versões acerca de como se deu o processo de escrita da BNCC. Enquanto uns acreditam que o processo foi democrático, à medida que incluiu na discussão sujeitos de diferentes vertentes políticas e pedagógicas, outros afirmam que já havia um documento inicial produzido para as diferentes disciplinas e que era possível somente emitir opiniões, sugestões e fazer pequenas mudanças.

Tarlau e Moeller (2020) indicam quatro frentes nas quais a Fundação Lemann teria exercido papéis importantes na configuração da BNCC, sendo elas os recursos materiais, a produção de conhecimento, o poder de mídia e as redes formais e informais.

Por ter financiado reuniões, refeições, passagens aéreas e outros, a FL sempre estava na mesa das discussões, já que literalmente “pagava o almoço”. A fundação patrocinava pesquisas e convidava especialistas internacionais para falar sobre a implementação de padrões educacionais em outros países. Tinha os acontecimentos do

processo e dos elaborados eventos que organizou cobertos e apresentados de forma positiva por dezenas de jornalistas treinados pela própria FL, que “trabalhava nos bastidores para orquestrar o consenso em torno da BNCC, de maneira que parecia um acontecimento natural e inevitável” (Tarlau e Moeller, 2020, p. 578). Além disso, havia uma empreitada em persuadir figuras políticas envolvidas com a BNCC de que este era o melhor caminho rumo a uma educação pública de qualidade. As ações em conjunto não eram realizadas junto ao Movimento pela Base, mas eram o próprio “movimento”.

Embora a FL faça parecer que o caminho para a elaboração da BNCC tenha sido democrático e amplo, quando tomou os devidos cuidados para envolver sujeitos de diferentes partidos políticos, fazendo com que o processo fosse “apartidário”; ouvir, ainda que de modos escusos, uma ampla camada de professores e outros sujeitos da comunidade escolar sobre o documento; o processo como um todo só foi possível devido ao seu “tremendo poder econômico, um produto direto da economia política global desigual” (Tarlau e Moeller, 2020, p. 594). Ao sintetizar as ações da FL, Tarlau e Moeller (2020) nos dizem que:

Essas fundações não impõem políticas públicas aos governos. Em vez disso, “tornam técnicos” os debates políticos de alto impacto em questões urgentes de equidade e qualidade educacionais. Em seguida, apoiam funcionários do Estado na busca de um consenso sobre as políticas a serem adotadas, organizando redes, patrocinando pesquisas e realizando seminários educacionais. Elas também oferecem um suporte econômico e organizacional para a implementação dessas políticas. Chamamos esse processo de “consenso por filantropia”, com base no conceito gramsciano do engajamento numa “guerra de posição na sociedade civil”, para demonstrar que não se trata de um processo “técnico” e sim de uma explícita estratégia para colocar a nação num caminho específico e reunir poder político - uma estratégia que provavelmente vai tornar-se cada vez mais comum entre fundações privadas e corporativas. Num certo sentido, os líderes da fundação tornam-se alguns dos mais importantes “intelectuais orgânicos” da esfera educacional do século XX, ajudando a reunir diversos atores ao redor de um projeto político comum ao participar ativamente de um processo de formulação de política pública como “construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, e não apenas um simples orador” (Gramsci, 1971, 10). No entanto, ao contrário dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, os líderes de fundações extraem sua influência através do poder econômico. Finalmente, o último argumento que queremos destacar é que não se trata simplesmente de uma tentativa de privatizar a educação pública e obter um lucro rápido. Por um lado, essas iniciativas são uma tentativa de manobrar poder, uma estratégia para encaixar as fundações na esfera pública (Tarlau e Moeller, 2020, p. 594).

A empreitada na elaboração da BNCC é um grande passo na promoção da “inovação” e de uma educação pautada no uso de ferramentas computacionais. Ao convocar personalidades que supostamente sabem do que é feita uma educação de qualidade, a FL conduz a construção de um texto direcionador da educação brasileira que, veremos, é permeado de incitamento às tecnologias educacionais. Isso ocorre devido ao grande poder de Lemann de divulgar suas ideias, e não somente pela própria voz, mas de direcionar até as vozes de intelectuais orgânicos e por meio de seus contatos imputam hegemonicamente suas concepções.

As autoras acima, em sua análise, acrescentam ainda que não se trata somente de fins políticos e econômicos, mas que as intervenções da Fundação se constituem também em buscar fazer com que a esfera pública seja um reflexo de sua própria imagem, além de alcançar elevado prestígio, tornando-se o ator mais importante na esfera educacional brasileira.

O que fica cada vez mais claro é que

Para empresas e fundações envolvidas no setor educacional, há um foco cada vez mais explícito na remoção de barreiras à educação e na elevação da qualidade da educação para eliminar obstáculos a um futuro crescimento econômico via uma força de trabalho educada, futuros consumidores e condições gerais para o crescimento econômico nacional e global.

(...)

Sugerimos que este é o pináculo do consenso “por filantropia”: por meio da mobilização de recursos materiais, produção de conhecimento, poder de mídia e redes formais e informais, convencer funcionários públicos suficientes a liderar uma iniciativa de política pública. Dessa forma, a Fundação Lemann catalisou, patrocinou e apoiou um processo que permitiu a diferentes atores institucionais trabalhar pela implementação de uma ideia de política pública. O apoio à BNCC tornou-se rapidamente um “senso comum” educacional no Brasil, defendido por um amplo leque de atores, por diversas razões, transformando assim qualquer divergência com a BNCC em irracional, ilógico e, no mínimo, ideológico (Tarlau e Moeller, 2020, pp. 557 e 581).

Não podemos deixar de lado que todo o processo perpassa momentos por fora do Estado, mas também entremeados no Estado. Como dito por Fontes (2021), baseada em Gramsci, “é no Estado que ocorre a unidade das classes dirigentes” (Fontes, 2021, p. 60), é na sociedade civil que o processo de hegemonia se dá diariamente, na prática cotidiana. Este movimento em torno da BNCC tem, como já dissemos, estreita relação com a configuração do mercado de trabalho.

Para a autora, hoje, as formas de subordinação dos trabalhadores ao capital estão disseminadas por meios que eram antes impensáveis, como “a substituição do trabalho por conexões por aplicativos ou atividades remotas, com modalidades de regimes de trabalho, todas compartilhando do rebaixamento generalizado de direitos associados aos contratos de trabalho (Fontes, 2021, p. 62).

Em 2021, o Brasil já tinha 13,2 milhões de pessoas que trabalhavam como Microempreendedores individuais (MEIs), sendo que 76,1% deles possui experiência anterior no mercado de trabalho formal (IBGE, 2023)⁷²; a soma de trabalhadores por aplicativos (motoristas e entregadores) chega a mais de 1.6 milhões de pessoas, dos quais 37% dos motoristas e 48% dos entregadores têm um outro trabalho (Lara, 2023)⁷³; em agosto de 2022, 40% dos trabalhadores brasileiros se enquadravam em trabalhos informais (CUT, 2022).⁷⁴

Fontes (2021) vê essa precarização do trabalho e disseminação em diferentes formatos de contratação como uma forma de se oprimir ainda mais a massa trabalhadora, à medida que há uma “negação constante de seu próprio caráter de classe” e a criação de obstáculos que dificultam aos grupos subalternos sua organização na luta por direitos. Esse argumento é somado às ideias da BNCC sobre educação as quais parecem não combinar com a realidade dos trabalhadores a quem ela sempre faz referência. Mas afinal, se a BNCC é feita para qualificar trabalhadores de hoje e do futuro, de quais trabalhadores ela está falando?

Aliado a isso, não há uma centralização dos dados para compreender mais profundamente como se caracteriza essa massa trabalhadora. Os censos têm sido realizados por órgãos públicos, prioritariamente pelo IBGE, mas também de forma intensa pelo que a autora chama, baseada em Gramsci, de Aparelhos Privados de

⁷² IBGE. **Em 2021, Brasil tinha 13,2 milhões de microempreendedores individuais (MEIs)**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38044-em-2021-brasil-tinha-13-2-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis#:~:text=As%20Estat%C3%ADsticas%20dos%20Cadastros%20de,formais%2C%20j%C3%A1%20incluindo%20os%20MEIs>. Acesso em: 13 out. 2023.

⁷³ LARA, Lorena. **Brasil tem 1,6 milhão de pessoas trabalhando como entregadores ou motoristas de aplicativos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/04/13/brasil-tem-1-6-milhao-de-pessoas-trabalhando-como-entregadores-ou-motoristas-de-aplicativos.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

⁷⁴ ROCHA, Roseli. CUT. **40% dos trabalhadores são informais no Brasil; no Norte, são mais de 50%**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/40-dos-trabalhadores-sao-informais-no-brasil-no-norte-sao-mais-de-50-e3d9>. Acesso em: 10 out. 2023.

Hegemonia Empresariais (APHEs). Estes seriam constituídos por instituições de diferentes tipos como fundações; associações; cooperativas; institutos; caixas escolares; entidades religiosas; Organizações Não Governamentais (ONGs); Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL); Organizações Sociais (OS); Organizações da Sociedade Civil (OSC) e “expressões genéricas que edulcoram o terreno das lutas sociais, como “Terceiro Setor”” (Fontes, 2021).

Essa diversidade de tipos de organizações que tornam os dados difusos e dificultam a sua centralização e interpretação, com classificações pouco precisas deixam lacunas e são (des)organizadas desta forma como mais uma estratégia para enfraquecer a luta dos trabalhadores e obscurecer os fatos acerca da crescente exploração e precarização, é algo que merece um maior aprofundamento (Fontes, 2021).

Não coincidentemente, esta é uma característica da Fundação Lemann e suas muitas ramificações (Centro Lemann, Fundação Estudar, Nova Escola, reúna, Instituto Gesto, MegaEdu, Laboratório de Inovação Lemann) e parcerias (Bem Comum, Centro de Inovação para a Educação Brasileira, Ensina Brasil, Instituto Canoa, Khan Academy, Vetor Brasil, porvir, Itaú Social, Instituto Sonho Grande), isso para citar apenas uma parte delas, o que a FL chama de “Nosso Ecossistema de Impacto” (Fundação Lemann, 2023).⁷⁵

Desde o início desta pesquisa, tais ramificações foram dificuldades encontradas na tentativa de uma sistematização de dados, pois cada uma das entidades possui páginas próprias, relatórios próprios, CNPJs individuais, tornando quase impraticável uma sistematização total. Ao mesmo tempo que parte dos dados se cruzam, outros se repetem, alguns parecem independentes, embora todas as ações partam de um mesmo sujeito. Essa difusão de ideias e informações é também uma característica do neoliberalismo em curso. Para Monbiot (2016)⁷⁶, “o anonimato é tanto sintoma quanto causa de seu poder”. O autor discorre sobre este sistema ser tão penetrante a ponto de ser difícil reconhecê-lo enquanto ideologia, como se fosse algo neutro e natural. Com isso, apresenta a competição como “definidora das relações humanas..., recompensa o mérito e pune a ineficiência”, além de afirmar, a seu modo, que tentativas de reduzir suas ações são tratadas como limitadoras da liberdade, criando um cenário em que a

⁷⁵ FUNDAÇÃO LEMANN. **Nosso Ecossistema de Impacto**. Disponível em: <https://fundacao.lemann.org.br/parceiros>. Acesso em: 10 out. 2023.

⁷⁶ MONBIOT, George. **Para compreender o neoliberalismo além dos clichês**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/para-compreender-o-neoliberalismo-alem-dos-cliches/>. Acesso em: 15 out. 2023.

organização do trabalho e a negociação coletiva pelos sindicatos são retratadas como distorções do mercado, que impedem a formação de uma hierarquia natural entre vencedores e perdedores. A desigualdade é requalificada como virtuosa: um prêmio para a utilidade, ela é geradora de uma riqueza que se espalha de cima para baixo, enriquecendo todo mundo. Os esforços para criar uma sociedade mais igualitária seriam ao mesmo tempo contraproducentes e moralmente corrosivos. O mercado asseguraria que todo mundo recebe o que merece (Monbiot, 2016).⁷⁷

No mundo do trabalho, grandes grupos econômicos passam a olhar para o mundo todo como lugares disponíveis para produção e reprodução do capital, bem como exploração da força de trabalho e de mercado consumidor de forma mundializada, o que os torna fortes interessados em como se dá a educação nos diferentes países, como afirma Paulani (2006), para quem:

Essas diferentes modalidades de externalização da produção e da reprodução do capital permitem aos grandes grupos mundiais a consolidação de seu poder econômico e de sua capacidade oligopolista, num momento em que se exige do capital a maior flexibilidade possível. A enorme gama de procedimentos de que eles hoje dispõem para organizar e reforçar esse poder implica, na maior parte dos casos, o estabelecimento de relações assimétricas perante o universo de capitais operando no planeta. As exigências de uma etapa da acumulação dominada pelos imperativos típicos da valorização financeira vão empurrando os grandes grupos de capital não só a dividir o risco capitalista com os trabalhadores (trabalhadores ‘autônomos’, contratação por projetos etc.) e com os consumidores (costumeirização), mas também com o pequeno capital. São bastante conhecidas a esse respeito as histórias de grupos como a Nike, que detêm o controle de um enorme número de pequenos produtores domésticos espalhados por todo o planeta, particularmente nos países periféricos, e de outros, como a Benetton, que pura e simplesmente administra uma marca, por trás da qual se encontram milhares de unidades produtivas igualmente espalhadas pelo globo (Paulani, 2006, p. 84).

Com este sistema mundialmente em voga, as ações sociais do Estado são vistas como injustas com aqueles que alcançaram o sucesso por “mérito” próprio. O papel estatal não deveria se voltar para a “regulação da economia, os neoliberais acreditam que o Estado deve atuar no sentido de criar um aparato jurídico-legal para fomentar o bom funcionamento do livre mercado” (Rocha, 2021, p. 25). E assim, em meio a um *continuum* explorar de trabalhadores, na manutenção das desigualdades sociais e, conseqüentemente, educacionais, seguimos sem muitas inovações, senão aquelas que ratificam a conservação

⁷⁷ Idem nota 76.

da estrutura de classes. Sim, há o desgaste de que muitas dessas inovações caem em nossos colos na forma de produtos técnicos que sofrem de obsolescência programada e, portanto, só são alcançados por quem realmente podem consumi-los.

Não é o caso de discutir aqui mais profundamente, que a tecnologia apegada aos discursos pode ser vista como uma negociação e o fato de grandes contingentes negá-la, ou não poder consumi-las é sinal de que nem tudo neste discurso espraia-se à totalidade. Aqui estudam-se as ideias da Fundação Lemann e, para ela, a negação desse processo é simplesmente um atraso, um retrocesso, criando um contingente de ultrapassados.

3.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Como vimos, a Fundação Lemann teve papel preponderante na elaboração das diretrizes que formam a BNCC por meio de ações como:

- O financiamento de eventos para discussão do documento;
- A formação de um consenso sobre a base ao tornar participantes diferentes setores sociais (sujeitos do poder público, profissionais da educação da rede pública e privada), com diferentes visões sobre a temática;
- A encomenda da produção de conteúdos por intelectuais orgânicos, legitimando o seu discurso;
- A relação com organismos internacionais que realizaram reformas educacionais em outros países, possuindo, nos critérios da Fundação, legitimidade para guiar o processo de construção da BNCC.

O documento foi homologado pelo então presidente Michel Temer e pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho⁷⁸ em dezembro de 2017 (SEMIS, 2017). Muitos pesquisadores já trouxeram esta temática à tona. Não daremos conta de elencar todos eles, mas citamos alguns que foram essenciais para pensar e elaborar este trabalho, bem como para historicizar como se deu este processo.

Adrião e Peroni (2018) apresentam ações na educação pública de sujeitos como o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Unibanco, o Instituto de Corresponsabilidade

⁷⁸ Mendonça Filho havia sido consultor da Fundação Lemann entre fevereiro de 2019 e setembro de 2020, quando saiu devido à sua candidatura às eleições municipais e retornou ao cargo em janeiro de 2021. (FUNDAÇÃO LEMANN. **Ex-ministro retoma atuação como consultor da Fundação**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/ex-ministro-retoma-atuacao-como-consultor-na-fundacao>. Acesso em: 15 out. 2023).

Educacional, o Insper, a Fundação SM e o Instituto Fernando Henrique Cardoso. Para as autoras, este cenário caracteriza uma “gestão corporativa da gestão pública” em que grupos empresariais privados, de diferentes segmentos, que não só o educacional, “se organizam em instâncias do governo ou a estas se articulam, passando a definir políticas educacionais” (Adrião e Peroni, 2018, p. 49). As autoras acreditam que a “elaboração da BNCC representa a expressão mais acabada dessa apropriação da gestão educacional” (Adrião e Peroni, 2018, p. 49), num processo em que filantropos em articulação com “braços sociais de grupos empresariais e fundos de investimentos” propiciam retornos financeiros para estes mesmos grupos. Para Aguiar (2018),

a BNCC foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) no contexto que se configura como uma contrarreforma da Educação Básica conduzida pelo atual governo em sua ação de desmonte das conquistas democráticas e populares, sobretudo no que diz respeito aos avanços efetivados nas últimas décadas quanto ao direito à educação e às políticas educacionais (Aguiar, 2018, p. 8).

A autora, que faz referência ao governo de Michel Temer, foi conselheira do Conselho Nacional da Educação (CNE) e apresenta um histórico de como foi o processo de construção da atual BNCC e, para ela, tal processo privilegiou especialistas enquanto subalternizou o diálogo com as comunidades educacionais e escolares, tendo sido um movimento centralizador de tomada de decisões.

Até chegarmos à versão da BNCC que temos hoje, foram escritas duas versões anteriores. A primeira versão do documento foi disponibilizada em meio digital para que a comunidade (população, professores, alunos e responsáveis) pudessem opinar e contribuir com o processo⁷⁹. O MEC, após sistematização dessas informações, selecionou o que seria incorporado à BNCC, resultando na segunda versão do documento.

Da mesma forma, a segunda versão foi publicada e colocada ao crivo da comunidade, resultando na terceira e atual versão da Base Nacional Comum Curricular. Para Aguiar (2018), tanto a primeira como a segunda pesquisa aberta à comunidade apresentam restrições com relação à forma de participação, permitindo somente retornos

⁷⁹ No Portal da BNCC foi disponibilizado um questionário para que a comunidade pudesse opinar sobre o texto da Base (primeira e segunda versões). As opiniões se reduziam a seleção de alternativas (Concordo fortemente; Concordo; Sem opinião; Discordo) sobre itens da base previamente selecionados. Havia também caixas de texto aberto em que os participantes poderiam sugerir alterações. Cassio (2017) conta sobre contradições encontradas neste processo, bem como no número de participações divulgado pelo governo (CASSIO, Fernando. **Participação e particionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular>. Acesso em: 23 out. 2023).

como “concordo” ou “discordo”, sem margem para maiores contribuições e expressões de outros pontos de vista, processo que a autora descreve como “metodologia de construção linear, vertical e centralizadora”. A escolha dos itens que seriam incorporados à terceira versão foi realizada por um Grupo Gestor formalizado pelo Ministério da Educação.

Lopes (2018, p.23), uma estudiosa e pesquisadora do currículo, ao justificar alguns dos motivos que a colocam contra a BNCC afirma:

podemos citar brevemente a insistência em um vínculo imediato entre educação e desenvolvimento econômico, a valorização do caráter salvacionista da educação (quase todos os problemas sociais são supostos como resolvidos com mais educação), a redução da educação a níveis de aprendizagem e ao fornecimento de garantias sociais de que todos os alunos e as alunas terão credenciais/padrões de aprendizado uniformes, a restrição da crítica teórica à BNCC ao registro ideológico (sob certo registro depreciativo da ideologia), a suposição de que os docentes não sabem o que fazer nas escolas sem uma orientação curricular comum (Lopes, 2018, p. 23).

Para a autora, as orientações para o currículo são formadas, entre outros elementos, pelo que ela chama de “tradições curriculares”, que seriam componentes como as disciplinas escolares e suas comunidades, os livros didáticos e a literatura educacional, a formação dos professores, as avaliações centralizadas, as parcerias entre a universidade e a escola e outras, itens ignorados pelo atual texto da BNCC:

Teoricamente, é possível defender que sempre há uma contextualização radical do currículo que não pode ser resolvida pela pretensão de se associar uma parte curricular comum nacional e uma parte curricular local, como as recentes políticas têm proposto. Isso porque não há o que se possa chamar de uma parte curricular nacional ou global pura, um contexto local puro, sem inter-relações entre os sentidos dessas supostas partes (sejam essas partes formadas por conteúdos, sujeitos, territórios). Mesmo a Matemática e a Língua Materna, que no usual registro “ler, escrever e contar” parecem ser representativas de uma universalidade consensual (uma centralidade curricular, um conhecimento comum), são campos de saber disputados, submetidos a conflitos, a uma inserção contextual capaz de produzir diferenças nas abordagens, linguagens, modos de ser e compreender o mundo. Em outros termos, são sempre particulares que em dadas relações de poder assumem o registro do universal (Lopes, 2018, p. 24-25).

O que se pode ver é que a discussão sobre a BNCC e os anseios de fundações privadas pela “melhoria” da educação parecem caminhar juntas, porque expressam valores imediatamente ligados à produção econômica, não estabelecendo maiores

contatos com outros aspectos formativos como a fruição artística e de sensibilidade performática, afastando-se de discursos de tradições científicas e se apresentando com uma certa facilidade de entendimento universalizante e não condizente com a ambiência política e diversa da educação no mundo real.

Lopes (2018) acrescenta que esta BNCC não problematiza questões importantes sobre o currículo, como as diferenças existentes entre os estudantes e as escolas e, principalmente, as desigualdades sociais que não somente permeiam a educação, mas a determinam em muitos aspectos. Ao que parece, a BNCC é um agrupamento de ações por encaixe de metas, pois não leva em consideração que as diversidades e desigualdades reais acontecidas nas escolas, não possuem seus radicais em um histórico puramente pedagógico, como se pode ver abaixo:

Muitos que defendem a BNCC alegam que sem essa base se desenvolve uma desigualdade no sistema, justamente por existirem diferentes propostas curriculares em ação. Defendo, contudo, que isso não é um erro nem mesmo um problema. A pretensão de que todas as escolas sigam a mesma proposta curricular e a mesma orientação pedagógica com a ideia de que, com isso, as metas de aprendizagem serão garantidas, tende a ocultar a problemática de que a desigualdade social associada à educação não é decorrente de um registro intrinsecamente pedagógico. Se há desigualdades no sistema educativo – e essas desigualdades existem – isso se deve ao investimento diferenciado na carreira do professor e nas condições de trabalho nas escolas, nas condições de vida das famílias e nas condições de estudo dos alunos e alunas (Lopes, 2018, p. 25).

Alves (2018), que também estuda o currículo escolar, afirma que, considerando pesquisas de muitos anos, os cotidianos escolares e “as complexas e variadas relações com todas as redes educativas que formamos e nas quais nos formamos cotidianamente”, é possível perceber que

nunca há (nunca houve e nunca haverá) processo curricular que se repita, seja cópia de algo oficial, seja algo que foi já feito por docentes e discentes, de um ano a outro, de uma escola a outra. Assim, podemos afirmar que há sempre criação do novo nas ações aparentemente repetitivas dos currículos escolares (Alves, 2018, p. 46).

Essa busca pela “padronização de educação”, para Caetano (2020) funciona como uma ferramenta eficaz de “controle da aula, sugere que o processo de ensino-aprendizagem se torne restrito e que os professores enfatizem os conteúdos essenciais para preparar melhor os alunos para os testes e avaliações” (Caetano, 2020, p. 39). Sendo

um instrumento de controle, a autora entende que o grau de liberdade dos professores diminui à medida que aumentam os resultados nas avaliações.

Segundo os autores, o documento é uma base que busca ser unificadora e homogeneizadora, confina a educação ao atingimento de objetivos vagos, cuja suposta efetividade é medida por avaliações padronizadas que valorizam a dimensão quantitativa, as estatísticas, os resultados puramente matemáticos. A autora, que é contra a avaliação uniforme de conhecimentos como se estes fossem “um objeto, um dado, uma coisa, a ser captado, registrado e distribuído para ser medida” (Lopes, 2018, p. 26), defende que a educação vai muito além desse processo, não se vinculando a uma ideia de “sujeito educado universal”, mas remete à “cultura, aos processos de identificação imprevisíveis e incontroláveis, à constante dinâmica incomensurável entre permanência e mudança (só se produz algo novo, com base em uma tradição; só se constrói uma tradição, pela mudança de seus sentidos)” (Lopes, 2018, p. 26-27).

Esta colocação da autora nos remete mais uma vez à Williams, que afirma que a tradição, em determinados aspectos, se assemelha à educação:

Pode-se perceber o problema com maior nitidez no conceito cultural básico de tradição, que, de modo provisório mas intencional, chamo de reprodução em ação. Pois a tradição (“nossa herança cultural”) mostra-se de modo claro como um processo de continuidade deliberada, embora, analiticamente, não se possa demonstrar que alguma tradição seja uma seleção ou re-seleção daqueles elementos significativos recebidos e recuperados do passado que representam uma continuidade não necessária, mas *desejada*. Nisto ela se assemelha à educação que é uma seleção equivalente de conhecimento desejado e de modalidades de ensino e de autoridade. É importante salientar, em cada caso, que esse “desejo” não é abstrato mas efetivamente definido pelas relações sociais gerais existentes (Williams, 1992, p. 184-185).

O pensamento do autor nos ampara no entendimento dos porquês de ser a educação um campo tão disputado, afinal ela é muito mais que um mercado infinito para produtos ditos tecnológicos, mas se constitui por meio das instituições educacionais em “principais agências de transmissão de uma cultura dominante eficaz”, sendo “atividade tanto econômica, quanto cultural prioritária; na verdade; são ambas ao mesmo tempo” (Williams, 2011, p. 54).

Essas discussões apontam para o trabalho da Fundação Lemann no sentido de que participa das disputas em relação aos documentos prescritivos da educação, operando nos processos de seletividade do que deve ou não ser considerado uma nova tradição no momento em que fomenta a ideia de inovações educacionais a partir da sua visão de

melhoria daquilo que os seus órgãos mantenedores chamam de quadro lamentável da educação brasileira. Como veremos, a sua atuação parece se associar aos discursos da BNCC precisamente porque se emancipa das ideias anteriores para, discursivamente, indagar que é representante do “novo”, quando, na verdade, a sua estrutura é tradicional e conservadora, no sentido que se modela por parâmetros neoliberais e o retroalimenta por meio da máquina reprodutora da educação.

Embora tenha um total de 600 páginas, a BNCC apresenta um texto vago e repetitivo, considerando ser um documento que deve ser a base para escolas de todo o país seguirem em seus processos educacionais. Cada disciplina/eixo possui unidades temáticas para cada ano/série escolar que se desdobram em habilidades específicas. De forma geral, seu conteúdo aborda o respeito à diversidade, a liberdade de religião, o pensamento crítico, a relação (e não luta) entre diferentes classes sociais, a preservação ambiental, o respeito aos indígenas, os direitos sociais, a democracia, a igualdade, os direitos humanos, a equidade, a defesa da ciência etc.⁸⁰

Vemos aqui a apropriação de um discurso que se aparenta progressista, mas que tem muito a conservar. Para Fontes (2021), isso é parte de uma estratégia que busca enfraquecer a luta dos “subalternos”:

Isso é o que pretendem as classes dominantes, ao capturar os termos da luta proletária para esterilizar seu sentido, maquiavar palavras para confundir os subalternos em sua apreensão do mundo, eliminando discursivamente as determinações efetivas da realidade social para sugerir que tudo não passa de mero “discurso”. Trata-se de luta de classes, de negar em grande escala a capacidade de traduzir o mundo de forma compreensível, agindo para adulterar a produção de uma sensibilidade e de uma sociabilidade próprias dos trabalhadores e, acima de tudo, impedir uma organização autônoma. E o fazem enquanto classe e enquanto Estado, que ecoa, reitera e generaliza os mesmos termos cunhados nos ambientes burgueses. A luta de classes na linguagem envolve, do lado das classes dominantes, uma refinada manipulação ideológica realizada por seus intelectuais (Fontes, 2021, p. 70).

Relacionando os termos utilizados na BNCC com o pensamento da autora acima citada, acreditamos que o documento busca, ao “capturar os termos da luta proletária” estabelecer, de mais uma maneira, o consenso sobre o que propõe para a educação brasileira, com o apoio de intelectuais que atestam a sua legitimidade.

⁸⁰ MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

A BNCC afirma que, desde o final do século XX, é o desenvolvimento de competências que tem guiado a construção dos currículos da maioria dos estados e municípios brasileiros e de outros países, e, ainda, o alinhamento ao enfoque dado nas avaliações externas da OCDE, por meio do PISA e da UNESCO.⁸¹

Se analisarmos o texto da atual BNCC, veremos que sua estratégia 7.1 diz que a base deve ser assentada em objetivos de aprendizagem. Já a estratégia 7.6 indica a implantação de políticas que estimulem as escolas a melhorarem os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ao pronunciar a valorização “do mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar”, o texto ignora as singularidades das muitas realidades escolares (Oliveira, 2018) e assenta que a qualidade da educação deve ser verificada com base nos resultados de exames, valorizando “financeiramente o docente cujos alunos obtêm sucesso nas avaliações de larga escala” e o desqualificando à medida que exerce “controle externo sobre o seu fazer” e, dessa forma, amplia “as desigualdades e reforça processos de exclusão social” (Oliveira, 2018, p. 56).

Analisando o texto do documento, verificamos determinados momentos em que os termos “inovação”, “cultura digital”, “tecnologias da informação e comunicação”, “interação multimidiática e multimodal”, “tecnologias virtuais” e outras relacionadas ao contexto das chamadas inovações tecnológicas aparecem nas descrições do que a base espera dos processos educacionais dentro dos eixos disciplinares. Esses termos permeiam praticamente o documento todo, sem, no entanto, apresentar definições acerca deles. Não havendo definição, parte do princípio de que todos os leitores já sabem o que elas significam e de que são dadas como realidades.

Apreendemos que os termos fazem referência ao uso das tecnologias da informação e comunicação, o acesso aos conteúdos digitais e à conectividade, sem a qual a “inovação”, nestes termos, não pode se dar. Neste sentido, a proposta da Base está bem alinhada às ideias da Fundação Lemann acerca da “inovação educacional” e ao seu pressuposto de que as relações na educação só podem ocorrer com tais recursos para alcançarem “qualidade”.

Entendemos que a ideia das “inovações educacionais” é apresentada como imprescindível e tem sido validada por intelectuais a quem a elaboração de teorias e

⁸¹ BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2023.

conteúdos que legitimem o seu uso é encomendada, tornando possível a imposição de formas de entendimento da educação de qualidade somente por esta via.

Essa discursividade da inovação aliada à educação diz muitas coisas implicitamente, que não seriam aceitas se ditas claramente. O termo inovação está presente não somente na educação, mas em praticamente todos os setores, principalmente mercadológicos, na sociedade. Ela está na comunicação, na indústria automobilística, na produção farmacêutica, nas transações financeiras, na agropecuária e muitos outros. A hegemonia pelo tema “inovação” é um processo sendo colocado em prática todos os dias, tornando-se parte formadora da cultura. Para Williams (1992), como se vê abaixo, utilizá-la como tema e ainda sendo controlador dos meios de produção cultural é, por si mesmo, algo distante de ser inovador:

(...) a propriedade e o controle dos meios de produção-cultural se tornam um setor dentro da propriedade e do controle mais amplos de uma área produtiva (não-cultural) e financeira mais ampla ainda. O conglomerado está se tornando, de fato, típico da produção cultural tecnologicamente avançada nas economias capitalistas avançadas, e sua importância teórica, nesse contexto, é que ele é, ao mesmo tempo, predominante na produção cultural de hoje e, contudo, em suas formas determinantes, radicalmente separado dela; seu “objetivo” está agora primordialmente em outra parte.

(...)

Observe-se que problemas desse tipo são inseparáveis de desenvolvimentos mais importantes nos meios de produção cultural e particularmente das tecnologias reprodutivas mais importantes. Mas isso não quer dizer que as tecnologias impuseram as formas sociais; estas, de fato, têm acompanhado as linhas principais do poder social e econômico geral (Williams, 1992, p. 116).

Na perspectiva de Williams (1992), que está analisando a reprodução cultural, acreditamos que o destaque que tem se dado às inovações realiza-se por aqueles que são detentores dos meios de produção e reprodução cultural, sendo que “está implícito no conceito de uma cultura ser ela capaz de ser reproduzida; e, além disso, que, em muitos de seus aspectos, a cultura é, na verdade, um modo de reprodução” (Williams, 1992, p.182). O autor destaca o poder da educação neste processo e reforça a importância que a educação tomou nesses discursos de empreendimento privatista como ferramenta de força e veículo para ganhos financeiros:

É razoável, pois, em dado nível, falar do processo educacional geral como forma precisa de reprodução cultural, a qual pode estar vinculada à reprodução mais abrangente das relações sociais em vigor, a qual é

garantida pelo direito de propriedade e por outras relações econômicas, instituições estatais e outras forças políticas, e formas religiosas e familiares existentes autoperpetuadoras. Ignorar esses vínculos é subordinar-se à autoridade arbitrária de um sistema que se proclama “autônomo” (Williams, 1992, p.183-184).

No texto da BNCC, o MEC aparece como apoiador técnico e financeiro, além de dever fomentar as inovações e disseminar casos de sucesso, apoiar “experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países; e, ainda, o fomento de estudos e pesquisas sobre currículos e temas afins” (Brasil, 2018, p. 21).

Ao falar sobre a transição dos anos iniciais do ensino fundamental para os anos finais, a BNCC afirma que mudanças sociais significativas têm ocorrido na sociedade em função da cultura digital, da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e o acesso a elas. Afirma ainda que essa nova cultura “induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas” que seriam “diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar” (Brasil, 2018, p. 61). Desse modo, a escola possui desafios na aprendizagem do estudante, que deve desenvolver uma “atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais” e “educar para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital” (Brasil, 2018, p. 61).

Quando aborda o ensino de língua portuguesa nos anos finais do ensino fundamental, a base diz que não pretende deixar de lado o “escrito/impresso, nem deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola”, mas abordar “novos letramentos, essencialmente digitais” também se faz importante. É preciso conseguir “compreender uma palestra”, mas, da mesma forma, ser capaz de “atribuir diferentes sentidos a um gif ou meme” (Brasil, 2018, p. 69).

Mais à frente, cita termos como foto denúncias, fotorreportagens, reportagens multimidiáticas, infográficos, podcasts noticiosos, vlogs, gameplay, spots, jungles, booktuber, mesclando com outros como artigos de opinião de interesse local ou global, resenhas, entrevistas, cartas de leitor e outros, considerados mais “tradicionais” ao falar sobre a necessidade de os alunos compreenderem os diferentes tipos de linguagens, diante da “Web 2.0, que amplia a possibilidade de circulação desses textos e “funde” os papéis de leitor e autor, de consumidor e de produtor” (Brasil, 2018, p. 143).

Quando aborda o Ensino Médio, a BNCC afirma ser esta etapa final da Educação Básica que “representa um gargalo na garantia do direito à educação”, havendo grande necessidade de se universalizar o atendimento e “garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras” (Brasil, 2018, p. 461). E segue dizendo:

A dinâmica social contemporânea nacional e internacional, marcada especialmente pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, impõe desafios ao Ensino Médio. Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu projeto de vida.

Essas experiências, como apontado, favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (Brasil, 2018, p. 464).

Ao abordar esta fase da educação básica, o texto mostra maior ênfase com relação ao mercado de trabalho e segue utilizando termos que diríamos estar em alinhamento com necessidades neoliberais como

revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas e, em especial, no Brasil; proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade ... (Brasil, 2018, p. 465-466).

Os termos utilizados no texto como “flexibilidade”, “necessidades imediatas”, “novas condições de ocupação”, “empreendedorismo” e “resiliência”, não

coincidentemente são características que também definem o trabalho “uberizado”⁸², no qual os trabalhadores são responsáveis individuais pelo êxito, num discurso em que “quanto mais trabalho, maiores as conquistas” e uma relação crescente de exploração por aqueles que detêm os meios de produção. Que “inovação” há nisso? Apesar das contestações, a forma como são usadas as palavras constroem uma imagem bela e legítima, afinal, como diz Williams (1992), aparece nítida a forma consciente de tornar algo cheio de contradições um consenso: “leque total da prática humana em qualquer momento, o modo dominante é uma seleção e organização consciente. Ao menos em seu estado plenamente formado, é consciente” (Williams, 1992, p. 60).

O documento continua acrescentando que, no Ensino Médio, as habilidades específicas em Língua Portuguesa e Matemática, componentes obrigatórios, compõem a formação geral básica, que é articulada com os chamados itinerários formativos, cujos componentes seriam de escolha dos estudantes de acordo com suas preferências e intenções profissionais. Eles permitiriam, de acordo com a BNCC, a “flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes” na medida em que são estruturados “com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica ou profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados” (Brasil, 2018, p. 477).

Embora o texto promova a “flexibilização” do currículo e a possibilidade de escolhas por parte do estudante, o que temos assistido nas escolas é que conteúdos importantes foram retirados da carga horária das aulas, em troca de opções que, para grande parte das unidades escolares, não existem. Além disso, os professores que tiveram suas disciplinas descartadas, precisaram assumir outras para as quais não se formaram, não houve preparação, não há formas de condutas, para não perderem tempo de trabalho e salário.

Em reportagem produzida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁸³ no Colégio Protássio Alves, o professor que ministrava as aulas de Sociologia assumiu as aulas de “Cultura e Tecnologias Digitais”, a fim de substituir as horas de

⁸² Utilizamos aqui o termo “trabalho uberizado” para nos referir a um formato de trabalho precarizado, característico das “novas relações de trabalho”, que inflam o mercado informal de trabalho, acabam com os direitos dos trabalhadores, promovem maior exploração da força de trabalho, garantindo maiores lucros aos donos dos meios de produção.

⁸³ UFRGS. **Reportagem em vídeo reflete sobre os desafios do Novo Ensino Médio**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/09/13/reportagem-em-video-reflete-sobre-os-desafios-do-novo-em-sino-medio/>. Acesso em: 01 out. 2023.

trabalho perdidas. Nas entrevistas realizadas, os professores afirmam que a formação tida foi rápida e precária e que a “nova educação” não fornece subsídios para os alunos ingressarem na universidade, ao mesmo tempo em que afirmam que esta é uma vontade muito presente nos estudantes da unidade escolar. Para o professor Bruno Ortiz, o processo “desqualifica a aula do professor, desqualifica a aprendizagem dos estudantes, desqualifica a educação como um todo”. O professor segue dizendo:

Agora tu imagina o estudante que tem uma vida precarizada, uma família desempregada, ou eles próprios trabalhando em subempregos, estarem numa disciplina como Projeto de Vida.

(...)

É como se os estudantes pudessem pensar, então, em fazer um empreendimento, correr atrás do empreendimento, realizar o seu empreendimento, e ser um cidadão bem sucedido. Quando a gente sabe, né, que para que tu faça qualquer empreendimento, que possa ser bem sucedido, você precisa de capital inicial. E se tu vem pra escola pra comer, como pode pensar no Projeto de Vida? Como é que tu pode pensar num empreendimento que possa de alguma maneira te gerar uma saída dessa vida precarizada? (UFRGS, 2023).

Este é o exemplo de uma escola da rede pública que enfrenta dificuldades em relação ao processo educativo frente às reformas ocorridas, mas os casos são inúmeros e as barreiras dos mais diferentes tipos.

Alguns autores relacionam esta questão da educação e o mercado de trabalho com a Teoria do Capital Humano que

tem como um de seus pressupostos a concepção de que o ensino é um investimento no próprio indivíduo, como se o aprendizado fosse um simples input produtivo que, por essa razão, deveria ser financiado pelo ‘adquirente’. De acordo com esse quadro argumentativo, o conhecimento ‘agregado’ tem o efeito de proporcionar um aumento de rendimentos a seu proprietário (e, especialmente, ao comprador da força de trabalho – o beneficiário dos ganhos de produtividade) (Azevedo, 2021, p. 75).

Para Azevedo (2021), há tempos organizações internacionais como o Banco Mundial e a OCDE se baseiam nesta teoria para elaborar suas propostas educacionais e que elas atuariam não somente como financiadoras destas políticas, mas também como *think tanks* na formulação de conceitos relativos ao trabalho e à acumulação do capital por meio de argumentos ideológicos, abrindo caminho para a mercadorização da educação e o enquadramento dos trabalhadores num dado padrão, como explica o autor:

Este processo de mercadorização da educação tem ideologicamente apoio na chamada teoria do capital humano. Segundo o que requisita o mundo do capital, são constantes e recorrentes exigências de novas habilitações para a ocupação de postos de trabalho, reafirmando a necessidade de o trabalhador ‘investir-se’ de novos conhecimentos e de procurar novas qualificações. Tais requisitos significam uma radicalização ideológica da teoria do capital humano, pois não se trata apenas de uma promessa de rendimentos superiores para aqueles trabalhadores que estejam em aprendizagem ao longo da vida, mas de uma forma de demonstrar que essa é a única chance posta aos proprietários da força de trabalho de se manterem em condições de empregabilidade (Azevedo, 2021, p. 105).

O autor afirma que para os adeptos da teoria do capital humano, maiores investimentos em educação resultariam em maiores salários e crescimento econômico e o trabalhador seria o responsável individual pela sua escolarização e consequente aumento de produtividade e melhores ganhos salariais, que repercutiria em um crescimento da produção total do país. No entanto, as políticas advindas desta teoria da forma como vem sendo implementadas, têm gerado uma massa de trabalhadores precários, submetida a trabalhos temporários, sem segurança, em ocupações que exigem flexibilidade e salários baixos, o que mostra o perfil ideológico da teoria do capital humano:

O resultado prático da teoria do capital humano não se refere ao que se enuncia em seu corpus, que seria o de maior remuneração ao trabalhador mais escolarizado e crescimento econômico superior para os países com a população com taxas de escolarização mais altas. Na realidade, a teoria do capital humano tem servido como ideologia de reformas trabalhistas, educacionais, sociais e econômicas, emulando o individualismo, a flexibilidade do trabalho e a mercadorização, o que, em resumo, significa a revogação da proteção dos trabalhadores, a privatização da oferta de bens públicos (inclusive da educação) e o aviltamento do bem-estar social (Azevedo, 2021, p. 128).

Azevedo (2021) explica que a teoria do capital humano está em desacordo com a ideia de educação como direito social e humano, à medida que, para os adeptos deste pensamento, os trabalhadores são proprietários de capital humano com valor econômico, constituindo uma relação ideológica de que, por este motivo, seriam capitalistas. Neste sentido, considerando que a BNCC está alinhada ao movimento de internacionalização dos currículos, ela também estaria alinhada aos desígnios da teoria do capital humano.

Não encontramos manifestações diretas entre a atuação da Fundação Lemann e a teoria do capital humano, mas entendemos que os discursos da FL e dos sujeitos que a representam refletem este pensamento quando relacionam diretamente educação a

trabalho e o termo “capital humano” aparece desmedidamente em suas publicações. Em entrevista concedida num evento da empresa Endeavor, Jorge Paulo Lemann afirma:

Nosso negócio, na realidade, não é cerveja, não é ketchup, nosso negócio é gente. Então, nós temos treinamentos de trainees e gente jovem e estamos constantemente treinando esse pessoal para ter pessoas dentro de casa para poder fazer o crescimento que nós achamos que é possível, né? Obviamente quando a empresa atinge um tamanho maior, como a parte de cerveja nossa, o crescimento vai ser um pouco mais devagar. Então, nossa máquina depende de sempre estar gerando oportunidades para as pessoas todas que nós treinamos e que são jovens excepcionais para eles terem uma oportunidade. Nós estamos mais ou menos sempre obrigados a estar inventando alguma novidade ou a fazer alguma coisa nova para dar oportunidade para as pessoas que trabalham conosco e os jovens (Lemann, 2023).⁸⁴

Empreender é uma das coisas mais importantes que tem no Brasil. Eu acho que educação e empreender são as duas coisas que fazem um país, né? Não adianta só educar porque você acaba sem emprego, quer dizer, você tem que ter um empreendedor ali tocando e criando, criando os empregos e os países bons que eu conheço no mundo tem educação muito boa e empreendedorismo, né? A própria China só desenvolveu quando deslanchou o empreendedorismo, foi assim lá, então, eu acho que tem que empreender e empreender bem, isso é importante para o país (Lemann, 2023).⁸⁵

Eu, se fosse jovem, eu ia pra Califórnia e passava uma temporada lá e tentaria voltar para o Brasil e inovar baseado em tecnologia, da mesma maneira que eu fiz com o mercado financeiro, que estava começando no Brasil há 50 anos atrás, etc, e fui lá fora e vi vários produtos e coisas que tinham lá e trouxe pra cá e aí foi indo, né? Eu adoraria ser um empreendedor *tech*, né, mas não disponho de *Know how*, de tempo de morar na Califórnia, ou em Israel, ou seja onde for, quer dizer, onde tem muita tecnologia nova e, assim então, estamos aí caçando com gato, né, não tem cachorro, então estamos levando a coisa e super atentos ao que essas novas tecnologias vão afetar nos nossos negócios, né. E, nós não estamos dormindo no ponto, nós sabemos que as formas de distribuir cerveja ou ketchup ou seja o que for vão mudar nos próximos anos e estamos preparados para nos adaptar, né. Então, eu acho tecnologia super importante e não tenho dúvida que vai ser cada vez mais importante pros negócios (Lemann, 2023)⁸⁶

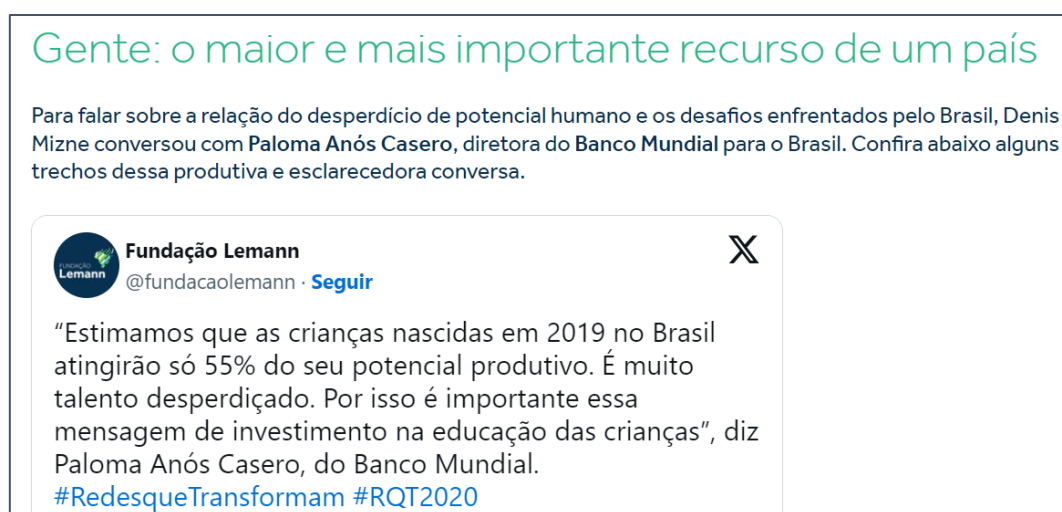
⁸⁴ LEMANN, Jorge Paulo. **Nosso negócio é gente** (Transcrição da autora). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXfVmpkIqZ8>. Acesso em: 24 out. 2023.

⁸⁵ LEMANN, Jorge Paulo. **Empreendedorismo e educação fazem um país** (Transcrição da autora). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=drMVOw7ZWT8>. Acesso em: 24 out. 2023.

⁸⁶ LEMANN, Jorge Paulo. **Adoraria ser um empreendedor de tecnologia** (Transcrição da autora). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AYalgYxqU0>. Acesso em: 24 out. 2023.

Em evento realizado pela Fundação Lemann, com participação de Denis Mizne (CEO da Fundação Lemann) e Paloma Casero (representando o Banco Mundial), o tom é o mesmo, como demonstram as publicações realizadas nas redes sociais da FL e na sua própria página. Aqui trazemos um exemplo, mas a página da Fundação no Twitter está repleta de publicações no mesmo sentido, dizendo, em poucas palavras, da importância de investir no “capital humano”:

Figura 4. Publicação evento Fundação Lemann.



Fonte: Fundação Lemann, 2020.⁸⁷

Os conteúdos produzidos pela Fundação mostram seu pensamento consoante com a “produção de pessoas” para o mercado de trabalho e a empreitada, para ser eficiente, deve começar já nos primeiros anos de vida das crianças.

A menção de Lemann ao desejo de ter trabalhado mais com tecnologias alinha-se ao que segue na BNCC sobre as tecnologias digitais e a computação, o documento enfatiza as necessidades de se conhecê-las diante das mudanças nas relações sociais e no mercado de trabalho:

Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho. A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões

⁸⁷ FUNDAÇÃO LEMANN. **Redes que Transformam destaca potencial humano em abertura.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/redes-que-transformam-destaca-potencial-humano-em-abertura>. Acesso em 24 out. 2023.

que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais.

A preocupação com os impactos dessas transformações na sociedade está expressa na BNCC e se explicita já nas competências gerais para a Educação Básica. Diferentes dimensões que caracterizam a computação e as tecnologias digitais são tematizadas, tanto no que diz respeito a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores... (Brasil, 2018, p. 465 - 473).

Ao final da descrição de cada eixo, totalizando dez vezes, o documento enfatiza que

Cumprir destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos (Brasil, 2018, p. 197).

E ainda:

Assim, a oferta de diferentes itinerários formativos pelas escolas deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 478).

O que o trecho faz repetidas vezes parece querer justificar que não há problemas não cumprir com o que está proposto na Base, afinal nem todas as unidades escolares terão “recursos físicos, materiais e humanos” suficientes. O que está garantido é que nas escolas voltadas às elites, a qualidade de ensino, a infraestrutura e todo o necessário para implantação da “nova” BNCC está assegurado. De alguma forma, o argumento parece abrir-se para a ideia de que as escolas públicas, sendo adeptas dessas diretrizes, quando pelo uso de financiamento público, são bem-vindas e atestam o sucesso do plano. Mas, intrinsecamente, a BNCC parece ter sido formulada para escolas que podem pagar por todo o aparato de escolas de agora e do “futuro”.

Para Fontes (2021, p. 58), essa conformação da educação busca a “formação dos subalternos” ou, “de maneira mais direta, essa variada massa de subalternos constitui, para as burguesias, a massa de trabalhadores”.

3.4 O discurso da inovação na educação nos documentos do conglomerado Lemann

Neste subitem, mergulhamos no significado que a inovação na educação tem para a Fundação Lemann e sua rede. Serão descritas com maiores detalhes e análises as ações do Laboratório de Inovação da FL, bem como outras ações da Fundação voltadas à “inovação”. Veremos também outros elementos relacionados à inovação, como os investimentos da Gera Venture Capital em empresas de educação.

No segundo capítulo deste trabalho, falamos um pouco sobre o Laboratório de Inovação da Fundação Lemann e sua atuação. A página do Laboratório apresenta duas principais frentes de atuação: Inovação em Educação, e Transformação Digital.

A primeira seria baseada em dois estudos que resultaram em três formas de contribuição do laboratório para o “desenvolvimento integral dos estudantes, sendo elas: educação para inovação; conexão entre futuro e realidade; uso de dados qualificado. A segunda frente teria como objetivo “alavancar o impacto da Fundação Lemann por meio da tecnologia e de processos de inovação”, o que se busca por meio: de competências e ampliação de repertório; projetos de referência; arquitetura tecnológica.⁸⁸

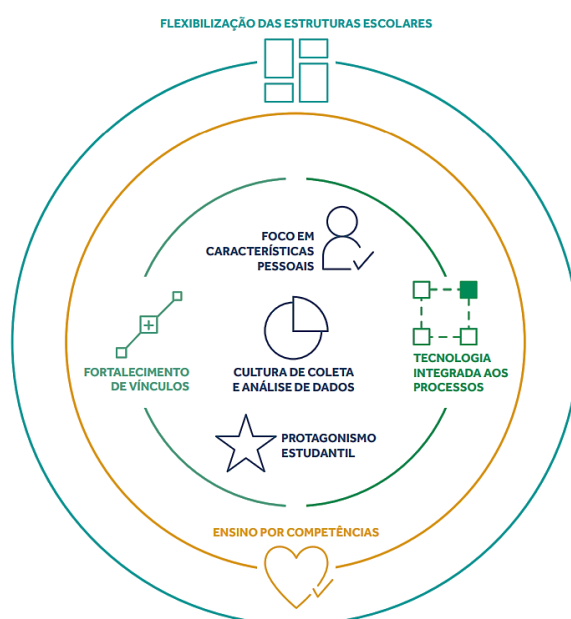
A página do Laboratório é permeada pela repetição dos termos “tecnologia”, “inovação”, “produtos de inovação”, “competências de inovação”, “mentalidade de inovação”, “processos de inovação”, “tese de inovação”, “soluções tecnológicas”, numa construção textual que se repete incansavelmente sem, mais uma vez, esclarecer o que entende ser uma “inovação” e indicando a pretensão de acelerar o “desenvolvimento e adoção de tecnologias que promovam um ensino centrado no aluno e a sua adaptação à realidade da educação pública”, bem como ampliar a “adoção dessas tecnologias pela escola pública e seus estudantes”. Dito isso é interessante pensar que, sem definição, ou com ideias omitidas, como é possível que seja esse um dos grupos plantados para discutir inovações educacionais no país? A ironia da pergunta consiste em jogar luz aos processos sociais e educacionais que aparecem como subjacentes, mas que acabam mostrando o que isso diz respeito à interferência deste grupo sobre os processos educacionais.

⁸⁸ FUNDAÇÃO LEMANN. **Laboratório de Inovação Fundação Lemann**. Disponível em: <https://www.flab.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2023.

Os estudos apresentados pela frente de Inovação são “Aprendizagem centrada no estudante”⁸⁹ e “Projeto de Cenários de possíveis futuros da educação e tecnologia”, sendo que o segundo estava indisponível no momento de realização da pesquisa. O primeiro estudo diz ter sido uma “jornada investigativa para entender como promover em escala, no sistema educacional público brasileiro, uma educação cujo centro do processo de aprendizagem é o estudante”. Ele afirma ter feito a análise de mais de 200 projetos e estudos de referência e apresenta 10 programas educacionais que foram selecionados com base em seus resultados positivos.

O processo educacional defendido pelo estudo apresenta o professor como o sujeito que estrutura e media o processo de aprendizado, no qual o estudante teria maior autonomia e protagonismo, “desenvolvendo tanto habilidades cognitivas como socioemocionais” (Fundação Lemann, 2020, p. 5). A Figura 5 mostra quais seriam as diretrizes a serem seguidas para que este processo educacional seja possível:

Figura 5. As sete diretrizes de implementação.



Fonte: Fundação Lemann, 2020, p. 5.

As diretrizes apontadas trazem termos que voltam a remeter a uma formação do estudante como alguém cuja individualidade está no cerne do processo. A busca pelo desenvolvimento de “características pessoais”, “protagonismo” e “competências” coloca

⁸⁹ FUNDAÇÃO LEMANN. **Aprendizagem centrada no estudante.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/9ujtgCiL5wbsJkzICgwkZ0Q07ewDmi7VEL85vhJj.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

cada vez mais a responsabilidade da aprendizagem no estudante; este tem como suporte o professor, que deve “ensinar a aprender” e a escola está para “gerir” o processo educacional por meio de softwares que controlam o tempo, os números, a capacidade de apertar botões.

De acordo com o estudo do Laboratório, as escolas e os educadores devem estabelecer “percursos de aprendizagem de acordo com as necessidades de aprendizado, históricos escolares, interesses e/ou aspectos socioeconômicos de cada um dos estudantes” (Fundação Lemann, 2020, p. 6), como se isso fosse possível em salas de aula lotadas e precarizadas. O documento não diz como os educadores devem agir em relação aos “aspectos socioeconômicos” dos estudantes, algo, no mínimo, curioso. Independente de suas condições de vida, os estudantes, nessa proposta, “lideram e monitoram o seu próprio processo de aprendizagem com facilitação e mediação dos professores”.

Após discursar sobre a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem e a personalização do ensino, o estudo apresenta as “tecnologias educacionais” que devem possibilitar esta caminhada. Os chamados “Sistemas de Aprendizagem Personalizados” estão apresentados no Quadro 2:

Quadro 2. Características dos Sistemas de Aprendizagem Personalizados

SISTEMAS RESPONSIVOS			SISTEMAS ADAPTATIVOS	
INTERFACE PERSONALIZADA	GESTÃO DA APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÃO POR DADOS	APRENDIZAGEM ADAPTATIVA	TUTORIA INTELIGENTE (em desenvolvimento)
Interfaces que convidam o aluno a personalizar a experiência de aprendizagem selecionando cores e avatares de sua preferência.	Plataformas que automatizam uma variedade de tarefas de gestão de sala de aula. Podem incluir a possibilidade dos alunos escolherem seu próprio caminho ao navegarem pelo material.	Sistemas que fornecem recursos didáticos apropriados ao nível de proficiência dos alunos, com base na coleta de dados. Em geral são estruturados a partir de uma matriz de decisões pré determinada.	Aplicação de aprendizado de máquina (machine-learning, em inglês) para se adaptar aos comportamentos e competências dos alunos, com base na coleta de dados.	A ideia de um guia de aprendizagem pro-ativo, que pode criar perguntas ou usar o reconhecimento facial para responder a estados emocionais identificados nos estudantes.

Fonte: Fundação Lemann, 2020, p. 9.

Os recursos apresentados no Quadro 2 revelam uma concepção de educação em que softwares são a solução para os problemas na educação e, embora o estudo faça menção em determinados momentos a uma “aprendizagem colaborativa” e a relação entre “educadores e estudantes”, também propõe uma ferramenta de “reconhecimento facial

para responder a estados emocionais identificados nos estudantes”, o que nos dá a ideia de que tais tecnologias são capazes até mesmo de substituir a percepção humana acerca das emoções de toda uma comunidade escolar? Outro ponto interessante é a clara percepção de que o professor desaparece nesse processo de interação imediata com interfaces, avatares, navegação virtual, orientação de dados, *machine-learning* etc. Há quem diga que o docente é o mediador do processo, mas o Quadro 2 aponta à ideia de que não há a necessidade de mais ninguém mediando processo algum.

Outra questão levantada, que carece de uma investigação e análise com este foco e que é uma grande preocupação, é com relação aos dados coletados por essas ferramentas. Aqui estamos diante de empresas privadas que terão acesso aos dados pessoais de alunos de um país inteiro, de dimensões continentais, num momento em que há uma corrida acirrada de empresas de dados, não só pelo desenvolvimento de softwares que armazenem esses conteúdos, mas principalmente que sejam capazes de coletar tais dados, fazer reconhecimento facial de jovens que amanhã estarão no mercado de trabalho, quando já não estão, que formam um gigantesco mercado consumidor.

Os dados, na “sociedade digital”, para utilizar os termos de Barros (2022), tem valores não só financeiros e mercadológicos, mas podem ser usados para guiar a formação de ideias, de visões de mundo, de tomadas de decisão em âmbito privado e público. No estudo que estamos analisando aqui, a única menção que encontramos com relação aos cuidados tomados com os dados, é que estariam de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Existe, claro, a ideia de que grande parte dos conhecimentos são amparados por dados e que há a necessidade de formação em relação à sua captura, organização, análise e apresentação de sínteses, mas isso já existia antes da aquisição de todos esses aparatos contemporâneos e, portanto, fica o questionamento, a necessidade do recurso técnico é mesmo para o desenvolvimento dessas tais competências dos estudantes?

O estudo do Laboratório de Inovação da FL segue apresentando oito programas selecionados por ele como sendo “de referência” devido à “relevância das descobertas ou características da implementação”. Cada um dos programas foi realizado com o uso de um software no processo educativo relacionado a diferentes conteúdos. Com exceção de um estudo realizado da Índia e outro na Holanda, os demais são todos provenientes dos Estados Unidos e foram aplicados em localidades cujas realidades são bem diversas da brasileira.

De forma geral, a descrição dos programas mostra que aqueles que alcançaram melhorias no processo de ensino aprendizagem utilizavam os softwares para fazer avaliações diagnósticas com os alunos e, identificadas dificuldades, estes passaram a ser incluídos em programas de “reforço” com professores dedicados em horários extras em relação às aulas padrões, atendendo um número menor de alunos, de forma que as “melhorias” foram em prol de maior tempo de estudo e possibilidades de maior dedicação dos professores de forma presencial e não devido ao uso do software em questão. Também houve casos em que não foram notadas melhorias no processo de aprendizagem e outros em que “não houve engajamento dos professores”.

Como conclusão do estudo, a FL afirma que os projetos descritos mostraram que as melhorias no processo educativo dependem de elementos como a coleta e análise de dados relacionados ao aprendizado dos alunos; o uso de “metodologias ativas” que fazem do estudante o protagonista; tempo de qualidade para planejar e refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem; condições para que seja possível dar atenção ao estudante; trabalho colaborativo entre professores para práticas interdisciplinares; comunidade escolar engajada e disposição para “quebrar paradigmas e gerir mudanças nos modelos pedagógicos vigentes”.

Das mais de 50 referências que foram utilizadas na elaboração do estudo, somente uma é brasileira, sendo um conteúdo elaborado pelo Porvir, e grande parte são textos produzidos pelas próprias empresas proprietárias dos softwares que foram usados nos projetos.

Ora, até aqui não identificamos grande “inovação” em relação aos processos educacionais, tendo em vista que o trabalho por projetos e o conhecimento baseado em evidências não é novo. Há tempos sabemos que uma educação de qualidade depende de tempo de qualidade de professores e estudantes, de ser possível “dar atenção” aos alunos, de relacionar os diferentes conteúdos, de “engajamento” da comunidade escolar e muito mais.

Assim, a frente Inovação em Educação do Laboratório de Inovação da Fundação Lemann se apoia em dois estudos, do qual um deles não apresentou o que, na perspectiva de Williams (1992), seria uma inovação, senão a incorporação do uso de softwares na educação, embora afirme que melhorias educacionais carecem do que a escola já sabe há tempos em sua tradição. Assim, pensamos como Freitas (2014):

Os atuais reformadores empresariais apenas retomam esta filosofia pragmatista do começo do século passado em outros níveis de exigência

tecnológica e de controle social e lhe dão aparência de “inovação” – no fundo, trata-se novamente de adaptar a escola às exigências oriundas do mundo do trabalho e, em especial, ao aumento da produtividade de forma a recompor taxas de acumulação de riqueza (Freitas, 2014, p. 110L5).

Embora os discursos apresentem as melhorias na educação pública como objetivo primordial, o que vemos é uma estratégia bem alinhada à venda de ferramentas computacionais, o esvaziamento na aprendizagem dos estudantes e enfraquecimento no papel dos educadores.

Com relação ao uso de dados, encontramos um material elaborado pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) em parceria com a Fundação Lemann, que aparece no site como uma de suas mantenedoras, acerca de como as secretarias de educação devem se adaptar à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). É disponibilizado na página o “Manual de Proteção de Dados Pessoais para Gestores e Gestoras Públicas Educacionais”, mas o material estava indisponível quando tentamos acessá-lo.⁹⁰

O CIEB afirma ser uma instituição sem fins lucrativos que promove a “inovação educacional, articula os atores do ecossistema, abre caminhos para a transformação”.⁹¹ Da mesma forma que a Fundação Lemann, o CIEB utiliza o termo “ecossistema” para se referir ao conjunto de parceiros com quem se une para interferir a seu modo na educação pública, sendo que a FL está presente em muitas de suas publicações e aparece como parte do Conselho Administrativo. Quando tentamos acessar *hiperlinks* do site como “Quem somos”, “Governança”, “Para saber mais sobre mantenedores e governança”, os conteúdos estavam indisponíveis em todas as tentativas de acesso. No site do Laboratório de Inovação da FL, consta entre seus feitos de 2016 o apoio à criação do CIEB.⁹²

Entre muitos conteúdos encontrados na página do CIEB, faz-se importante mencionar aqui dois deles que chamaram atenção. O primeiro é o texto “Como comprar tecnologias educacionais com os recursos repassados diretamente às escolas”.⁹³ O artigo

⁹⁰ CIEB. **LGPD na Educação: Entenda seus impactos e como as secretarias de educação devem se adaptar**. Disponível em: <https://cieb.net.br/lgpd/>. Acesso em: 15 out. 2023.

⁹¹ CIEB. **Institucional**. Disponível em: <https://cieb.net.br/>. Acesso em: 15 out. 2023.

⁹² FUNDAÇÃO LEMANN. **Centro de Inovação para Educação Brasileira**. Disponível em: <https://www.flab.org.br/historico/>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁹³ CIEB. **Como comprar tecnologias educacionais com os recursos repassados diretamente às escolas**. Disponível em: <https://cieb.net.br/compras-diretas/>. Acesso em: 12 out. 2023.

faz menção ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995 pelo governo federal, para contribuir com a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das redes públicas. Com a chegada da pandemia de Covid-19 e a necessidade das aulas remotas, o governo permitiu ao programa a inserção de compra de equipamentos e softwares (CIEB, 2020).

O CIEB, ao dizer que há cinco formas legais para a aquisição das tecnologias, enfatiza as “compras descentralizadas pelas escolas” como uma forma de compra para tecnologias de menores valores e facilidade de implantação. De forma “genuína”, o CIEB preparou um “conjunto de materiais explicativos” para auxiliar as secretarias de educação compreenderem no que consistem tais tecnologias, suas possíveis aplicações e os diferentes tipos, bem como o caminho que as escolas podem seguir para “conduzir a fase interna e externa do processo de seleção e aquisição”, cuja iniciativa tem o apoio da Fundação Lemann e Omidyar Network.

O texto segue explicando que outras opções as escolas possuem para adquirir os produtos, como programas estaduais e o pregão eletrônico, exemplificando com valores que podem ser utilizados em cada modalidade. São apresentados também softwares gratuitos que podem guiar as escolas na seleção dos programas a serem adquiridos, bem como nas melhores opções legais para obtê-los.

Além disso, o texto indica a Plataforma EduTec⁹⁴, o segundo conteúdo do CIEB que queríamos frisar, uma ferramenta on-line que “traz informações sobre mais de 420 tecnologias educacionais disponíveis no mercado nacional”. Quando acessamos a plataforma, na busca oferecida, é possível selecionar na opção/ filtro o “Guia das Tecnologias do MEC”, um documento citado no primeiro capítulo deste trabalho com opções de softwares educacionais selecionados pelo Ministério da Educação como já aprovados para uso pelas escolas. Outros filtros disponíveis na plataforma são “possui contrato público”, “possui contrato privado”, “forma de comercialização” (free, premium, licença por aluno, licença por acesso, etc.), “nível de uso da tecnologia” (piloto, até 5 escolas, 6 a 50 escolas, etc.) e muitos outros.

Buscamos uma relação entre os aplicativos indicados na Plataforma EduTec com aqueles financiados pela Gera Venture Capital. Em seu site, com informações bastante sucintas, disponibiliza quatro documentos chamados cartas, discorrendo sobre suas

⁹⁴ Plataforma EduTec. CIEB. **Procurando tecnologia para a educação?** Disponível em: <https://plataformaedutec.cieb.net.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

principais frentes de atuação, já mencionadas nesta pesquisa. As cartas são intituladas de “Blended learning: Em busca do Santo Graal”⁹⁵, “Educação e tecnologia: mais próximos do que nunca”⁹⁶, “Habilidades de vida: de desejáveis a essenciais”⁹⁷ e “Formação de professores: ensinando a ensinar”⁹⁸. Nas cartas são apresentados alguns aplicativos, dos quais a Gera é investidora e entre eles encontramos determinados nomes que aparecem na Plataforma EduTec como possibilidades de serem comprados pelas escolas da rede pública, como é o caso do “QG do Enem”, do “Manga High e do “Aprimora”. Alguns não conseguimos encontrar relação direta, mas o aplicativo, “Pontue”, por exemplo, também está disponível na plataforma e tem investimento da Eleva Educação⁹⁹, grupo que pertencia à Gera Venture Capital e foi desmembrado com a sua venda.

Ao buscar aplicativos que foram selecionados pela Fundação Lemann para receberem investimentos¹⁰⁰, também encontramos na Plataforma EduTec os seguintes: Stoodi, Sílab e MeSalva. Esses são somente alguns exemplos e acreditamos existirem muitos outros que possuem investimentos da Gera Venture Capital, empresa com ligação direta à Fundação Lemann e ao empresário Jorge Paulo Lemann e que, como já dito, vê a rede pública de ensino como o “principal agente e maior cliente” para seus empreendimentos.

Embora tenhamos pesquisado de muitas formas, utilizando diferentes termos na busca e acessando muitas páginas na Internet, não encontramos uma relação de quais são as empresas, aplicativos e softwares que recebem investimentos da Gera Venture, mas

⁹⁵ GERA VENTURE CAPITAL. **Blended learning: Em busca do Santo Graal**. Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/blended_learning.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

⁹⁶ GERA VENTURE CAPITAL. **Educação e tecnologia: mais próximos do que nunca**. Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/educacao_tecnologia.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

⁹⁷ GERA VENTURE CAPITAL. **Habilidades de vida: de desejáveis a essenciais**. Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/habilidades_vida.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

⁹⁸ GERA VENTURE CAPITAL. **Formação de professores: ensinando a ensinar**. Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/formacao_professores.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

⁹⁹ Startupi. **Startup que facilita a gestão de alunos on-line recebe investimento**. Disponível em: <https://startupi.com.br/startup-que-facilita-a-gestao-de-aulas-on-line-recebe-investimento/>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁰⁰ Startupi. **Conheça os selecionados do Start-Ed Lab, da Fundação Lemann**. Disponível em: <https://startupi.com.br/conheca-os-selecionado-start-ed-lab-da-fundacao-lemann/>. Acesso em: 20 out. 2023.

por rastros e ligações esses foram alguns dos produtos identificados. Em sua carta “Educação e tecnologia: mais próximos do que nunca”, a empresa afirma:

Temos um cenário extremamente favorável para que a educação seja finalmente impactada pela tecnologia. Custo baixo de inovação e novas ferramentas para melhorar o ensino, professores mais adeptos à tecnologia e sistemas públicos investindo mais tempo e dinheiro em inovações são as principais razões pelas quais apostamos nessa nova onda de empreendedores educacionais (Gera Venture, 2018, p. 5).

Ao defender melhorias na educação, a Gera não esconde também o seu interesse mercadológico e financeiro diante do “mercado da educação pública”. As ligações encontradas com a pesquisa permitem identificar um movimento em que a Fundação Lemann, por meio de suas ações filantrópicas, produz conteúdos e cenários favoráveis ao uso de tecnologias educacionais pelas escolas das redes pública e privada de ensino que, por sua vez, quando adquiridas com dinheiro público, resultam em vantagens financeiras para as empresas a ela ligadas.

O Laboratório de Inovação da Fundação Lemann, além das iniciativas já citadas, aponta em sua página uma série de outras ações realizadas na educação como: organização de muitos eventos para apresentar inovações educacionais com palestras de profissionais internacionais; o lançamento da plataforma QEDU, que afirma reunir dados sobre a educação brasileira para auxiliar gestores escolares; a realização de pesquisas sobre os alunos brasileiros e modelos educacionais aplicados no exterior; o lançamento do programa AprendiZAP para envio de conteúdos aos alunos da rede pública pelo WhatsApp durante a pandemia; a criação da plataforma Aprendendo Sempre, que disponibiliza conteúdos para estudantes e professores alinhados à BNCC; a incorporação da revista Nova Escola e diversas outras ações.

Tentamos utilizar a Plataforma QEDU que afirma estar disponível para toda a comunidade. Na página inicial, estão acessíveis informações como índices de aprendizado em português e matemática das escolas públicas de forma geral; links para resultados do Ideb, Saeb e Enem; links para comparativos entre diferentes países; etc. Há também um ranking das escolas com melhores índices no Brasil, em cada estado. Também é possível pesquisar uma unidade escolar específica e acessar dados como as notas obtidas pela escola nos exames, endereço, infraestrutura disponível na unidade, escolaridade dos responsáveis pelos alunos, quantidade de alunos matriculados, de professores, etc. No entanto, para acessar os dados referentes ao que o QEDU chama de

“Gestão” e “Pedagógico”, é necessário fazer um cadastro, identificando-se, respectivamente, como gestor de escola, de secretaria da educação ou professor. O cadastro é submetido à análise e é necessário o contato da plataforma com a unidade escolar para aprovação. Não identificamos os critérios para este acesso.¹⁰¹

O que se vê diante do apresentado pelo Laboratório de Inovação da FL são ações e mais ações que buscam legitimar o uso das tecnologias educacionais como inovadoras e solucionadoras dos problemas da educação brasileira. A escola sempre esteve munida de diferentes tipos de recursos em seus processos educacionais e seus aparatos (lousa, giz, papel, carteiras, diários, etc.) são tecnologias que ao longo do tempo moldaram as características do ambiente escolar. Para Lawn (2018),

Embora a escola seja onipresente e uma experiência comum para muitas pessoas, é importante que o pesquisador trate o ambiente material como um produto social (e não como algo natural). Dentro de sua sociabilidade, o material flui. Para reconhecer o poder e a influência dos objetos materiais, temos que ter sempre em mente que: os objetos são culturalmente moldados e produzidos; os objetos são agentes trabalhando entre pessoas e estendendo seu campo de ação; e os objetos são construídos e moldados para se encaixarem nas rotinas cotidianas (Lawn, 2018, p. 335).

Seguindo este raciocínio, poderíamos entender as tecnologias educacionais como um *continuum* neste processo de produção dos elementos criados para a escola. A lousa e o giz também foram, e ainda são, mercadorias vendidas para a escola, mas as novas tecnologias nos são apresentadas sob o véu da inovação, seguindo uma lógica em que os detentores dos meios que as produzem e as promovem ocultam a sua face mercadológica e ideológica, já que são também os detentores dos meios de comunicação e produzem a seu favor um discurso que legitima seus produtos como inovadores.

Poderíamos dizer que inovações ocorrem diariamente em diversos âmbitos, assim como na escola, mas não são validadas como tal. Para Williams (2011), a inovação cultural é sempre uma questão de “origens”. Para o autor,

No que lhe é mais típico, essa nova forma de inovação é, pelo menos primordialmente, uma *função mercadológica*, e isso contrasta nitidamente com outras espécies de inovação, as quais, dirigidas por objetivos culturais internos, frequentemente se encontram na margem extrema do mercado, quando não inteiramente fora dele (Williams, 2011, p. 105).

¹⁰¹ QEDU. Use dados. Transforme a educação. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2023.

Williams (2011) enfatiza que o dito inovador é atestado por questões econômicas, sociais e hegemônicas a partir do que promove uma classe social dominante:

Quase sempre visto como inquieto e inovador, devido a suas evidentes novidades, o mercado continua a ser, pela própria natureza, profundamente reprodutor, tanto da demanda conhecida (o “gosto do público”, já cristalizado) quanto das prioridades conhecidas (em geral, a compatibilidade da obra com os meios técnicos, econômicos e, enfim, sociais, determinantes de seus tipos de produção). No nível mais profundo, essa é sua simetria com a ordem social dentro da qual atua, e o tipo de produção “não de mercado” ou “subsidiada” é, muitas vezes, um aspecto dessa simetria, pelo fato de que, selecionando certos tipos de obras para serem parcialmente libertadas do mercado – tipos de obras valorizados dentro da distribuição de preferências em uma ordem social considerada autêntica e de uma classe social dominante –, em certo sentido protege o mercado contra outros tipos de contestação social e cultural (Williams, 2011, p. 106).

Nesta perspectiva, o discurso das inovações atestadas pela Fundação Lemann seria “profundamente reprodutor”, como discurso hegemônico que legitima certos processos inovadores ao mesmo tempo em que apaga outros.

O problema aqui não se concentra simplesmente no uso das tecnologias em si, mas sim no discurso que dissemina e nos objetivos que se quer cumprir com elas, enquanto esvazia a educação e garante a reprodução de sua própria lista de produtos sob manto de filantropia. A tecnologia em si entendida como ferramentas criadas pelo ser humano, enquanto envolve técnicas de produção e uso são coextensivas à sociedade e constituem-se como algo humano (Simondon, 2020). Portanto, não estamos aqui fazendo uma crítica a tudo o que é resultante deste processo de criação humana. O termo “técnica” pode ser compreendido por muitos e em determinados contextos como algo de menor valor social, como dito por Simondon (2020):

A cultura constitui-se como um sistema de defesa contra as técnicas. Apresenta-se como uma defesa do ser humano, na suposição de que os objetos técnicos não contenham realidade humana. Quero mostrar que a cultura ignora na realidade técnica uma realidade humana e que, para desempenhar completamente seu papel, ela deve incorporar os seres técnicos sob a forma de conhecimento e do ponto de vista dos valores (Simondon, 2020, p. 43).

Ocorre que, como pensam alguns autores, a inovação com suas tecnologias teria ganhado ar de fetichismo no contexto que presenciamos hoje e, ao serem hegemonicamente louvadas, é como se “as questões sociais que historicamente aprisionaram e limitaram o desenvolvimento da humanidade são superadas pela mediação

das novas tecnologias” (Nascimento, 2015, p. 116). O autor Nascimento (2015), que estuda o impacto do advento da educação a distância no ensino superior, reflete sobre tais tecnologias:

Inegavelmente as novas tecnologias já resolveram muitas questões que até então pareciam insolúveis, potencializaram os mais diversos campos científicos, diminuíram as distâncias no planeta e radicalizaram no nível de acesso às informações em geral. Porém, nada disso ocorreu sem que os interesses de classes estivessem presentes e determinassem cada avanço tecnológico. No cotidiano, os sujeitos sociais vivenciam experiências nas quais o caráter inovador das novas tecnologias formata uma postura ideológica a favor de qualquer coisa que for agregada a esse fenômeno. Essa postura ideológica é uma aliada de primeira hora do Estado capitalista na dissimulação e socialização da proposta pedagógica do trabalho com EaD (Nascimento, 2015, p. 116).

Portanto, não compreendemos o uso das tecnologias, seja na educação ou outros âmbitos como um problema em si, à medida que muitas delas vieram para resolver diferentes questões humanas. Mas não podemos perder de vista as relações sociais nas quais estão envolvidas, a quais interesses tem servido, em quais situações atendem a demandas sociais e quando são ferramentas para reprodução das desigualdades.

3.5 Duas críticas às referências teóricas da Fundação Lemann

A maneira pela qual a Fundação Lemann utiliza para legitimar suas propostas para a educação se baseia em pressupostos internacionais, principalmente de base norte-americana e australiana, cujos modelos educacionais serviram de inspiração para a construção da BNCC, naquilo que foi conduzido pela FL, como citado no segundo capítulo deste trabalho.

Oliveira e Menegão (2012) falam acerca do livro “Vida e morte do grande sistema escolar americano”, em que a autora Diane Ravitch discorre acerca do chamado *Common Core* Americano e as reformas de mercado pelas quais passou o sistema escolar estadunidense, que teriam agravado a realidade da educação pública no país.

Num primeiro momento, Ravitch teria apoiado as políticas colocadas em prática pelo Estado norte-americano como acadêmica e exercendo cargos políticos. As políticas mencionadas se pautavam na lógica do mercado e em testes padronizados. Da mesma forma que Sobral, no Brasil, colocada como modelo a ser reproduzido no país, nos Estados Unidos buscou-se replicar modelos implementados nos chamado Distrito 2, segundo Oliveira e Menegão (2012). A educação no país também teria sofrido com a

responsabilização das unidades escolares com base em dados, bem como as interferências de grupos privados filantrópicos e a busca por alcançar resultados em avaliações nacionais e internacionais (PISA) em larga escala.

Ravitch, que mudou suas posições sobre o que acredita ser uma educação de qualidade, passou a defender um sistema educacional rico e coerente, possibilitando uma formação ampla que ultrapasse os conteúdos básicos propostos pelas reformas educacionais vigentes. A autora passou a ser contra os princípios empresariais que foram incorporados à educação, utilizados na gestão dos educadores, decisões tomadas em dados quantitativos, em detrimento das dimensões pedagógicas e políticas da educação. Não coincidentemente, no Brasil temos exemplos de propostas que buscam punir resultados considerados não satisfatórios e premiar aqueles considerados positivos diante das avaliações em larga escala, aumentando as desigualdades entre as unidades escolares, as condições de trabalho dos professores e de aprendizado dos estudantes, num processo que julga ser “meritocrático”.

As escolas americanas passaram por um processo de concessão de sua gestão para a iniciativa privada, que teria maior condições de administrá-las aos moldes corporativos, num processo privatista, o que não difere dos movimentos privados no Brasil que se propõe a ocupar a gestão das escolas e submetem as secretarias de educação a modelos administrativos supostamente mais eficientes.

As principais fundações citadas pelas autoras são Gates¹⁰², Walton¹⁰³ e Broad¹⁰⁴, cuja forma de operar se assemelha em muito à da Fundação Lemann, na busca constante

¹⁰² A Fundação Gates afirma ser uma organização sem fins lucrativos que luta contra a pobreza, as doenças e a desigualdade em todo o mundo. (BILL & Melinda Gates Foundation. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/>. Acesso em: 24 out. 2023).

Suas ações na educação estão mais voltadas às pesquisas na área da saúde. No Brasil, possuem parceria com o CNPQ e o Ministério da Saúde (BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Fundação Bill e Melinda Gates abrem oportunidades para a área de saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/oportunidades-externas/fundacao-bil-e-melinda-gates-abrem-oportunidades-para-a-area-de-saude#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Bill%20e%20Melinda,em%20diversas%20%C3%A1reas%20do%20conhecimento>. Acesso em: 24 out. 2023).

¹⁰³ A Walton Family Foundation busca “expandir o acesso a uma educação de alta qualidade para uma vida inteira de oportunidades”. Sua página na internet e ações que realiza são bem próximas às da FL. (Walton Family Foundation. **Educação**. Disponível em: <https://www.waltonfamilyfoundation.org/our-work/education-program>. Acesso em: 23 out. 2023).

¹⁰⁴ A “The eli and edythe broad foundation” administra suas “instituições inovadoras em educação, ciência e artes”. Possui centros de estudo em universidades como Harvard, Yale e UCLA. (THE ELI AND

por resultados rápidos e um modelo para aplicação em toda a rede de ensino. Em Nova Iorque teria sido adotado um formato de pagamento por “mérito” que concedia bônus às escolas que alcançassem maiores pontuações nos testes.

De acordo com a análise das autoras, o formato adotado pelo país, com base em pesquisas, não permitiu concluir o que tornou possível aos estudantes alcançarem bons resultados, ao contrário, observou-se um maior abismo na qualidade educacional entre escolas de diferentes realidades. No entanto, houve insistência por parte dos políticos por seguir o modelo, afinal, “o verdadeiro debate sobre as escolas por concessão é ideológico e não será esgotado com a incansável guerra de dados” (Oliveira e Menegão, 2012, p. 652).

O texto conta ainda como resultados positivos alcançados por determinadas escolas eram suficientes para que os reformadores promovessem este formato tido ideal, independente de análise acerca do contexto das unidades, da qualidade de vida dos estudantes, localidades, infraestrutura, etc.

O processo provocou a competição entre escolas e professores e uma piora na formação ampla dos estudantes, à medida que “a pressão por aumentar os escores dos testes de habilidades básicas pode produzir escores maiores e, ao mesmo tempo, uma educação pior” (Oliveira e Menegão, 2012, p. 653), pois os professores se concentram em ensinar aquilo que é necessário para obter resultados nos exames, deixando de lado outras dimensões importantes da formação escolar.

Na Austrália, o processo teria seguido o mesmo rumo. Busca-se a adequação dos sistemas escolares às recomendações da OCDE e a busca por bons rankings no PISA por meio da definição de um currículo comum no país. No entanto, o rendimento dos estudantes nas avaliações tem diminuído na medida em que aumentam as desigualdades entre as escolas (Santos e Zan, 2022).

Santos e Zan (2022) analisaram o sistema de ensino australiano e apontam, com base em dados pesquisados, que o país ocupa o quarto lugar no mundo com “maior concentração de estudantes desfavorecidos”. As desigualdades entre as escolas se dão de acordo com a região do país em que se localizam, a infraestrutura que possuem e como isso impacta na quantidade de professores por escola, no nível de absenteísmo docente, seu tempo de experiência e outros. Para os autores, considerando que a Austrália “é um

país rico e desenvolvido e possui um sistema de ensino com alto grau de qualidade, as desigualdades educacionais existentes, evidenciadas nos documentos e nos relatórios de pesquisa analisados, são motivos de grande preocupação e debates para a sociedade australiana” (Santos e Zan, 2022, p. 14).

Considerando os estudos citados sobre a educação norte-americana e australiana, os pesquisadores indicam que, em ambas, a padronização do currículo que supostamente pretendia garantir o acesso a um conteúdo mínimo dos estudantes de todo o país, trouxe uma precarização no processo educativo. Isso ocorre porque o esforço da comunidade escolar passa a se concentrar no alcance nas avaliações em larga escala que avaliam somente linguagens e matemática, de forma que o restante dos conteúdos é deixado de lado.

Além disso, a implantação das reformas acirrou ainda mais a desigualdade entre as escolas dos países, promoveu a concorrência entre escolas e entre os sujeitos da comunidade escolar, esvaziando seu senso de unidade, enfraquecendo a atuação dos professores e reproduzindo as desigualdades sociais a níveis extremos.

Outro ponto importante diz respeito a uma alta probabilidade de manipulação dos dados obtidos nos testes e avaliações, visto que elas não são realizadas por todos os alunos do sistema escolar, e sim por amostragem, de forma que as escolas, buscando resultados positivos, selecionam aqueles com maiores chances de alcançar boas notas.

As semelhanças destes processos com os que vêm sendo implementados no Brasil com a BNCC e as diversas formas de privatização da educação são de extrema seriedade e preocupam quanto aos rumos que nos esperam, afinal, como visto no segundo capítulo deste trabalho, de acordo com cálculos matemáticos do Inep, o Brasil alcançaria a igualdade na educação entre as diferentes regiões, somente em mais de 70 anos, isso se realmente considerarmos que a estimativa esteja correta e que os planos das corporações para o Brasil fossem verdadeiros e alcançáveis.

Também é possível cogitar a invenção de outros modelos de escola de qualidade que não mais sejam balizados por esses órgãos supranacionais e essas fundações e órgãos privatistas que estão atuando como reformadores da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da presente pesquisa compreendemos que as ações realizadas pela Fundação Lemann pensando os processos educacionais consideram que a inovação se caracteriza, primordialmente, pelo simples uso de aparatos tecnológicos na educação. Isso se pensarmos que ele tem algo a oferecer e que já está traduzido como tecnologias que se inovam o tempo todo, pois uma grande parte do que se diz inovador, como a gestão da escola e as formas administrativas privatistas de gestão da educação pública, são planos fracassados já analisados durante as experiências de outros países. Identificamos também que a FL e seus parceiros possuem grandes possibilidades de ganhos financeiros com tais recursos, uma vez que estão ligados, via mercado financeiro, aos retornos econômicos oriundos da comercialização destes produtos que eles mesmos marcam como sendo imprescindíveis para o funcionamento de uma escola de qualidade.

Para legitimar seu discurso utiliza o alinhamento a padrões internacionais, seguindo uma agenda global e, baseando-se, principalmente, nos modelos americano e australiano de educação, como se o simples fato de ser estrangeiro fosse atestado de qualidade e da plena possibilidade de êxito. Ainda que pesquisas mostrem que estes modelos educacionais não resultaram em mudanças positivas na sociedade, considerando elementos como igualdade social, formação ampla e qualidade de vida, a FL e seus parceiros, por meio de seus intelectuais, elaboram acepções que legitimam esses modelos. Na verdade, insistem em algo que, já se sabe, satura desigualdades e despreza uma série de diversidades escolares, sejam elas dadas por diferenças regionais, de capital cultural, de cultura escolar.

A Fundação exerce suas práticas buscando a constituição hegemônica sobre a ideia de que “inovações” estão imediatamente associadas às tecnologias de comunicação e informação e são imprescindíveis para a gestão de uma escola que fundamente as ideias de projetos com o uso de tais ferramentas, tendo o aluno como sujeito atuante e empreendedor. Faz isso à medida que tem voz e é detentora de meios poderosos de comunicação, enquanto se apropria da escola, ela mesma um dos mais eficientes meios de convencimento, de produção e reprodução cultural de uma sociedade.

Para difundir seu ideal social apoia-se também no poder patrimonial que possui, na figura do empresário Jorge Paulo Lemann, e de ações mercadológicas encobertas de filantropismo. O que está em jogo é o funcionamento de um cartel de empresas e

empreendimentos tecnológicos que se mantêm a partir do equilíbrio político, arquitetado por eles mesmos, gerando uma imprescindibilidade de suas ações no mecanismo de organização da educação pelo comando do Estado.

Como resultado deste processo vemos por este ideário que disputa o seu estabelecimento social, o enfraquecimento da autonomia escolar, dos professores e gestores escolares, em primeiro lugar. Como vemos no exemplo de ação, mesmo que haja a ideia de formação docente no plano, percebe-se que, intrinsecamente, o docente se transforma em um fazedor de tarefas. Depois, de maneira mais ampla, sob o manto da melhoria da educação, principalmente no mundo público, o que vemos é a manutenção da estrutura de classes; a reprodução da força de trabalho, que atende às novas necessidades de acumulação do capital; o acirramento das desigualdades sociais. Isso é claramente observado na BNCC quando opera pela lógica de formação de quadros profissionais atuantes em um mundo regido apenas pelo trabalho, solapando outras formas de existência e experiência. Mais do que isso, tendo evidências de que a escola almejada para esse tipo de currículo exige muitos preparos espaciais, patrimoniais, de logística de funcionários que muito dificilmente é possível transpassar à escola pública. Engana-se quem pensa que a BNCC é um mundo de gente iludida, porque aquele tipo de escola já existe e não é para todo mundo.

Como pesquisadora, assim como Williams (2011, p. 52), entendo que “a hegemonia não é única; ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas”. Ao longo do trabalho, foi possível apresentar o quanto certas propostas se mostram como sólidas e verdadeiras e, muitas vezes, parecem não combinar em nada com a realidade das coisas, posto que o Brasil sempre está “atrasado” por essas prerrogativas e, talvez, em vez de “inovador”, seja este o modelo mais desatualizado, tendo em vista que retroalimenta o poder de argumentos dos consensos que partem de órgãos já bilionários.

Ao contrário do que vem sendo realizado pelo empresariado no Brasil, penso como pesquisadora que as escolas públicas não devem ser palco de relações mercadológicas, mas sim um direito garantido pelo Estado, que promova uma formação ampla e que considere os interesses e necessidades da comunidade escolar, que é conhecedora do seu cotidiano, de seus espaços, de suas relações.

Assim, esperamos por uma inovação que tenha como proposta a igualdade de oportunidades e resultados, que seja capaz de alterar a estrutura de classes, efetivando-se

verdadeiramente e não somente nas discursividades. Talvez existam muitas inovações desse tipo nesse território amplo que é o nosso, sem este poder, silenciosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **A formação das novas gerações como campo para os negócios?** In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

AGUIAR, Márcia Ângela. **Relato de resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos.** In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

ALMEIDA, Fábio Chang. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para pesquisas históricas.** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ALVES, Danillo Marchesano Ramos. **Da economia política à educação: análise do projeto da Fundação Lemann.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8707015. Acesso em: 30 jun. 2022.

ALVES, Nilda. **PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: relações possíveis?** In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

AMARO, Mariana. **Grupo Salta: as escolas que faturam mais de R\$ 2 bilhões.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/grupo-salta-as-escolas-que-faturam-mais-de-r-2-bilhoes/>. Acesso em: 01 out. 2023.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana. **Vicent e Elinor Ostrom: Duas confluências trajetórias para a governança de recursos de propriedade comum.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KQ8KxnVv4MKmvgWbzbCBm6m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves. **Teoria do capital humano, bem público e mercadorização da educação.** Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q6ggp/pdf/azevedo-9786587626062-06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BALDOCCHI, Gabriel. **Os candidatos de Jorge Paulo Lemann.** Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/os-candidatos-de-lemann/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BARROS, José D'Assunção (org). **História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Vozes: Petrópolis, 2022.

BARROS, Matheus. **Qual a diferença entre Deep Web e Dark Web?** Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2022/10/27/Internet-e-redes-sociais/qual-a-diferenca-entre-deep-web-e-dark-web/>. Acesso em: 23 set. 2023.

BEGUOCI, Leandro. **Esta é uma edição histórica (em dois sentidos)**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/374/esta-e-uma-edicao-historica-em-dois-sentidos>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BERNARDES, Ana Carolina Nahorny. **Slam interestelar e a produção de sentidos juvenis na escola (2015 – 2022)**. Tese (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 169 p. 2023.

BILL & Melinda Gates Foundation. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRAGHINI, Katya. **As armadilhas da educação via plataformas**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-armadilhas-da-educacao-via-plataformas/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Fundação Bill e Melinda Gates abrem oportunidades para a área de saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/ptbr/assuntos/noticias/oportunidades-externas/fundacao-bil-e-melinda-gates-abremopportunidades-para-a-area-de-saude#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Bill%20e%20Melinda,em%20diversas%20%C3%A1reas%20do%20conhecimento>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de tecnologias educacionais da educação integral e integrada e da articulação da escola com seu território**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1454

[5-guia-tecnologias-20130923-pdf&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRITO, Silvia Helena Andrade de; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de Barros. **Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vgVG6Hk63XFCVvH5Sxk7QLv/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BROWN, Wendy. **O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI**. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (Orgs). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. (p. 91 - 150). Editora Seriguela: Recife, 2021.

CAETANO, Maria Raquel. **A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira**. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S198471142019000200132&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

CAETANO, Maria Raquel. **As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CAMBOIM, Luiza Góes; BEZERRA, Emy Porto; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. **Pesquisando na Internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações do PPGCI-UFPB**. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/25380>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CANABRAVA, Bruna Werneck. **O Projeto Lemann e a educação brasileira**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

CANABRAVA, Bruna Werneck; Teixeira, Carlos Sávio G. **O “sonho grande” de Lemann e o desprestígio da universidade e ciência brasileiras**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/47145>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CARIELLO, Lisia Nicoliello. **Construindo redes de intelectuais orgânicos: o Programa de Bolsas de Estudos Lemann Fellowship da Fundação Lemann (2007-2018)**. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11038329. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARIELLO, Lisia Nicoliello. **Aparelhos privados de hegemonia empresariais: os casos da Fundação Estudar e da Fundação Lemann**. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuhrjerh2020/1600179721_ARQUIVO_d447442259434c94a56323d8c98c2f16.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

CASSIO, Fernando. **Participação e particionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Parti>

cipa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular. Acesso em: 23 out. 2023.

CASTILHO, Fernando. **O homem mais rico do Brasil conhece as escolas de tempo integral de Pernambuco**. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2016/08/31/o-homem-mais-rico-do-brasil-conhece-as-escolas-de-tempo-integral-de-pernambuco>. Acesso em: 23 out. 2023.

CHIRINEA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3FwTBZ79fLPRRwHffVgmkP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CIEB. **Como comprar tecnologias educacionais com os recursos repassados diretamente às escolas**. Disponível em: <https://cieb.net.br/compras-diretas/>. Acesso em: 12 out. 2023.

CIEB. **Institucional**. Disponível em: <https://cieb.net.br/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CIEB. **LGPD na Educação: Entenda seus impactos e como as secretarias de educação devem se adaptar**. Disponível em: <https://cieb.net.br/lgpd/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CONSTANT, Isabel. **Fake news e fonte histórica: os processos de desinformação sob o aspecto do estudo e da checagem das fontes**. Disponível em: <https://ip.rec.br/blog/fake-news-e-fonte-historica-os-processos-de-desinformacao-sob-o-aspecto-do-estudo-e-da-checagem-das-fontes/>. Acesso em: 25 set. 2023.

DIEGUEZ, Consuelo. **Americanas, a fraude titânica: escândalo da gigante do varejo pôs em xeque a cultura de negócios de Lemann, Telles e Sicupira, três dos mais ricos e incensados empresários do Brasil**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-fraude-titanica/>. Acesso em: 20 set. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior**. In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

DRSK, Moacir. **No concorrido negócio da educação, um novo “aluno” invade a sala paulista**. Disponível em: <https://neofeed.com.br/negocios/no-concorrido-negocio-da-educacao-um-novo-aluno-invade-a-sala-paulista/>. Acesso em: 01 out. 2023.

FARIAS, Adriana Medeiros. **Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FONTES, Virgínia. **As lutas de classes vistas pelo seu avesso: a subversão reacionária.** Disponível em: https://www.academia.edu/85988856/Lutas_De_Classes_Vistas_Pelo_Seu_Avesso. Acesso em: 10 out. 2023.

FORBES MONEY. **Lemann, Telles e Sicupira se pronunciam sobre rombo da Americanas.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/01/lemann-telles-e-sicupira-se-pronunciam-sobre-rombo-da-americanas/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FRANÇA, Anna. **Cingapura, Canadá e Lemann vão controlar Eletrobrás.** Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/cingapura-canada-e-lemann-vao-controlar-eleto-bras/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FRANCO, Marcelo Araújo; CORDEIRO, Luciana Meneguel; CASTILHO, Renata A. Fonseca. **O Ambiente Virtual de Aprendizagem e sua incorporação na Unicamp.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XQmPD44cvDsmfjX5qr4hLVB/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos. **MEC: “sobralizando” a educação brasileira.** Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/01/04/mec-sobralizando-a-educacao-brasileira/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREITAS, Luiza Carlos. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Comunidade de líderes.** Disponível em: <https://www.estudar.org.br/comunidade-de-lideres/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Somos Inquietos. Inconformados.** Disponível em: <https://www.estudar.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Jorge Paulo Lemann – O que aprendi em Harvard.** Youtube, 08 de fevereiro de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rhaeYj7cln0&list=RDCMUCREPBIKgkrdcTTfdarO5Tjw&start_radio=1. Acesso em: 15 jan. 2022.

FUNDAÇÃO ESTUDAR. **Relatório anual 2016.** Disponível em: <https://issuu.com/estudar/docs/ra-fe-2016-final-web>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Aprendizagem centrada no estudante.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/9ujtgCiL5wbsJkzICgwkZ0Q07ewDmi7VEL85vhJj.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Centro de Inovação para Educação Brasileira.** Disponível em: <https://www.flab.org.br/historico/>. Acesso em: 20 out. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Como atuamos.** 2022. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Dez anos de inovação.** Disponível em: <https://www.flab.org.br/historico/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Educar pra valer – Boas práticas de gestão.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/educar-pra-valer-boas-praticas-de-gestao>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Ex-ministro retoma atuação como consultor da Fundação.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/ex-ministro-retoma-atuacao-como-consultor-na-fundacao>. Acesso em: 15 out. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Home.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Laboratório de Inovação Fundação Lemann: Inovação em Educação & Transformação Digital.** Disponível em <https://www.flab.org.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **QEDU, o painel de dados do gestor educacional.** Disponível em: <https://www.flab.org.br/historico/>. Acesso em: 20 out. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Tecnologia e Inovação.** 2022. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/tecnologia-e-inovacao>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GARCIA, Iago. **Jorge Paulo Lemann: conheça um dos homens mais ricos do Brasil.** Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/jorge-paulo-lemann-conheca-a-historia-do-homem-mais-rico-do-brasil-e-que-se-tornou-acionista-das-maiores-empresas-globais/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

GARCIA, Lilian Fabiana Ribeiro Nascimento. **Empresariamento da educação e formação continuada de professores: Um Estudo sobre os Projetos Desenvolvidos pela Fundação Lemann (2002-2018).** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11067760. Acesso em: 30 jun. 2022.

GERA CAPITAL. **Home.** 2022. Disponível em: <https://geracapital.com/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GERA VENTURE CAPITAL. **Blended learning: Em busca do Santo Graal.** Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/blended_learning.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

GERA VENTURE CAPITAL. **Educação e tecnologia: mais próximos do que nunca.** Disponível em: <https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/educacao-tecnologia.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

GERA VENTURE CAPITAL. **Habilidades de vida: de desejáveis a essenciais.** Disponível em: https://geracapital.com/wp-content/uploads/2018/08/habilidade_s_vida.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

GONÇALVES, Sidney. **O que é private equity? Como funciona esse tipo de investimento?** Disponível em: <https://investnews.com.br/guias/o-que-e-private-equity/#:~:text=%C3%89%20uma%20modalidade%20de%20investimento,participa%C3%A7%C3%A3o%20acion%C3%A1ria%20para%20obter%20lucro>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ; UNDIME; FUNDAÇÃO LEMANN, INSTITUTO NATURA; ASSOCIAÇÃO BEM COMUM; SEDUC. **Pró-alfabetização na idade certa.** Cartilha. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/CARTILHA_FINAL.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE. **Em 2021, Brasil tinha 13,2 milhões de microempreendedores individuais (MEIs).** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/38044em2021brasilinha132milhoesdemicroempreendedoresindividuaismeis#:~:text=As%20Estat%C3%ADsticas%20dos%20Cadastros%20de,forais%2C%20j%C3%A1%20incluindo%20os%20MEIs>. Acesso em: 13 out. 2023.

IP.rec. **Sobre.** Disponível em: <https://ip.rec.br/sobre/>. Acesso em: 25 set. 2023.

KONCHINSKI, Vinicius. **Caso Americanas gera briga entre mais ricos do país, mas pode prejudicar os mais pobres.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/18/caso-americanas-gera-briga-entre-mais-ricos-do-pais-mas-pode-prejudicar-os-mais-pobres>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KONCHINSKI, Vinicius. **Homens mais ricos do país agem para privatizar Eletrobrás e ampliar lucros.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/homens-mais-ricos-do-pais-agem-para-privatizar-elektrobras-e-lucrar-com-isso/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FUNDAÇÃO LEMANN. **Inovação em tecnologia e transformação digital.** Disponível em: <https://www.flab.org.br/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LARA, Lorena. **Brasil tem 1,6 milhão de pessoas trabalhando como entregadores ou motoristas de aplicativos.** Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/04/13/brasil-tem-16-milhao-de-pessoas-trabalhando-como-entregadores-ou-motoristas-de-aplicativos.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

LAWN, Martin. **A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho.** In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de;

CASTRO, Cesar. Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades. Vitória/ES, EDUFES, 2018, p.333-357.

LAZZARINI, Sérgio G.; PONGELUPPE, Leandro S. ITO, Nobuiuki C. INSPIER. **Gera Venture Capital: escalando oportunidades educacionais para jovens de baixa renda.** Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/GERA-Venture-Capital-Escalando-Oportunidades-Educacionais-Jovens-Baixa-Renda-parte-A-versao10-06-15.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

LE GOFF, Jacques. **Documento Monumento.** In: História e Memória. Editora Unicamp: Campinas: 2013. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>. Acesso em 30 ago. 2022.

LEITÃO, Victor. **Jorge Paulo Lemann: conheça a história do homem mais rico do Brasil.** Disponível em: <https://www.idinheiro.com.br/conhecimento/jorge-paulo-lemann/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LEMANN CENTER. **About.** Disponível em: <https://lemanncenter.stanford.edu/mission>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LEMANN, Jorge Paulo. **Adoraria ser um empreendedor de tecnologia.** Transcrição da autora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AYalgYxqU0>. Acesso em: 24 out. 2023.

LEMANN, Jorge Paulo. **Empreendedorismo e educação fazem um país.** Transcrição da autora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=drMVOw7ZWT8>. Acesso em: 24 out. 2023.

LEMANN, Jorge Paulo. **Nosso negócio é gente.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXfVmpkIqZ8>. Transcrição da autora. Acesso em: 24 out. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Redes que Transformam destaca potencial humano em abertura.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/redes-que-transformam-destaca-potencial-humano-em-abertura>. Acesso em? 24 out. 2023.

LOES, João; MASSON, Celso. **A vitória do novo capitalismo brasileiro.** Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT8375-15259-8375-3934,00.html#:~:text=A%20meritocracia%20funciona%20%C3%A0s%20claras,em%20outros%20fundos%20ou%20a%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 05 jan. 2023.

LOPES, Alice Casimiro. **Apostando na produção contextual do currículo.** In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

LUHBY, Tami. **1% mais rico acumulou duas vezes mais riqueza do que o resto do mundo em 2 anos.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/1-mais-rico->

acumulou-duas-vezes-mais-riqueza-do-que-resto-do-mundo-em-2-anos/. Acesso em: 22 jan. 2023.

LUNA, Denise. **Eletrobras: empregados creem que crise nas Americanas pode impactar empresa.** Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/negocios/eletrobras-elet6-prejuizo-americanas-amer3/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MACEDO, Elizabeth. **A base é a base. E o currículo o que é?** In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

MAFRA, Juliana Pinheiro. **Fundação Lemann e parceiros: influências e orientações para as práticas pedagógicas na Educação Infantil.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11463506. Acesso em: 30 jun. 2022.

MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima. **Fake News e arquivos digitais a partir da experiência da covid-19.** Disponível em: <https://praticadahistoria.pt/article/download/28210/20226>. Acesso em: 22 set. 2023.

MATOS, Thaís; MIATO, Bruna. **Americanas desaba na bolsa após descoberta de rombo de R\$ 20 bilhões; entenda o caso.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/12/americanas-desaba-na-bolsa-apos-descoberta-de-rombo-de-r-20-bilhoes-entenda-o-caso.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Camilo Santana assume o Ministério da Educação.** Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/camilo-santanaassumeoministeriodaeducacao#:~:text=O%20ex%2Dgovernador%20e%20senador%20eleito%2C%20Camilo%20Santana%20\(PT,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/camilo-santanaassumeoministeriodaeducacao#:~:text=O%20ex%2Dgovernador%20e%20senador%20eleito%2C%20Camilo%20Santana%20(PT,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC). Acesso em: 15 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Nota técnica: Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

MONBIOT, George. **Para compreender o neoliberalismo além dos clichês.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/para-compreender-o-neoliberalismo-alem-dos-cliches/>. Acesso em: 15 out. 2023.

MONTESANTI, Beatriz. **“Bancada Lemann”: os políticos apoiados pelo 2º homem mais rico do Brasil.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

noticias/2019/05/22/com-trajetoria-parecida-deputados-associados-a-lemann-divergem-na-politica.htm. Acesso em: 30 ago. 2022.

NASCIMENTO, Alberico Francisco. **A ideologia do acesso aberto: o fetichismo da tecnologia na educação a distância e a diversificação da universidade**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642700/10179>. Acesso em: 20 out. 2023.

NASSIF, Luis. **Os bilionários e o golpe das Americanas**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-bilionarios-e-o-golpe-das-americanas/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra. **O programa Formar/ Curso Gestão para aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/220518/001124671.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2023.

OLIVEIRA, Daniel. **Jorge Paulo Lemann: de estagiário a bilionário**. Disponível em: <https://investidor10.com.br/conteudo/jorge-paulo-lemann/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências**. In: AGUIAR, Márcia Ângela (org); DOURADO, Luiz Fernandes (org). *A BNCC na contramão do PNE 2014 - 2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01/08/2023.

OLIVEIRA, Sara Badra; MENEGÃO, Rita de Cássia Silva. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Qqd35PSq9Zmx3HTVwHy7KDF/>. Acesso em: 20 out. 2023.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira**. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

PINHO, Ana. **Por dentro da Gera Venture, fundo de educação que tem Jorge Paulo Lemann entre os investidores**. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/como-funciona-uma-empresa-de-capital-de-risco-focada-em-educacao/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Plataforma EduTec. CIEB. **Procurando tecnologia para a educação?** Disponível em: <https://plataformaedutec.cieb.net.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

PONTES, Luis A. Fajardo. **O movimento norte-americano de reforma educacional: sinopse de sua evolução, desafios e associação com as habilidades do século 21**. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/download/32040/21239/127755>. Acesso em: 19 out. 2023.

QEDU. **Use dados. Transforme a educação.** Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2023.

RAGAZZI, Ana Paula. **Crise da Americanas ameaça reputação de bilionários brasileiros.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/crise-da-americanas-ameaca-reputacao-de-bilionarios-brasileiros.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2023.

RATIER, Rodrigo; PERES, Paula; CASSIMIRO, Patrick. **O castelo de cartas da Base: a história de como uma política pública delicada sobreviveu a dois governos e três ministros.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8800/o-castelo-de-cartas-da-base>. Acesso em: 07 set. 2023.

RIVEIRA, Carolina. **Ideb fica estável, mas aprendizagem retrocede com pandemia; veja as notas.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/ideb-2021-resultados/>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil.** São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, Roseli. CUT. **40% dos trabalhadores são informais no Brasil; no Norte, são mais de 50%.** Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/40-dos-trabalhadores-sao-informais-no-brasil-no-norte-sao-mais-de-50-e3d9>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, Danielle de Sousa; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. **O sistema de ensino australiano: um olhar sobre as desigualdades educacionais.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/FtMVKWNV9vZGtPBMCLbktbK/?format=pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

SCHIAVON, Carolina Rieger Massetti. **Irmãos Koch, think thank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação.** Tese de mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

SAKATA, Kelly Leticia da Silva. **Programa Gestão para Aprendizagem: a atuação da Fundação Lemann nas Políticas de Formação m redes municipais de educação.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7473806. Acesso em: 30 jun. 2022.

SEDUC. **Pro Alfabetização na Idade Certa completa um ano com lançamento de material didático exclusivo.** Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/9900>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SCAFF, Artur. **Brasil tem 54 bilionários em 2023 na lista da Forbes; veja os mais ricos.** Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/mercado/brasil-tem-54-bilionarios2023forbes/#:~:text=O%20homem%20mais%20rico%20do,em%20US%24%2016%2C1%20bilh%C3%B5es&text=O%20Brasil%20tem%2054%20pessoas,as%20maiores%20riquezas%20do%20mundo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SEMIS, Laís. **Base: agora é lei. MEC homologa documento referente à Educação infantil e Ensino Fundamental.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9419/base-agora-e-lei>. Acesso em: 07 set. 2023.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos.** Contraponto: Rio de Janeiro, 2020.

SINDICATO DOS URBANITÁRIOS NO DISTRITO FEDERAL (STIU – DF). **Mais um afilhado de Jorge Paulo Lemann trabalhando para a privatização da Eletrobrás e contra os interesses da sociedade brasileira.** Disponível em: <https://www.urbanitariosdf.org.br/?p=21893>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Startupi. **Conheça os selecionados do Start-Ed Lab, da Fundação Lemann.** Disponível em: <https://startupi.com.br/conheca-os-selecionado-start-ed-lab-da-fundacao-lemann/>. Acesso em: 20 out. 2023.

Startupi. **Startup que facilita a gestão de alunos on-line recebe investimento.** Disponível em: <https://startupi.com.br/startup-que-facilita-a-gestao-de-aulas-on-line-recebe-investimento/>. Acesso em: 20 out. 2023.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. **O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil.** Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

TAVARES, Fernando Gomes de Oliveira. **O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária.** Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/32311/pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

THE ELI AND EDYTHE BROAD FOUNDATION. **Sobre nós.** Disponível em: <https://broadfoundation.org/about-us/>. Acesso em: 23 out. 2023.

THIESEN, Juarez da Silva. **Políticas curriculares, Educação Básica brasileira, internacionalização: aproximações e convergências discursivas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/99G6fThFyqFYqSHJZFrkvmM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Reportagem em vídeo reflete sobre os desafios do Novo Ensino Médio.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/09/13/reportagem-em-video-reflete-sobre-os-desafios-do-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 01 out. 2023.

Walton Family Foundation. **Educação.** Disponível em: <https://www.waltonfamilyfoundation.org/our-work/education-program>. Acesso em: 23 out. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Paz e Terra: São Paulo, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Unesp: São Paulo, 2011.

VASCONCELOS, Carolina de Moura; MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira; MARTINELI, Telma Adriana Pacífico. **A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC**. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10726>. Acesso em: 30 jun. 2022.